



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**AS TRILHAS DA MORTE NO SERTÃO DAS PIMENTEIRAS – PI
(1769-1815): CARACTERIZAÇÃO E RECONHECIMENTO
ARQUEOLÓGICO DE UM TERRITÓRIO**

RÔMULO MACÊDO BARRETO DE NEGREIROS

RECIFE

2012

RÔMULO MACÊDO BARRETO DE NEGREIROS

AS TRILHAS DA MORTE NO SERTÃO DAS PIMENTEIRAS – PI (1769-1815): CARACTERIZAÇÃO E RECONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO DE UM TERRITÓRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

RECIFE

2012

**AS TRILHAS DA MORTE NO SERTÃO DAS PIMENTEIRAS – PI (1769-1815):
CARACTERIZAÇÃO E RECONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO DE UM
TERRITÓRIO**

Rômulo Macêdo Barreto de Negreiros

Dissertação defendida às 10 horas do dia 29 de abril de 2012, no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco perante a banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Demétrio da Silva Mutzenberg (UFPE)

Prof. Dr. Scott Joseph Allen (UFPE)

Prof. Dra. Regina Célia Gonçalves (UFPB)

Trabalho dedicado aos índios Pimenteira (em especial à Puã, à Margarida e à Marreca, únicos indivíduos desta gloriosa nação cujos nomes foram registrados na História), ao arqueólogo Heinrich Schliemann, ao antropólogo Pierre Clastres e ao Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai.

Ao pai Pedro Nolasco Barreto de Negreiros, o homem mais honesto do mundo, grande fonte de informações para este trabalho, e a mãe Ocilma Maria de Macêdo Negreiros, a mulher cuja boa índole nos dá esperança de prosseguirmos em detrimento de uma realidade repleta de tantos malefícios, eles me fizeram gente nos sentidos real e figurado.

Aos meus irmãos Vinícius Macêdo Barreto de Negreiros (o Vivi), cuja simples presença alegria o mais obscuro ambiente, e Alex Macêdo Barrêto de Negreiros (o Leleco), a pessoa mais brilhante que conheço, e também a minha cunhada Eva, que elevou mais ainda o patamar de qualidade da nossa família.

Ao grande amigo Marcelo Alves Ribeiro, parceiro de campo no Sertão das Pimenteiras nesses últimos dois anos, um sertanejo nos pontos de vista histórico e moral, cujo valor e dignidade só podem ser vistos hoje nas páginas de livros como “Os Sertões” ou nas letras saudosas do Elomar. Sem ele e sua famigerada motocicleta “Jararaca”, que resistiu bravamente aos cinco mil quilômetros percorridos, este trabalho não existiria. Valeu meu irmão de consideração.

Ao amigo e orientador o prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros por sua confiança neste trabalho desde a banca de seleção do mestrado e por sua atenção dedicada.

Aos professores da UFPE Cláudia Alves, Demétrio Mutzemberg, Scott Allen, Ricardo Pessoa, Jaime Mendonça, Henry Lavallo e Ana Catarina.

Aos funcionários do CFCH da UFPE, em especial à Luciane, ao Seu Arnaldo, à Lia, à Angélica, à Tainã, à Carolina Sá e à Ilca.

À Rosivânia de Castro Aquino, minha namorada, pela felicidade de sua companhia, pela compreensão e carinho.

Aos professores da UNIVASF Guilherme Medeiros, Gênesis Naum de Farias, Fátima Barbosa, Nívia Paula de Assis e Pávula Maria por tão cordial apoio. Também aos demais funcionários dessa instituição.

Aos amigos, colegas de mestrado e membros fundadores da Equipe Caveira, Luciano Sousa (o Lucrécio), Emília Maria, Rute Barbosa (a Rutinha), Genival Barros (o Valdo), Petrus Belo (o Petrônio), Danúbia Rodrigues e Cecília Barthel, além da Lívia

Bamblina, mascote do grupo, sempre me lembrarei de vocês. MISSÃO DADA, PARCEIRO, É MISSÃO CUMPRIDA!

Ao amigo Flávio Roberto, sempre atencioso para responder meus questionamentos topográficos e pelas cartas vetorizadas cedidas, algo de muito valia para realização deste trabalho.

Aos amigos Antonio Fernandes, Vagner Lopes dos Santos, Valdenir Lopes dos Santos, Edilson Pereira dos Santos, e demais moradores dos povoados Barreiro, Cajueiro e Patis, no município de Guaribas, exemplos de humildade e altruísmo.

Aos amigos da UFPI, em especial Amanda Carol Siqueira, Fernanda Liarth e Jéssyca Laryssa.

Os funcionários do ICMBio de Caracol, especialmente à Luana e ao Mitinha.

À Dra. Ana Stela Negreiros de Oliveira pelo apoio e por ter construído as bases desta dissertação. E também aos demais funcionários do IPHAN em São Raimundo Nonato.

Ao Seu Doxa, à Dona Maria do Socorro e a dona Iolanda (tia Loura) no Bonfim do Piauí pelo teto hospitaleiro ao fim e ao início de muitas jornadas.

Aos amigos do povoado Juá, em Bonfim do Piauí.

Ao Seu Narciso Dias Marreca.

Ao Seu Salvador Pereira de Oliveira e família na Barra do Campestre, em Coronel José Dias.

Ao Edmilson de Assis de Oliveira e sua família na localidade Almas. A professora Olga Maria de Oliveira por permitir nosso acesso à fazenda Almas.

Ao casal abençoado Pedro Luís Gomes e dona Luíza Maria Gomes, ao seu Onildo e aos demais moradores do povoado Lagoa de Cima da Serra e circunvizinhanças, no extremo norte baiano.

Ao jovem Tiago e a sua tia no povoado Água Verde pela cooperação e pela água.

Aos funcionários da FUMDHAM, especialmente a Rochele, a Ledja e ao Dirceu.

Ao primo José Barreto Filho, do Canto do Buriti, pelas informações.

Ao João de Deus, do Bonfim do Piauí, pelo auxílio em campo.

Ao Seu Major, sua filha Marrian e demais familiares no município de Coronel José Dias.

A todos aqueles que nestes dois anos de labuta ofereceram um teto, uma informação, uma xícara de café, um copo de água, uma refeição ou uma dose de cachaça. Muito lhes agradeço.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	i
LISTA DE TABELAS	iii
LISTA DE GRÁFICOS	iv
RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
1. O SERTÃO DAS PIMENTEIRAS	8
2. DA TEORIA E MÉTODOS	34
2.1 TEORIAS	34
2.1.1 Problema	40
2.1.2 Hipótese	40
2.1.3 Objetivo	40
2.2 MÉTODOS	41
2.2.1 Reconhecimento Arqueológico de Território	41
3. RESULTADOS	59
3.1 ASSENTAMENTOS DOS PIMENTEIRA	59
3.1.1 Sítio Lagoa de Cima da Serra	59
3.1.2 Sítio Baixão da Sariema	65
3.2 FAZENDAS DE GADO	69
3.2.1 Fazenda Água Verde	69
3.2.2 Fazenda Almas	74
3.2.3 Fazenda Sítio da Aldeia	79
3.2.4 Fazenda Caiçara	81
3.2.5 Fazenda Conceição	85
3.2.6 Fazenda Taboleiro Alto	88
3.2.7 Fazenda Onça	90
3.2.8 Fazenda São Lourenço	92
3.2.9 Fazenda Caraíbas	93
3.2.10 Fazenda São Vítor	98
3.2.11 Fazenda Cavaleiro	100
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
FONTES COLONIAIS	112
FONTES CARTOGRÁFICAS	114
ANEXO	117
APENDICE A	119
APENDICE B	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Sertão das Pimenteiras sobreposta à atual configuração político-administrativa da região Nordeste do Brasil	09
Figura 2 - Detalhe de um mapa ilustrativo da presença de currais e estradas no sertão do Piauí e médio rio São Francisco no século XVIII	12
Figura 3 - Municípios no Piauí onde identificamos narrativas envolvendo lagoas míticas	23
Figura 4 - Sudeste da Capitania do Piauí. Detalhe da “Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes, levantada pelo engenheiro João Antonio Galici em 1761”	52
Figura 5 - Sudeste da Capitania do Piauí. Detalhe do “Mappa geographico da capitania do Piauí, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará”, possivelmente levantado em 1816 em oferecimento ao governador do Piauí à época, Balthazar de Souza Botelho de Vasconcelos	53
Figura 6 - Sudeste da Capitania do Piauí. Detalhe da “Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauí”, produzida pelo tenente Joseph Schwarzmann em 1828	54
Figura 7 - Localização do sítio Lagoa de Cima da Serra	61
Figura 8 - Lagoa de Cima da Serra	61
Figura 9 - Fragmento de cerâmica	62
Figura 10 - Fragmentos de louça	62
Figura 11 - Fragmentos de cerâmica sobre solo compactado	63
Figura 12 - Comparação entre a localização da “lagoa de Cima da Serra” e da “Lagôa Pimenteiras”	64
Figura 13 - Localização do sítio Baixão da Sariema	65
Figura 14 - Fragmentos de cerâmica (telha) e vidro	66
Figura 15 - Fragmento de telha com símbolo gravado	66
Figura 16 - Fragmentos de cerâmica	67
Figura 17 - Fragmentos de cerâmica	66
Figura 18 - Fragmentos de cerâmica	67
Figura 19 - Fragmentos de telha com decoração	67
Figura 20 - Localização da Fazenda Água Verde	71
Figura 21 - Sede da fazenda Água Verde em perspectivas diversas	71
Figura 22 - Planta baixa da sede da fazenda Água Verde	72
Figura 23 - Possíveis datas registradas nas paredes da casa	72
Figura 24 - Beiral	73
Figura 25 - Detalhe do baldrame de blocos sobrepostos e da parede de tijolos de adobe	73
Figura 26 - Cemitério próximo à sede da fazenda Água Verde	74
Figura 27 - Localização da Fazenda Almas	75
Figura 28 - Baldrame de blocos sobrepostos	76
Figura 29 - Detalhe do baldrame	76
Figura 30 - Ruínas da sede da fazenda Almas	77
Figura 31 – Telha	77
Figura 32 - Fragmentos de cerâmica	78
Figura 33 - Fragmentos de louça	78
Figura 34 - Localização da Fazenda Sítio da Aldeia	80

Figura 35 - Vista panorâmica da lagoa do Sítio da Aldeia localizada no alto da serra	80
Figura 36 - Cemitério do povoado Sítio da Aldeia	81
Figura 37 - Localização da Fazenda Caiçara	82
Figura 38 - Ruínas da sede da fazenda Caiçara	83
Figura 39 - Fragmento de louça decorada	83
Figura 40 - Detalhe do baldrame de blocos sobrepostos por baixo do reboco de cimento	84
Figura 41 - Frente da residência	84
Figura 42 - Localização da Fazenda Conceição	86
Figura 43 - Fragmento de cerâmica (alguidar)	87
Figura 44 - Artefato lítico lascado	87
Figura 45 - Localização da Fazenda Taboleiro Alto	89
Figura 46 - Tijolo de adobe proveniente da sede da fazenda Taboleiro Alto	89
Figura 47 - Telha proveniente da sede da fazenda Taboleiro Alto	90
Figura 48 - Localização da Fazenda Onça	91
Figura 49 - Localização da Fazenda São Lourenço	93
Figura 50 - Localização da Fazenda Caraíbas	94
Figura 51 - Barragem de pedras do muro histórico das Caraíbas visto por imagem de satélite	95
Figura 52 - Croqui da escavação do sítio Muro das Caraíbas	96
Figura 53 - Barragem com visão das duas faces e do aterro intermediário	96
Figura 54 - “Parede 1” da Barragem	97
Figura 55 - “Parede em círculo” destacando-se a área escavada	97
Figura 56 - “Parede de pedra 5” (Forno)	98
Figura 57 - Localização da Fazenda São Vítor	99
Figura 58 - Morro do povoado São Vítor visto a partir do Sítio da Aldeia	99
Figura 59 - Localização da Fazenda Cavaleiro	100
Figura 60 - Distribuição espacial dos sítios reconhecidos e identificados no sudeste do Piauí	101
Figura 61 - Localização das fazendas de gado em relação ao período em que foram atacadas pelos Pimenteiras	106
Figura 62 - Distribuição espacial das fazendas de gado reconhecidas no sudeste do Piauí	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução nas representações cartográficas das três lagoas relacionadas a localidade Pimenteiras	19
Tabela 2 - Cronologia dos acontecimentos da guerra da conquista	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cadeia hierárquica operacional para reconhecimento arqueológico de território para assentamentos dos Pimenteira	57
Gráfico 2 - Cadeia hierárquica operacional para reconhecimento arqueológico de território para Fazendas de Gado no sudeste do Piauí	58

RESUMO

O Sertão das Pimenteiras, último reduto “não civilizado” da Capitania do Piauí, foi, entre os anos 1769 e 1815, palco de conflitos entre os índios Pimenteira e os colonizadores. Os colonos almejavam ocupar essas terras principalmente para dar continuidade à expansão da indústria agro-pastoril no interior da América Portuguesa. Os índios, por longos tempos habitantes efetivos desse sertão, foram para os colonos um empecilho para a ocupação da área. Os Pimenteira atacavam constantemente as fazendas de gado, matando e afugentando seus moradores. Levantamos a hipótese de que a motivação dos índios para atacarem as fazendas seria, principalmente, visando proteger e controlar o território e os seus recursos. Partindo da relação espacial que os assentamentos indígenas mantinham com as fazendas de gado atacadas, objetivávamos entender como se configuraram as territorialidades de ambos os grupos no sudeste da Capitania do Piauí durante a guerra da conquista. O georeferenciamento dos assentamentos de ambos os grupos foi resultado da aplicação de métodos de reconhecimento arqueológico de território no sudeste do Piauí, como o levantamento documental, prospecção de superfície, imagens de satélite e informações orais coletadas nas comunidades. Ao todo foram reconhecidos e identificados dois assentamentos indígenas e onze fazendas de gado. A produção de mapas com a distribuição espacial dos sítios permitiu a realização das análises. Nossos dados mostram que os ataques dos índios ao longo da guerra promoviam sistematicamente a desocupação colonial da região. O mesmo aconteceu do lado dos colonos, vencedores da guerra. Como resultado dessa vitória militar, os índios foram assimilados ao sistema econômico capitalista e o seu território tomado.

Palavras-Chave: Arqueologia histórica. Piauí. Territorialidade. Índios Pimenteira. Fazendas de gado.

ABSTRACT

The Sertão das Pimenteiras, the last “uncivilized” stronghold of the Captaincy of Piauí, during the years 1769 and 1815, it was the scene of constant conflicts between the Pimenteira Indians and the colonizers. The colonizers wished to occupy these lands mainly to carry on the expansion of agro-pastoralists in the interior of Portuguese America. The Indians, for a long time residents of interior troops were, for the colonizers, a hamper to the occupation of the area. The Pimenteira constantly attacked cattle farms, killing and driving away their inhabitants. Taking the assumption that the motivation of the Indians to attack the farms would be primarily to protect and control both their territory and resources. Based on the spatial relationship that indigenous settlements subsisted on cattle farms attacked, we tried to understand how they shaped the territoriality of both groups in southeastern Piauí Captaincy during the war of conquest. The georeferencing of the settlements in both groups was the result of applying recognition methods of archaeological territory in southeastern Piauí, as the documentary survey, surface exploration, satellite images and oral information collected in the communities. As result, we recognized and identified two native settlements and eleven cattle ranches. The production of maps showing the spatial distribution of sites allowed us to perform the analyzes. Our data show that the attacks of the Indians throughout the war systematically promoted the colonial evictions of the region. The same happened on the side of the colonists, who won the war. As a result of military victory, the Indians were assimilated into the capitalist economic system and their territory was taken.

Keywords: Historical archeology. Piauí. Territoriality. Pimenteira Indians. Cattle ranches.

INTRODUÇÃO

No fim da tarde de 21 de outubro de 2011 encontramos o Senhor Narciso de Sousa, 75 anos, durante sua labuta compulsória a R\$ 20,00 diários¹ na propriedade de um cidadão de uma tradicional família do município de São Raimundo Nonato, PI. Após ter roçado a machado e a facão um terreno de dimensões consideráveis para um homem de sua idade, ele juntou os galhos e folhas em montes e ateou fogo. Sob o crepitar da vegetação seca que ardia, em meio à fumaça e ao calor expelido pela queima, conversamos. Nosso interesse pelo senhor Narciso adveio de seu sobrenome. Não aquele que consta em seu registro de nascimento, o “Sousa”, atribuído a ele por premeditação ou engano do tabelião do cartório no município de Caracol, sudeste do estado do Piauí, mas sim aquele que recebeu de seus pais Unila e Olímpio, sua herança nobiliárquica, o sobrenome “Dias Marreca”.

A documentação histórica aponta que o sobrenome “Dias Marreca” surgiu a partir da união conjugal da índia da nação Pimenteira por nome Marreca com Manoel Dias Soares, sobrinho do indivíduo que comandou a derrocada dos Pimenteira, o coronel José Dias Soares. Entre o fim do século XVIII e início do XIX, o Manoel Dias Soares, então bem jovem, foi levado pelos índios. Por quarenta anos ele viveu entre os Pimenteira até ser reavido por seus parentes “brancos”. Zé Dias Brabo, alcunha pela qual este indivíduo ficou conhecido, não conseguiu retomar o estilo de vida de seus pais biológicos, indo habitar, com sua esposa Marreca e seus filhos, na fazenda Saco, uma propriedade da família Dias localizada nos arredores da lagoa da Formiga, atual município de Caracol. A fazenda Saco, hoje Assentamento Saco, foi o abrigo original dos Dias Marreca entre a sociedade luso-brasileira, informação corroborada pela tradição oral dessa família, contada a nós pelo velho Narciso, nascido, criado e morador dessa localidade.

“Foi pegada a dente de cachorro (...) a bisavó de minha vó”, respondeu o Narciso, usando o jargão comum aos descendentes de índio espalhados pelo Brasil, ao ser questionado sobre suas raízes caboclas².

¹ O salário mínimo em voga é de R\$ 545,00. Numa perspectiva bem otimista, se o senhor Narciso trabalhasse 8 horas por dia (o que geralmente não acontece, excede-o) e 40 horas semanais ele receberia R\$ 2,50 por hora, contabilizando R\$ 400,00 por mês!

² Em nossa área de estudo, o sudeste de Piauí, e em outras regiões, além de ser usado para designar os filhos de branco com índio, *caboclo* (ou *cabôco*, no dialeto local) é sinônimo de *índio*. Os índios avessos ao contato, habitantes das matas, são os *cabôco brabo*. Assim, a obtenção ou repasse de informações dos/aos

A exploração barata ou escrava da mão de obra do senhor Narciso Dias Marreca, e de tantos outros membros dessa família, remonta aos primórdios do contato de seus antepassados indígenas com os colonos. A índia Pimenteira Margarida, capturada durante uma entrada em 1790, foi cedida pelo governo da Capitania ao morador das ribeiras altas do rio Piauí, o afamado José Dias Soares, para que servisse de intermediária entre os seus iguais e os luso-brasileiros, facilitando assim a “domesticação do gentio”. Contudo, ao invés de ser explorada com fins diplomáticos, a índia estava sendo usada para trabalhar em uma das fazendas do José Dias (OLIVEIRA, 2007).

Os autores das duas citações a seguir, Domingos Dias Soares e William Palha Dias, são oriundos da mesma paragem, a atual cidade de Caracol, sendo o segundo descendente direto do primeiro. Eles descreveram importantes aspectos do imaginário popular acerca dos índios Pimenteira e de seus descendentes. Os discursos estão separados em redação por 129 anos, o que os torna muito representativos para verificarmos a continuidade no imaginário popular acerca da inferioridade do *caboclo* em relação ao mundo dito civilizado.

Para Domingos Dias Soares, filho de José Dias Soares, os índios Pimenteira tinham algumas atitudes civilizadas, como uma crença monoteísta e a prática do casamento, porém, ainda eram seres inferiores, dotados de pouca inteligência, preguiçosos, amantes dos matos que deveriam ser “domados aos costumes humanos”.

As suas idéias são limitadas e com trabalho colhem algumas insinuações que se lhes faz; toda via reconhecem um Ente Supremo, e entre si guardam Leis e celebram formalidades, como seja a do casamento (...). A sua índole é **insensível** só com muita moderação e trabalho se a domam **aos costumes humanos**, por isso que a idéia que eles concebem do rigor e mau trato que até que se tem praticado em suas conquistas eles se refugiam aos matos onde vivem em plena liberdade satisfazendo tão e somente as necessidades naturais e por essa causa fazem suas plantações de legumes de caroço e fazem caçadas em que se sustentam, procurando sempre os terrenos mais férteis, que **sem muito trabalho** possam cultivar³. [grifos nossos]

moradores locais sobre os índios é feita de forma mais prática quando usamos essas expressões nos questionamentos ou explicações.

³ INFORMAÇÃO (cópia) sobre os índios Xerentes e Pimenteira. Dadas por José Cunha Lustosa e Domingos Dias Soares ao presidente da Província do Piauí. 1827. IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 178, pasta 49 *apud* Oliveira, 2007: 73 e 76.

Essa visão da inferioridade dos Pimenteira foi igualmente atribuída aos seus descendentes, os Dias Marreca. William Palha Dias (2005 [1956]: 103-104) tenta justificar as diversas qualidades inferiores dos Dias Marreca, como o fenótipo decadente, a baixa cognição e o subdesenvolvimento dos costumes, baseado em ideias do eugenismo.

Nos arredores da pequena cidade de Caracol habita uma casta de gente que, dada a sua maneira de vida e hábitos, embora em convívio com as demais pessoas da terra, se mostra, em tudo diferente. **Gente analfabeta, de costumes primitivos** e vivem os homens de pequena lavoura, da caça e da prestação de serviço braçal e gostam de cachaça; as mulheres, da pequena produção de utensílios toscos de cerâmica e afazeres caseiros. Trajam-se com muita simplicidade e, quase sempre, **homens e mulheres têm pés pequenos. São de estatura abaixo da média normal, franzinos de corpo e de pouca ou nenhuma formosura**, predominando no meio a cor da pele tirante e pardacenta. Moram em pequenas choças dispostas em formas de malocas **e perto de aguadas**. Apesar de não constituírem um chefe, têm certa obediência ao homem mais velho do clã. São chamados de caboclos e quase todos se orgulham de ter o sobrenome *-DIAS MARRECA* – herdado da união originária do branco Manoel Dias Soares com a índia de nome Marreca. Dos sucessivos entrelaçamentos dos Dias Marreca entre parentes resultou **uma raça em decadência com evidentes sinais de atrofia sanguínea**, fato cuja demonstração sente-se, à vista, **falta de vivacidade e inaptidão para alcançarem o estágio de desenvolvimento verificado nos demais habitantes do meio**.

Apesar das qualidades negativas em comum nos Dias Marreca, estes não apresentam a tipicidade racial demonstrativa de uma única origem, pelo contrário, apresentam, sempre, características das três raças distintas que embasaram sua formação étnica: o branco, o índio e o negro sem, contudo demonstrarem como resultante desse íntimo contubérnio índice de progresso nas atividades dos integrantes do clã, uma vez que **em nada se destacam**, nem mesmo no domínio da lavoura que mostra por **demais acanhada entre todos**. (...) os Dias Marreca (...), atualmente, se apresentam como **indivíduos de inexpressivo valor social**, embora dando ainda amostra das três raças de sua primitiva formação, mas em **completa decadência genética**”. [Grifos nossos]

Se, por um lado, Domingos Dias Soares acreditava que os índios poderiam ser humanizados com a domesticação - o etnocídio era o caminho - por outro, o argumento de William Palha Dias direciona os Dias Marreca para a irremediável extinção, com a seleção natural fazendo seu papel.

Bestializados ou membros de uma raça degenerada pela miscigenação, os pontos de vista dos dois personagens citados, mesmo separados por tempo e paradigma, são pensamentos de estrutura comum representativos de um preconceito secular da sociedade piauiense, e em maior medida da sociedade nacional, que afirma e perpetua a

inferioridade do *caboclo*, seja ele *brabo* ou descendente. Podemos notar isso em discursos mais recentes, como o do senhor Elias Ribeiro Batista, pré-candidato à prefeitura de Caracol para as eleições de 2012, onde afirma no seu blog que

até hoje os Dias Marreca são considerados como pessoas iletradas e ignorantes quanto ao modo de vida (...), são pessoas que têm pouco ou nenhum prestígio na sociedade, por serem pessoas que não valorizam a educação e têm um estilo de vida totalmente diferente das outras pessoas⁴.

Esta questão social fundamenta-se no conhecimento do passado, no passado ideologicamente construído para uns e no passado ignorado dos outros. A história e a arqueologia são ciências cruciais para compreendermos as raízes coloniais desse preconceito que diminui um grupo humano e legitimou e legitima sua exploração.

No campo da história dispomos da tese de Oliveira (2007) “O Povoamento Colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência”. Resultado de um exaustivo levantamento documental, a autora objetivou entender a origem, a cultura e a territorialidade dos índios Pimenteira e o seu papel nos aproximados quarenta anos de conflitos contra os colonos nas ribeiras do rio Piauí entre o fim do século XVIII e início do XIX.

Nossa proposta nesta dissertação foi estudar os Pimenteiras a partir da inédita perspectiva arqueológica. A tese de doutorado de Oliveira (2007) tornou possível a pretensão de uma abordagem material dos índios. Antes não havia quadro de referência. As informações estavam espalhadas em arquivos por todo o Brasil. É certo dizer que esta pesquisa, assim como as de outras pessoas, é uma consequência direta dessa tese.

No entanto, tivemos que lidar com o problema básico da falta de materialidade dos Pimenteira. Outra dificuldade foi tentar realizar um trabalho que escapasse da simplória busca de evidências arqueológicas. Portanto, objetivando sanar estas questões, a dissertação foi estruturada da seguinte maneira:

- No capítulo 1 apresentamos o Sertão das Pimenteiras, localizado no sudeste da Capitania de São José do Piauí, enquanto espaço simbólico e historicamente construído, explorando suas características geográficas, os fatores que conduziram a sua ocupação a partir do século XVII pelos

⁴ <http://caracolpi.webnode.com.br/os-dias-marreca/> acessado em 04/11/2011 17:36.

índios Pimenteira e pelos colonizadores, as motivações e as consequências da interação social, geralmente violenta, entre estes grupos;

- No capítulo 2 buscamos entender a interação dos índios Pimenteiras e dos colonos à luz da teoria dos Sistemas Mundiais e das teorias de etnicidade. Apresentamos ainda os métodos de reconhecimento arqueológico de território utilizados como meio para responder aos nossos questionamentos;
- No capítulo 3 apresentamos os resultados da aplicação dos métodos em campo;
- No capítulo 4 apresentamos as considerações finais.

1. O SERTÃO DAS PIMENTEIRAS

Quando visualizamos o sudeste do estado do Piauí em imagens produzidas por satélite, uma extensão monocromática se destaca. Uma porção de terra resta ainda incólume à depredação humana. São centenas de milhares de hectares de caatinga e de cerrado marcando os Parques Nacionais Serra da Capivara¹ e Serra das Confusões². Estas duas áreas de preservação permanente, majoritariamente situadas na imensidão territorial da Chapada dos Gerais, são extremadas no oeste e norte pelos gigantescos polígonos brancos representando os projetos de soja e pelas zonas cinzentas indicando a produção legal e ilegal de carvão, atividades econômicas expressivas do vale do perene rio Gurguéia; no leste e sul, pequenos retângulos se sobrepõem às lagoas e aos cursos dos rios e riachos do vale do intermitente rio Piauí: são as plantações de subsistência, feijão (*Vigna unguiculata*), milho (*Zea mays*), macaxeira (*Manihot esculenta*), abóbora (*Cucurbita maxima*), etc., logicamente situadas onde se concentra água nos períodos de estiagem. Este abrigo da natureza preservada é uma parte daquilo que foi o Sertão das Pimenteiras, nossa área de estudo.

O conceito de “sertão” é muito ambíguo, podendo representar em contextos diferentes, por exemplo, tanto o interior do Brasil quanto os domínios da província fitogeográfica das caatingas. Nesta pesquisa, adotamos o conceito de “sertão” conforme foi apresentado e discutido por Silva (2010), que seria o modo como este espaço era visto durante o período colonial. A ideia de “sertão” já existia desde o século XVI e foi difundida na América Portuguesa a partir da sociedade açucareira que se desenvolveu no litoral. Firmado sobre o imaginário Barroco surgido na península Ibérica, o mundo ideal para a sociedade açucareira era configurado hierarquicamente. A hierarquia servia tanto para justificar as diferenças de status entre as pessoas como para demarcar os espaços. Os espaços inseridos dentro das jurisdições metropolitanas eram os espaços civilizados, refinados e regidos por leis. As imensidões do interior, fora dos domínios do litoral, eram os sertões, espaços incultos, inóspitos, sem lei, lar do gentio bravo – os *tapuias* - e de

¹ O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado através do Decreto nº 83.548 de 05 de junho de 1979. Com 129.000 hectares, o Parque abrange os municípios piauienses de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí (<http://www.icmbio.gov.br/>).

² O Parque Nacional Serra das Confusões foi criado através do Decreto S/N de 02 de outubro de 1998 com uma área inicial de 502.411 hectares. Através do decreto S/N de 30 de dezembro de 2010, a área do Parque foi ampliada para 823.436 hectares. Essa Unidade de Conservação abrange os municípios piauienses de Alvorada do Gurguéia, Brejo do Piauí, Bom Jesus, Canto do Buriti, Caracol, Cristino Castro, Curimatá, Guaribas, Jurema, Redenção do Gurguéia, Santa Luz e Tamboril do Piauí (<http://www.icmbio.gov.br/>).

riquezas potenciais. Mesmo com a colonização dos espaços do interior através da instalação de fazendas de gado, vilas e cidades, sempre restavam, além dessas fronteiras civilizadas, os espaços selvagens, os sertões, lugares a serem dominados. Nessa ótica, “sertão” é um indicativo espacial de incivilidade em diametral oposição geográfica e simbólica ao mundo culto, “civilizado”.

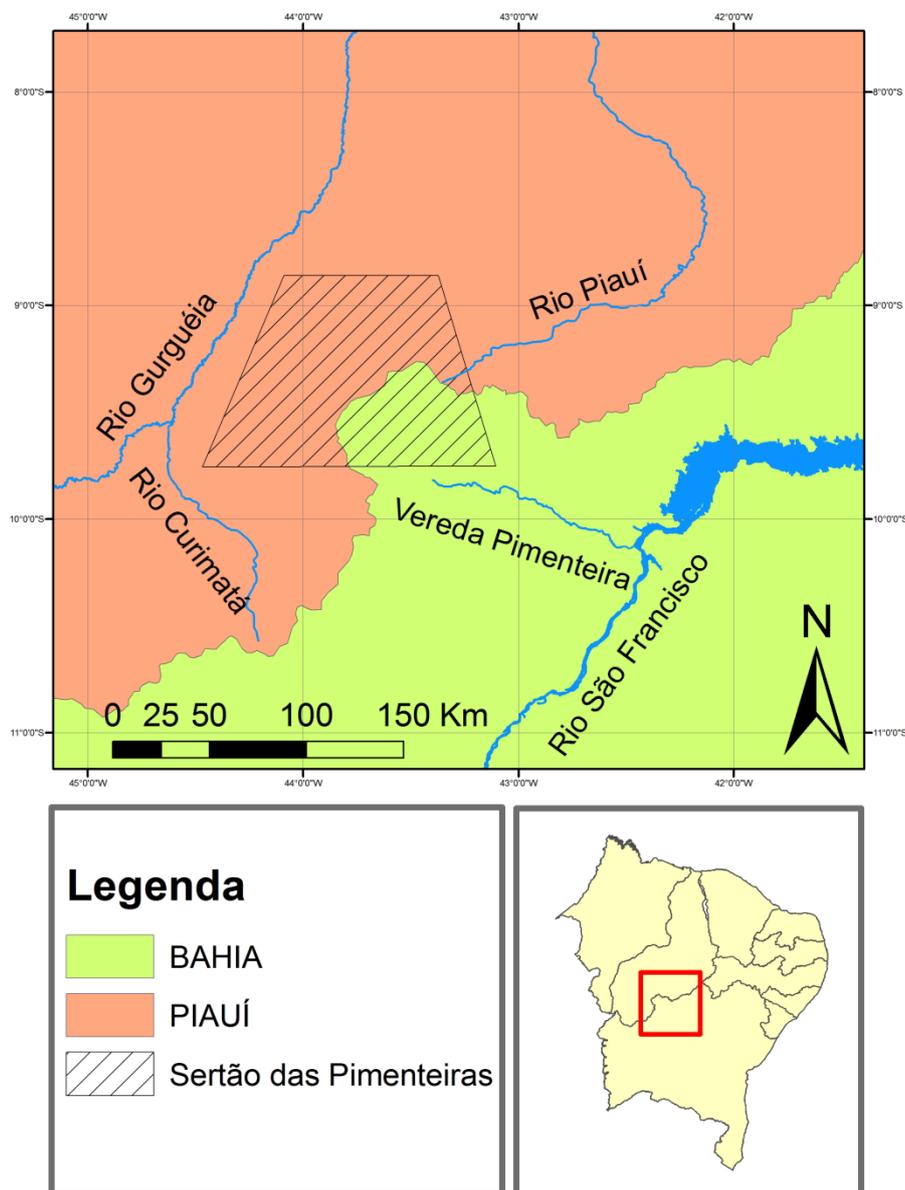


Figura 1 – Localização do Sertão das Pimenteiras sobreposta à atual configuração político-administrativa da região Nordeste do Brasil.

O Sertão das Pimenteiras tornou-se tema recorrente nos documentos burocráticos coloniais da Capitania do Piauí por conta das ações hostis que seus habitantes indígenas, os Pimenteira, praticaram contra os colonos a partir de 1769 e nos quarenta anos subsequentes. De fato, não é possível pensar o Sertão das Pimenteiras sem remetermos à presença dos índios naquelas paragens. Para os agentes da colonização havia uma relação

de causa e efeito entre os índios e a referida terra inculta, tanto que em todos os relatos que tratam da disposição geográfica do Sertão das Pimenteiras até agora identificados, os índios lhe foram associados.

Em 1769, Francisco da Cunha Carvalho, no relato sobre o desbravamento que efetuou no sudeste da Capitania do Piauí objetivando contatar o grupo indígena posteriormente conhecido por Pimenteira (OLIVEIRA, 2007), escreveu que, subindo pela Vereda Pimenteira, afluente esquerdo do médio rio São Francisco⁷, chegou ao Sertão das Pimenteiras. Segundo ele, seriam terras “monstruosas, e muito secas cujas ficam em meio da parte do nascente com o rio de São Francisco e pelo norte com o rio chamado Gurguéia, terras com distâncias e dificuldades⁸”.

O governador do Piauí Gonçalo Lourenço Botelho de Castro comunicou ao rei D. José, em 1770, a respeito do problema do indígena que então principiava a afetar o cotidiano do sudeste da Capitania.

Nos confins desta Capitania entre as Cabeceiras do [rio] Piauí, e o Rio de São Francisco, Sertão inculto, e que parece pela sua aspereza impraticável, existirão sempre algumas Aldeias de Índios Silvestres, a que vulgarmente chamam das Pimenteiras [...]⁹.

Em 1772, Antônio José de Moraes Durão na sua “Descrição da Capitania de São José do Piauí” assim dimensiona e situa o Sertão das Pimenteiras:

(...) [No distrito da] Vila de Parnaguá (...) à esquerda entre as cabeceiras do [rio] Piauí e do [rio] do Corimatá (...) [existe] um sítio chamado “As Pimenteiras”, que terá, segundo notícia, 30 ou 40 léguas¹⁰ de extensão; no centro do mesmo, é constante se acham aldeados numerosos índios a quem se dá o mesmo nome do lugar. Muitos anos se conservaram pacíficos, sem sair fora, nem causar dano algum. Porém, de tempos a esta parte se tem averiguado prática já ao contrário, matando e fazendo estragos nas fazendas mais próximas (*apud* MOTT, 1985: 117).

⁷ Na foz da Vereda Pimenteira (ou Vereda Pilão Arcado) estava situada a localidade de Pilão Arcado. Essa localidade foi fundada em meados do século XVIII na então Capitania de Pernambuco e era uma grande produtora de sal lacustre. Também foi um ponto de apoio na rota da distribuição do gado que vinha do Piauí. Chegou a ser alvo de ataque dos índios Pimenteira. Segundo um censo de 1788 (SILVA, 2010), a freguesia de Pilão Arcado contava com a população de 3,116 almas. Hoje Pilão Arcado é um município pertencente ao estado da Bahia. Por conta da construção da Represa de Sobradinho na década de 1970, Pilão Arcado teve a sede municipal transferida para outro local nas ribeiras do São Francisco.

⁸ CARTA do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao rei D. José sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, datada de 20 de julho de 1770. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Conselho Ultramarino. Doc. 643. CD-ROM *apud* Oliveira, 2007: 85.

⁹ Idem.

¹⁰ Uma légua equivale a 6000 metros.

No fim do século XVIII o autor anônimo do “Roteiro do Maranhão a Goyas pela capitania do Piauí” compara o território da Capitania a um triângulo e escreveu que a leste da base, ou seja, no sudeste do Piauí, existia um

pequeno sertão, que corre buscando o rio de S. Francisco, onde existem alguns restos da mesma nação silvestre, e sem verdadeiramente conhecermos quaes ellas sejam, as distinguimos pelos Indios das Pimenteiras (...) o sertão (...) se alarga a 40 e 50 legoas; e se estréia a 15, 14 e 12 legoas. He sertão quase todo ainda inculto (...) (ANÔNIMO, 1814: 20 e 22).

Aires de Casal, em 1817, ao tratar sobre os Pimenteiras e suas ações violentas contra os colonos no sudeste do Piauí, descreveu o sítio onde os índios habitavam.

Appareceu na parte meridional [da Província do Piauí] uma horda, que desde aquelle tempo tem dado em que cuidar aos colonos, e os ha obrigado a abandonar grande numero de fazendas de criar gado vaccum. Os Brancos dam-lhe o nome de *Pimenteiras*, porque no seu districto ha um sítio assim denominado. Tem seus alojamentos entre as cabeceiras dos rios Piauí, e Gurguéia na raia da provincia, ficando rodeados pelos estabelecimentos dos conquistadores. Dentro do seu terreno ha uma lagoa grande, e piscoza, junto da qual habitam consideravel tempo do anno (CASAL, 1947: 238).

Dessas citações podemos concluir que o Sertão das Pimenteiras ficaria delimitado a leste pelas cabeceiras do rio Piauí, o oeste e norte pelo rio Gurguéia, a sudoeste pelo rio Curimatá e a sul pela Vereda da Pimenteira, afluente direito do médio rio São Francisco (fig. 01). Esse espaço considerado inculto foi uma criação histórica que se sustentou e se justificou no imaginário colonial justamente pela presença dos índios Pimenteira, empecilho maior para civilização da área.

No fim do século XVIII e início do XIX, o território da Capitania de São José do Piauí estava praticamente todo inserido no projeto civilizador luso-brasileiro. A capital Oeiras havia sido elevada a categoria de cidade em 1758, mesmo ano da criação efetiva da Capitania, e o primeiro governo local instaurado quatro anos depois sob a competência de João Pereira Caldas. A grande maioria dos índios bravos que circulavam pelo Piauí haviam sido aldeados ou expulsos (APOLINÁRIO, 2006; OLIVEIRA, 2007; CARVALHO, 2008). As margens dos seus principais rios – o Parnaíba, o Gurguéia, o Canindé, o Poti, o Longá e o Piauí - estavam sistematicamente ocupadas por fazendas de criação de gado (GALICI, 1761; D’ALENCASTRE, 1857 [1855]; MOTT, 1985; OLIVEIRA, 2007), corolário desse regime econômico que incitou o desbravamento da região, e foi até meados do século XX sua principal indústria (SANTANA, 1964). Caminhos cortavam a Capitania, ligando as localidades entre si e também ao Maranhão,

ao rio São Francisco e à Capitania do Goiás (GALUCI, 1761; MENEZES, 1841 [1810]; ANÔNIMO, 1814; RIBEIRO, 1848 [1815], SPIX e MARTIUS, 1981 [1818]), facilitando a tráfego humano e o transporte das boiadas para os grandes centros consumidores: São Luiz, o Recôncavo Baiano, o litoral de Pernambuco e as zonas auríferas (ANÔNIMO, 1814; CASAL, 1947 [1817]; SILVA F., 2007). (fig. 02). Em 1777, o Piauí contava com 26,094 habitantes, tendo esse número quadruplicado nas duas décadas iniciais do século XIX (BRANDÃO, 2010).

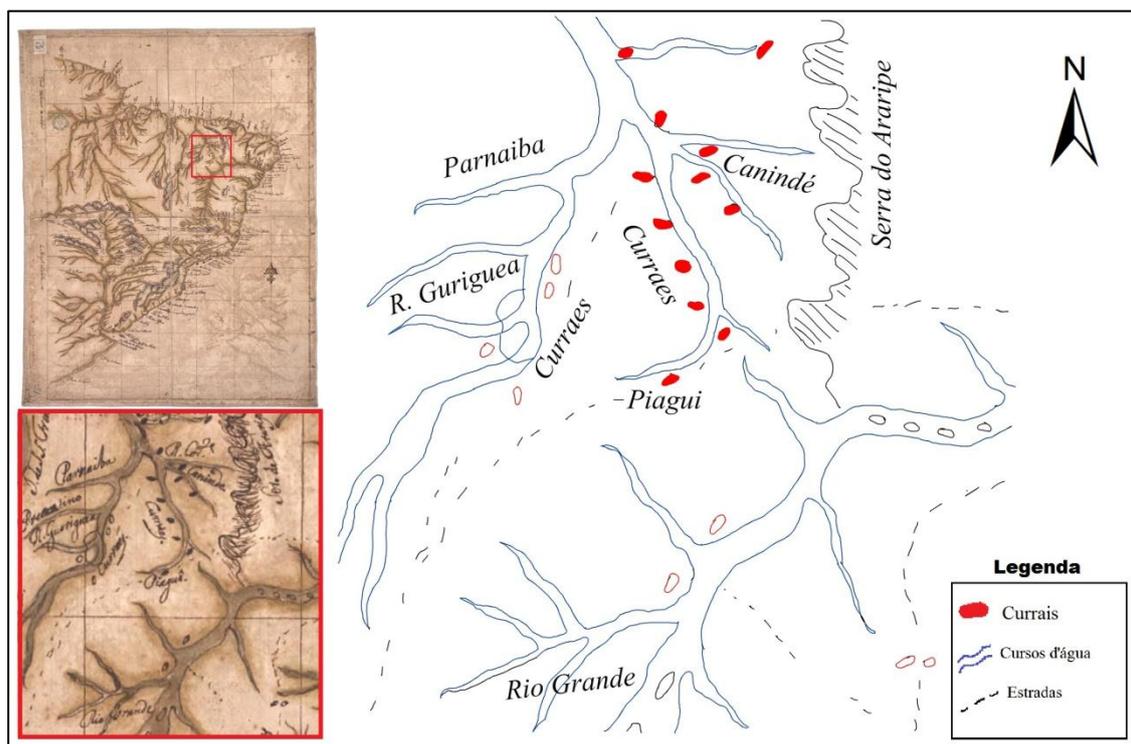


Figura 02 – Detalhe (contornado para uma melhor visualização) de um mapa ilustrativo da presença de currais e estradas no sertão do Piauí e médio rio São Francisco no século XVIII. Destaque para os rios Piauí (*Piagui*), Gurguéia (*Guriguea*), Canindé, Parnaíba, Grande e São Francisco, e também para a Chapada do Araripe (*Serra do Araripe*), cujas localizações correspondem, em linhas gerais, à realidade. Isso demonstra um amplo conhecimento da geografia da região pelos colonizadores já nesse período, aproximados 60 anos após a instalação dos primeiros currais na área. *Fonte: adaptado de CAPASSO, 1730.*

Ao fim da década de 1760, o governo da Capitania do Piauí consolidou mais uma etapa do projeto civilizatório: combateu e derrotou os índios Akroá e Gueguê sublevados nas reduções e que transitavam cometendo hostilidades contra os luso-brasileiros entre o vale do rio Gurguéia, o sul da Capitania do Maranhão e o norte da então Capitania do Goiás (APOLINÁRIO, 2006). Passada essa fase crítica da conquista, sobraram tempo e recursos para os moradores do Piauí buscarem desbravar e civilizar seu último rincão inculco, o Sertão das Pimenteiras. A mais antiga incursão burocrática ao Sertão das Pimenteiras, feita por Francisco da Cunha Carvalho em 1769, coincidiu com a época de pacificação dos índios na região do Gurguéia. A missão de Francisco da Cunha Carvalho

era contatar os índios posteriormente conhecido por Pimenteira. Para os colonizadores, os índios eram o apanágio do Sertão das Pimenteiras e esse espaço continuaria inculto na medida em que seus habitantes igualmente o fossem. O contato era o primeiro passo para a civilização de ambos.

Além da necessidade ideológica de civilizar, Oliveira (2007) apontou que o aumento populacional expressivo na Capitania e a necessidade de novas terras para a criação de gado motivaram o início do devassamento do Sertão das Pimenteiras: a questão agrário-demográfica teria sido a grande fomentadora dos conflitos entre os colonos e os indígenas habitantes desse sertão.

O clima do Sertão das Pimenteiras, de grande parte do Piauí e também de grande parte da região Nordeste do Brasil é o semiárido. No sudeste do Piauí a taxa de evaporação atual é de 2.500 mm/ano em oposição a uma média anual de precipitação pluviométrica igual ou inferior a 800 mm. A província fitogeográfica das caatingas, por ser adaptada a locais de média anual de precipitação pluviométrica igual ou inferior a 1.000 mm (LEAL *et al*, 2008), é a vegetação predominante.

A vegetação das caatingas é exclusiva do Brasil, ocupando uma área de 734.478 km². Ela desenvolveu adaptações morfológicas, anatômicas ou fisiológicas para resistir aos vários meses ou mesmo anos de seca do clima semiárido. Genericamente, é uma vegetação cuja característica é ser do tipo caducifólia, ou seja, as folhas caem nos meses de estiagem evitando assim a perda excessiva de água. As árvores geralmente são de porte pequeno ou médio, formadas por arbustos extremamente ramificados, com galhos curtos e duros que dificultam a locomoção humana.

Importantes rios nascem e cortam o semiárido piauiense. Os mais expressivos, os rios Piauí e Canindé, nascem no sudeste do Piauí e juntos formam a bacia Canindé-Piauí, pertencente à bacia do Parnaíba. São rios de considerável extensão usados como rota inicial de penetração das terras do Piauí pelos agentes da Casa da Torre no século XVII¹¹, e posteriormente usados no sentido inverso como caminhos para o transporte das boiadas para o rio São Francisco (COUTO, 1697 *apud* ENNES, 1938; SILVA F., 2007). A intermitência é uma característica comum aos cursos d'água da bacia Canindé-Piauí. De acordo com Santos,

¹¹ De acordo com D'Alencastre (1857), as terras do Piauí foram descobertas em 1674 pelos irmãos Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, ajudados por Francisco Dias D'Ávila e Bernardo Pereira Gago, oriundos da Bahia.

em geral os rios da bacia Canindé-Piauí apresentam regime de intermitência, decorrente da formação geológica e geomorfológica da bacia, visto que os cursos de água mais importantes nascem no embasamento cristalino, com fraca condição de retenção da água, acrescido do fato de a bacia localizar-se em região semi-árida, com precipitações baixíssimas e irregulares (SANTOS, 2007: 16).

Essa situação de intermitência dos rios e da semiaridez do clima foi constatada desde os primórdios de ocupação colonial. Rocha Pita (1730:384) aponta o fato ambíguo de que os vastos terrenos então recém-descobertos entre o rio São Francisco e o Maranhão, ricos em pastagens, tenham sido batizados com o nome de um rio tão efêmero quanto o Piauí: “[Essa] grandíssima porção de terra (...) tomou o nome de hum rio, que por pobre o não devia ter para o dar, pois corre só havendo chuvas, e no Verão fica cortado em vários poços”.

Esses “poços”, locais onde restava água nos períodos de estiagem, garantiam a sobrevivência dos seres humanos e dos animais que habitavam ou transitavam pela região, por isso eram os preferidos e indicados para a instalação das fazendas de gado (COUTO, 1697 *apud* ENNES, 1938; MOTT, 1985). O bom provimento de água era o critério que qualificava uma fazenda como boa (D’ALENCASTRE, 1857). Algumas dessas fazendas situadas na bacia Canindé-Piauí foram bastante importantes no período colonial, servindo de residência para os inicianos e, posteriormente, após a expulsão desses clérigos de todo o Império Português em 1759, convertidas em Fazendas do Real Fisco e daí a Fazendas Nacionais após a proclamação da Independência do Brasil (OLIVEIRA, 2007; SILVA F., 2007). Outras dessas fazendas se desenvolveram demograficamente e delas se originaram cidades e povoados, como a fazenda setecentista de São Lourenço, hoje município de São Lourenço, ou o povoado de São Vítor, em São Raimundo Nonato, que a princípio seria uma fazenda de mesmo nome.

O pasto mimoso, característico das caatingas, a província fitogeográfica predominante na bacia Canindé-Piauí, era excelente para o gado, garantindo uma maior engorda e reprodução dos rebanhos em detrimento de outras brenhas, como a região do Gurguéia, onde ocorre principalmente o pasto agreste, variedade menos eficaz (D’ALENCASTRE, 1857; MOTT, 1985). Logo, as terras da bacia Canindé-Piauí eram cobiçadas pelos criadores luso-brasileiros. Tanto que, já em 1697, duas décadas após a chegada dos colonizadores ao sertão do Piauí e um ano após a criação da primeira freguesia, a de Nossa Senhora da Vitória, as margens dos rios Piauí e Canindé contavam com o maior número de fazendas na região, vinte em cada curso d’água, contra nove no

rio Poti¹², o segundo rio em número de fazendas instaladas (COUTO, 1697 *apud* ENNES, 1938; MOTT, 1985).

Segundo um observador anônimo no fim do século XVIII, no Piauí uma sesmaria correspondia a uma fazenda de criação de gado. Legalmente, havia limites quanto às dimensões máximas de uma sesmaria nessa Capitania. Visando evitar a posse de grandes extensões de terra por particulares, conforme ocorreu nos primórdios da colonização com Domingos Afonso Mafrense e os Dias D'Ávila, em 14 de outubro de 1744 foi publicada uma provisão do Conselho Ultramarino delimitando o termo de três léguas de terra para sesmaria que de então por diante se tivesse de conceder na Capitania do Piauí (MOTT, 1985). Dentro dessa área delimitada, uma légua deveria ser deixada para a divisão entre uma fazenda e outra, não podendo ser levantadas casas e currais neste espaço intermediário onde poderiam entrar os vizinhos para procurar seus gados, geralmente criados soltos (ANÔNIMO, 1814). Segundo Mott (1985), essa regulamentação fundiária de três léguas não foi totalmente seguida, com as distâncias entre as fazendas variando de uma a uma dezena de léguas condicionadas pelo regime econômico da pecuária extensiva e pela necessidade da instalação das fazendas nos raros e dispersos locais com bom provimento de água.

Nas caatingas são “necessários de 10 a 15 hectares para a manutenção de um bovino adulto, proporcionando uma produtividade de animal de apenas 15 Kg de peso vivo por hectare/ano” (MENDES, 2000). Em 1760, a frequência média de cabeças de gado por fazenda no Piauí era de 2.000 animais (MOTT, 1985), acarretando, *grosso modo*, na necessidade mínima de 20.000 hectares de terra para a manutenção do rebanho de uma fazenda ao ano. Não havia relação direta entre o tamanho das fazendas e a quantidade de bois, uma fazenda de pequenas dimensões podia dispor de rebanhos numerosos, e vice-versa. Como não havia cercas marcando os limites entre uma fazenda e outra, os bois pastavam livremente pelos campos. A necessidade de buscar comida e água nos períodos de estiagem levava os animais a pastorearem em locais distantes da sede das fazendas que tinham a sua posse.

Para evitar a mistura de animais de diferentes fazendas criados nesse regime de pecuária extensiva, a solução foi recorrer ao tradicional método de “marcar com ferro quente o dorso de todos os animais, ou então fazer certos talhos numa das orelhas do

¹² O rio Poti nasce no Ceará, atravessa do nascente ao poente o centro-norte do Piauí e deságua no rio Parnaíba.

mesmo, de maneira a distinguir as reses das diferentes fazendas (MOTT, 1985)”. Por isso, a obrigação primordial de um vaqueiro sertanejo, o indivíduo responsável pelo gado, era

conhecer os *ferros* das suas fazendas e os das circunvizinhanças. Chamam-se assim os sinais de todos os feitiços, ou letras, ou desenhos caprichosos como siglas, impressos por tatuagem a fogo nas ancas dos animais, completados pelos cortes, em pequenos ângulos, nas orelhas. Ferrado o boi, está garantido. Pode romper tranqueiras e tresmalhar-se. Leva, indelével, a indicação que o reporá na solta primitiva. Porque o vaqueiro, não se contentando com ter de cor os ferros de sua fazenda, aprende os das demais. Chega, às vezes, por extraordinário esforço de memória, a conhecer, uma por uma, não só as reses de que cuida, como as dos vizinhos, incluindo-lhes a genealogia e hábitos característicos, e os nomes, e as idades, etc. (CUNHA, 2009: 156-157).

A profissão de vaqueiro na região de caatingas exigiu dos homens um nível singular de especialização do gestual, da técnica e da cultura material. A adaptabilidade humana às características da vegetação na região semiárida foi o fator essencial para a relativa prosperidade da pecuária na região Nordeste.

O gado criado solto tornava-se arisco e o vaqueiro precisava seguir o animal por veredas fechadas na caatinga para dominá-lo. Para isso ele deveria estar encourado, ou seja, trajando gibão, peitoril, perneiras, guarda-mão e chapéu, vestimenta de couro padrão do vaqueiro nordestino que o protegia dos galhos e troncos da vegetação cerrada. Outros artefatos também eram essenciais, como o facão para cortar a vegetação, ferir ou matar os animais quando preciso fosse, e a aguilhada (vulgarmente conhecida por guiada, vara de ferrão ou ferrão), uma vara de pau geralmente de dois metros de comprimento com um ferrão pontiagudo na extremidade distal usado para assustar ou matar os animais mais indomáveis. Montado em seu cavalo, um dos ofícios desse profissional consistia em seguir o animal pelas trilhas e, no momento oportuno, agarrar-lhe pelo rabo e derrubá-lo. Assim poderia pear o animal e levá-lo para os currais. Muitos vaqueiros ficavam gravemente feridos ou morriam na lida com o gado. Deter o título de vaqueiro era como possuir um título honorífico, marca maior de coragem, postura valorativa do homem no sertão¹³ (INSTITUTO, 1987; MELLO, 2004). Os mais hábeis foram e são imortalizados, como o Zé Grande, um dos maiores vaqueiros do Brasil (DAMASCENO, 2009), ou o Chicão do Aniceto, o vaqueiro que entra na mata descamisado, ambos piauienses, e suas façanhas contadas e cantadas nas rodas de vaqueirama. A lida com o gado, cujos frutos para a sociedade do Piauí eram tanto econômicos como simbólicos, contribuiu para a

¹³ Nesse contexto, “sertão” remete ao interior da região nordeste onde predomina as caatingas.

restrição até meados do século XX do desenvolvimento da agricultura em larga escala, sendo praticada com fins de subsistência somente (SANTANA, 1964; MOTT, 1985).

No sudeste da Capitania do Piauí as fazendas eram parcamente ocupadas, não excedendo dez homens cada, entre vaqueiros, escravos, rendeiros, posseiros e religiosos. A presença de mulheres era ainda mais rara, sendo pouquíssimas as quantificadas nos censos da época (COUTO, 1697 *apud* ENNES, 1938; MOTT, 1985; ALENCAR, 2010).

As fazendas eram compostas basicamente pelas residências, pelos currais, por estruturas para armazenamento d'água e pelos roçados de subsistência. As residências eram de planta retangular de taipa de mão ou adobe, sustentadas às vezes por baldrames de pedra, com pisos de barro batido ou atijoladas e cobertas com palha ou telhas de alvenaria. Os currais (cercados), locais onde o gado era colocado para ser vendido, tratado, ordenado, marcado, etc., eram feitos de pedra ou troncos de madeira justapostos¹⁴. As barragens e cacimbas construídas de pedra e barro garantiam uma reserva adicional de água nos períodos de estiagem. Nos roçados eram plantados feijão, milho, macaxeira, etc. (SANTANA, 1964; KNOX, 1995; SILVA F., 2007; ALEXANDRIA & LOPES, 2009).

Um terceiro fator que pode ter contribuído para o desbravamento do Sertão das Pimenteiras no fim do século XVIII, além da questão civilizatória e agrário-demográfica, foi a busca pela mitológica Lagoa Dourada.

O mito da Lagoa Dourada faz parte das narrativas fantásticas na linha do *El Dorado* (MANGUEL & GUADALUPPI, 2003). Esse corpus mitológico reza sobre sítios no interior do Novo Mundo onde estariam armazenadas incontáveis riquezas. Gandavo (1858), no século XVI, transcreveu em primeira mão um relato indígena sobre essa enorme lagoa que estaria situada no “interior da terra donde procede o Rio de São Francisco”. O relato dizia que dentro da lagoa haveria algumas ilhas e nelas edificadas muitas povoações, e outras ao redor dela onde também haveria muito ouro, e mais quantidade que em nenhuma outra parte da Província de Santa Cruz (Brasil).

O mito do *El Dorado* atiçou a cobiça de muitos e a busca dessas riquezas estendeu-se desde o começo da colonização do Brasil até a contemporaneidade (MARTIN, 1999; LANGER, 2002). A tendência foi sempre buscar o *El Dorado* além das fronteiras civilizadas, no desconhecido. Afinal, o desconhecido é um campo fértil para a

imaginação. Os sertões, por conceitualmente representarem o ignoto, foram os espaços ideais para abrigarem esses sítios fantásticos. Por exemplo, no século XVIII, no Sertão Oeste de Minas Gerais havia uma região chamada por Lagoa Dourada onde se buscou ouro (AMANTINO, 2003).

Com o passar dos tempos e com o avanço das fronteiras civilizatórias, sobraram poucos recantos incultos para o mito do *El Dorado* preencher. Como observou Langer,

toda cidade imaginária foi buscada em diversos locais, movendo-se conforme o devassamento do ignoto e o processo de colonização. Sempre baseadas no mecanismo do maravilhoso, essas narrativas acabaram encontrando suas limitações justamente na esfera territorial (LANGER, 2002: 148).

O Sertão das Pimenteiras, o último sertão da Capitania do Piauí, funcionou como o cenário ideal para a Lagoa Dourada assistir.

Para D’Alencastre (1857: 41), a guerra contra os índios Pimenteira teria sido “engendrada por amor da descoberta da Lagôa Dourada”, uma obsessão do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco.

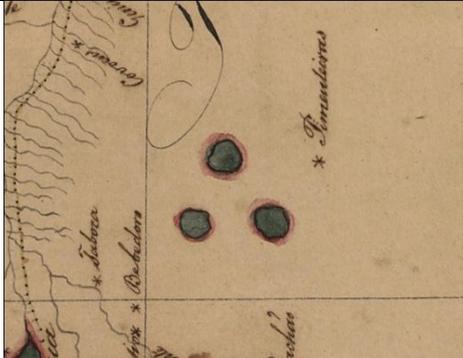
Militar, fazendeiro e político, o João do Rego comandou várias entradas bem-sucedidas contra nações indígenas na Capitania, como contra os Gueguê e Akroá. Sua derradeira atuação como militar foi coordenar frustradas campanhas contra os Pimenteira. As motivações do tenente-coronel no cumprimento dessa missão no sudeste da Capitania eram muito firmes, destacadas em notáveis ocasiões. Idoso e quase cego, João do Rego comandou pelo menos três expedições contra os Pimenteira na década de 1770, incluindo a bem documentada expedição de 1779 (OLIVEIRA, 2007). Ele foi um dos maiores defensores de se fazer guerra ofensiva contra os Pimenteira, contrariando ordens régias. No ano de 1781, o ato de delegarem a Manoel Ribeiro Soares a liderança de uma escolta volante que deveria proteger as fazendas no sudeste do Piauí contra os índios, gerou ciúmes em João do Rego, levando-o a declarar ao governo que possuía destacamento melhor do que o de seu concorrente.

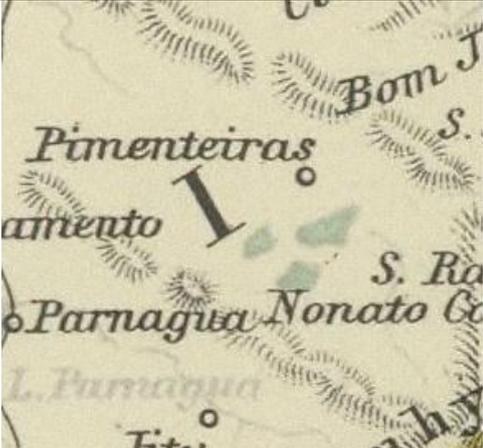
Mesmo conhecendo os efeitos da motivação do tenente-coronel, não podemos afirmar se as ações do João do Rego no sudeste do Piauí foram ou não induzidas pela busca da Lagoa Dourada. Porém, sabemos através da cartografia e do corpus mitológico das comunidades no sudeste do Estado do Piauí, que a Lagoa Dourada, abstratamente, ocupou e ocupa os domínios do Sertão das Pimenteiras.

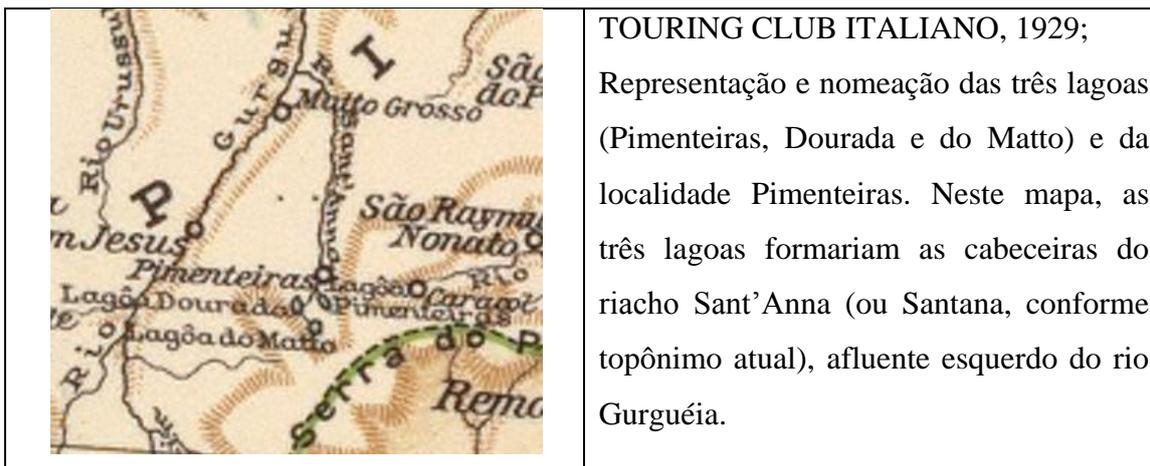
No mapa da “PROVINCIA DO PIAUHY” contido no “Atlas do Imperio do Brazil” de 1868, a Lagoa Dourada é representada juntamente com outras duas lagoas

intituladas Ibiraba e Pimenteira, situadas a sul da localidade Pimenteiras. As lagoas formavam, na iconografia referida, as pontas de um triângulo equilátero localizado nos domínios da Comarca de S. Raymundo Nonato, no sudeste da Província. Em mapa anterior, datado de 1816, a localidade Pimenteiras aparece a nordeste de três lagoas ainda não nomeadas. Em cartografias posteriores, do fim do século XIX e início do século XX, a associação entre as três lagoas e a localidade Pimenteiras é mantida. Em mapas datados de 1891, 1893 e 1897, há referência nominal somente à localidade Pimenteiras, as três lagoas estão presentes, porém sem denominação. No mapa de 1922, a localidade Pimenteiras está ausente, sendo representadas somente as três lagoas, e somente as lagoas Ibiraba e Pimenteiras estão denominadas. Em um mapa de 1929, estão presentes e denominadas tanto a localidade Pimenteiras quanto as três lagoas, sendo que, ao invés do topônimo Ibiraba, utilizou-se o topônimo Lagôa do Matto. A evolução dessas representações no sudeste do Piauí pode ser acompanhada na tabela 01.

Tabela 01 - Evolução nas representações cartográficas das três lagoas relacionadas à localidade Pimenteiras.

Recorte do sudeste do Piauí	Fonte; observação
	<p>Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará, 1816;</p> <p>Representação das três lagoas (não nomeadas) e da localidade Pimenteiras.</p>
	<p>ALMEIDA (ORG.), 1868;</p> <p>Representação e nomeação das três lagoas (Pimenteiras, Ibiraba e Dourada) e da localidade Pimenteiras.</p>

 <p>A map fragment with a greenish-brown background. The word 'Pimenteiras' is written in a cursive script. To its right, 'S. João' is partially visible. Below 'Pimenteiras', there are three small, irregular shapes representing lakes. Further down, 'S. Raimundo' and 'Nonato Cordeiro' are written. At the bottom, 'Piauí' is partially visible.</p>	<p>COELHO, 1891;</p> <p>Representação das três lagoas (não nomeadas) e da localidade Pimenteiras. Nota-se que a lagoa equivalente em outros mapas à Lagoa Pimenteiras estaria próxima às cabeceiras de um curso d'água que verte para o sul, na direção do rio São Francisco.</p>
 <p>A map fragment with a light beige background. 'Pimenteiras' is written in a cursive script. Below it, 'Parnagua' and 'Nonato G' are visible. To the right, 'S. R' is partially visible. At the bottom, 'Jity' is written. There are some greenish spots representing lakes.</p>	<p>KEITH, 1893;</p> <p>Representação das três lagoas (não nomeadas) e da localidade Pimenteiras.</p>
 <p>A map fragment with a pinkish background. 'Pimenteiras' is written in a cursive script. Below it, 'Parnagua' and 'Parnagua L.' are visible. To the right, 'Raimundo Conf' is partially visible. At the bottom, 'Jity' is written. There are some blue and red spots representing lakes.</p>	<p>McNALLY, 1897;</p> <p><i>Mesma observação de COELHO, 1891</i></p>
 <p>A map fragment with a greenish background. 'Jesus da' and 'argueira' are written. Below them, 'L. Pimenteiras' is written. Further down, 'L. Ibiraba' and 'L. Motto' are visible. At the bottom, 'Parnagua' is written. There are some green spots representing lakes.</p>	<p>BARTHOLOMEW, 1922;</p> <p>Representação das três lagoas com nomeação somente da L. Pimenteiras e da L. Ibiraba.</p>



Podemos observar ainda hoje no Estado Piauí a presença de narrativas envolvendo lagoas fantásticas.

No município de Parnaguá, no sul do Piauí, sobrevive uma variação da lenda da Lagoa Dourada. No fundo das águas da lagoa de Parnaguá, em um castelo, habitaria um ente mudo e misterioso que tudo previa, inclusive a seca e o inverno. Objetos de ouro enfeitariam seu trono. Dizem que anunciaria o fim do mundo quando falasse (BARROS, 2009).

Em São João do Piauí, sudeste do Piauí, existe a lenda da Pedra Caída. Segundo o escritor Gilvanni (*apud* BARROS, 2009:364), na beira de uma lagoa chamada Grande

“jaz um bloco de pedra conhecido por Pedra Caída. Reza a tradição que dentro dele estão guardadas muitas riquezas, e que para abri-lo, é preciso achar a chave do segredo, escondida nalgum recanto das águas. Há pescadores que sonham puxar na rede a tal chave encantada”.

André Folha e Sebastião Alves, os primeiros povoadores da atual cidade de Santa Luz, sudeste do Piauí, chegaram à região em 1902 desejando visitar a Lagoa das Vacas, hoje lagoa da Santa Luz, cujas águas, na crença popular, seriam milagrosas (MELO, 2005; BARROS, 2009).

Em alguns municípios no sudeste do Piauí, a Lagoa Dourada é conhecida como a encantada Lagoa da Pimenteira, um mito lembrado pelos mais velhos das zonas urbanas e conhecido e difundido pela população da zona rural. Segundo a tradição oral, haveria no alto dos Gerais, chapada que pertenceu ao território do Sertão das Pimenteiras, uma lagoa encantada, a lagoa da Pimenteira. Essa lagoa juntamente com os habitantes de seus

arredores, os caboclos, só apareceriam para quem eles desejassem, ocultando-se magicamente nas demais circunstâncias¹⁵.

No município de Canto do Buriti, no sudeste do Piauí, os caçadores eram aconselhados pelos mais velhos a terem cautela ao se embrenharem na chapada dos Gerais, pois lá poderiam se deparar com a lagoa encantada da Pimenteira¹⁶.

Da mesma forma que o Sertão das Pimenteiras se justificou e perdurou devido à presença do “gentio” homônimo, a Lagoa Dourada, sítio fecundo no desconhecido, não poderia ser pensada em disjunção aos índios bravios, que eram a personificação do sertão. Isso explicaria a associação na cartografia histórica da localidade Pimenteiras, onde se supunha habitar o “gentio”, com a Lagoa Dourada. Da mesma maneira, por fusão e por interpretações locais, se configurou e se difundiu em nossos dias o mito da lagoa encantada da Pimenteira que, como não poderia deixar de ser, é abrigo de caboclos igualmente encantados.

É bastante interessante e ilustrativo notar que muitos desses mitos no Piauí envolvendo lagoas míticas estão concentrados no sul-sudeste do Estado, em municípios que fizeram parte ou que ficavam nos arredores do Sertão das Pimenteiras, ou que estiveram envolvidos diretamente na sua história de ocupação colonial (fig. 03).

¹⁵ Informação obtida mediante entrevista documentada em vídeo realizada com o senhor Antônio Fernandes, 70 anos, em sua residência no povoado Barreiro, no município de Guaribas, no Piauí, em 19 de janeiro de 2011, às 8 horas da noite.

¹⁶ Informação obtida mediante entrevista documentada em diário de campo realizada com o senhor José Barreto Filho, 56 anos, munícipe de Canto do Buriti/PI, na residência do Rômulo Macêdo Barreto de Negreiros, na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí, em 05 de abril de 2011, às 7:30 horas da noite.

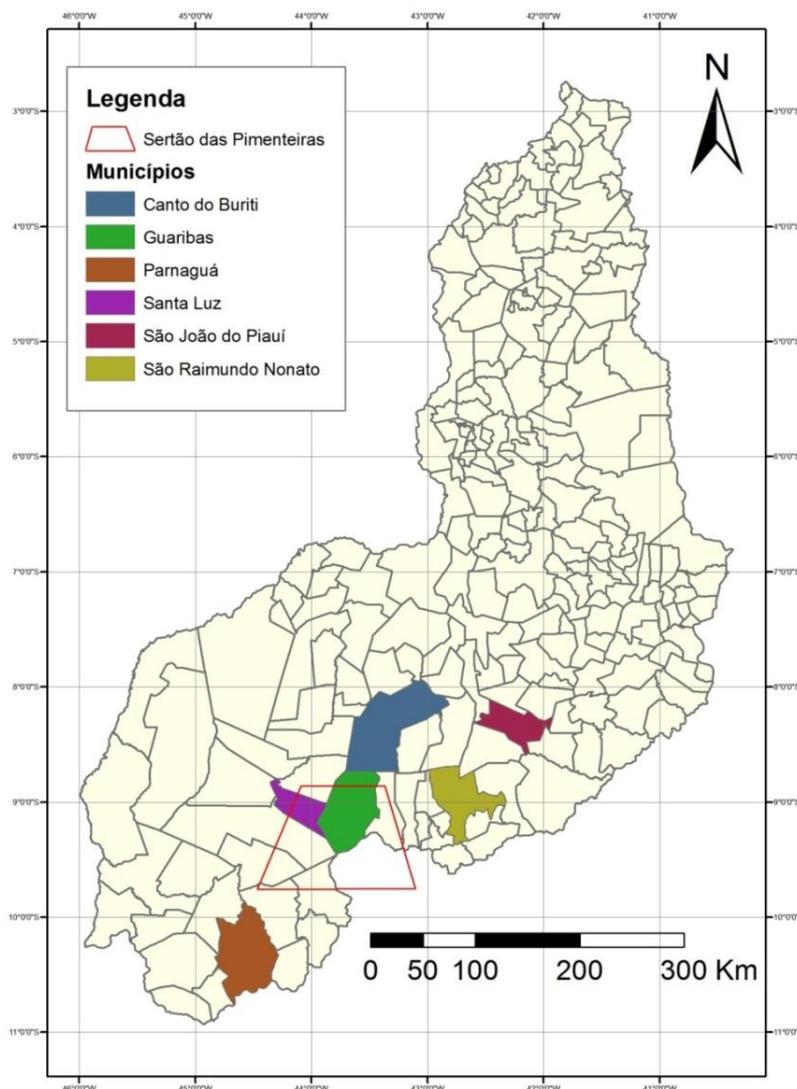


Figura 3 – Municípios no Piauí onde identificamos narrativas envolvendo lagoas míticas. *Fonte da malha municipal: [HTTP://www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)*

Até 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) declarava que o Estado do Piauí era o único da federação brasileira que não possuía índios. Nessa perspectiva oficial difundida pelas escolas e fortalecida pela oralidade, os índios eram atavismos que não poderiam ser pensados fora do campo histórico, arqueológico ou mítico.

Hoje três grupos estão em processo de reconhecimento como indígenas no Piauí: os Itacoatiara, os Codó Cabeludo e os Cariri, respectivamente nos municípios de Piri-piri, Pedro II e Queimada Nova. Em 2011 foi criada em Piri-piri a primeira base da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no Estado, um marco na luta pelos direitos dos indígenas e de

seus remanescentes¹⁷. Esses fatos são muito significativos para um Estado na qual a história oficial declarava sumariamente a extinção dos últimos grupos indígenas em seu território no século XIX.

Após explorarmos o espaço de ocupação dos Pimenteiras, o Sertão das Pimenteiras, nos deteremos nos aspectos históricos e culturais desse grupo que foram descritos pelos colonizadores.

Até a realização deste trabalho, o conhecimento acadêmico sobre os Pimenteiras era fruto exclusivamente de pesquisas documentais. O mais exaustivo estudo sobre o tema foi produzido por Oliveira (2007) em sua tese de doutorado “O Povoamento Colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência”. Esse trabalho seminal, além de ter fomentado a escolha da temática desta dissertação, foi a nossa principal fonte de dados sobre os Pimenteiras. Sintetizaremos, a seguir, alguns pontos apresentados por essa autora.

O etnônimo Pimenteiras foi uma atribuição colonial de razão geográfica. Os índios receberam por nome o confim sudeste da Capitania que por muito tempo habitaram, o Sertão das Pimenteiras. Esse batismo foi promovido por uma necessidade e por uma estratégia: uma necessidade prática de nomear o pouco conhecido grupo indígena predador de fazendas nas cabeceiras do rio Piauí, e uma estratégia civilizacional da política pombalina de negação de nomes bárbaros para os lugares e para as pessoas.

Os índios conhecidos por Pimenteiras possivelmente eram dois ou mais grupos que chegaram à região do sudeste do Piauí no fim do século XVII ou em meados do século XVIII refugiados do avanço das frentes pastoris que colonizaram o médio rio São Francisco, destacando-se os Coripó e os Prassaniú. Os Coripó podem, inclusive, ter tido um contato mais intenso com os colonizadores no aldeamento franciscano de Nossa Senhora do Pilar, missão estabelecida na Ilha dos Coripó (1702-1761), no médio São Francisco. Esses grupos migraram para o Piauí e aí se fundiram talvez como uma estratégia de sobrevivência.

O grupo Pimenteiras ficou por muito tempo isolado no Sertão das Pimenteiras sem incomodar os luso-brasileiros que já instalavam suas fazendas nas ribeiras do Piauí desde fins do século XVII. Em eventos relacionados ou não, ao fim do ano no qual foi efetivada a primeira incursão burocrática naquele sertão, em 1769, houve o assassinato do proprietário da fazenda Sítio da Aldeia, o reinol Faustino Pereira, por parte dos indígenas.

¹⁷Fonte: [HTTP://www.portaldia.com/](http://www.portaldia.com/) acessado em 19/04/2011 às 09:53.

A morte do Faustino Pereira foi o estopim das desavenças entre os moradores do Piauí e os indígenas.

Essa guerra, oficialmente ocorrida entre os anos de 1769 e 1815, foi um contínuo jogo de ação e reação das facções antagonistas, conforme se pode acompanhar na cronologia de seus acontecimentos (tab. 02).

Tabela 02: Cronologia dos acontecimentos da guerra da conquista. Fonte: baseado em dados de Oliveira (2007).

Acontecimento	Ano
Realização da primeira incursão burocrática promovida pelo governo do Piauí ao Sertão das Pimenteiras. Encontraram uma aldeia abandonada;	1769
Assassinato do Faustino Pereira, criador da fazenda Sítio da Aldeia, pelos indígenas;	Dezembro de 1769
Os Pimenteira se aproximaram de algumas fazendas nas cabeceiras do Piauí;	1773
Partiu de Oeiras uma expedição sob o comando de João do Rego Castelo Branco e Felix do Rego Castelo Branco;	1º de agosto 1776
Marchou uma nova tropa contra os Pimenteira;	15 de setembro de 1776
Marchou outra tropa sob o comando do cabo da diligência Felix do Rego Castelo Branco;	1777
Ocorrem ataques indígenas às fazendas Conceição e Santo Antônio. Por conta disso, essas fazendas foram abandonadas;	1779-1782
Expedição com mais de cem homens partiu de Oeiras. Ocorreu um pequeno confronto entre Pimenteiras e a tropa. A expedição chega a uma aldeia abandonada;	15 de abril a agosto de 1779
A rainha Dona Maria I autorizou que se fizesse guerra defensiva contra o “gentio”. Foi realizada uma nova entrada que partiu para o sertão do rio Piauí, vila de Parnaguá e rio São Francisco;	1780
São enviadas diversas escoltas volantes para o sudeste da capitania;	1781-1783
Ataque indígena à fazenda São Lourenço onde três pessoas foram assassinadas;	1781
Uma nova entrada foi realizada sob o comando do Inácio Rodrigues de Miranda. Chegaram a uma aldeia e conseguiram, pela primeira vez, capturar índios para servirem de “língua”, doze deles, entre mulheres e crianças;	Maior de 1790
Ataque indígena à fazenda Cavaleiro. A sede da fazenda foi queimada ocasionando na morte de dois moradores que estavam nela sitiados. Mataram a flechadas cachorros, gado vacum, cavalos, cabras e carneiros e dispuseram os corpos das cabras pelas cercas. Foi atacada ainda a Fazenda Conceição onde morreram uma mulher não índia e cinco Pimenteira.	1790
Notícia dos Pimenteira nas fazendas Olho D’Água, Serra Vermelha e em Parnaguá;	1790
Ataque à fazenda Taboleiro Alto	Início do século XIX
Vinte e duas fazendas foram abandonadas por conta dos ataques dos Pimenteira;	1803/1804
Realizada entrada para reconhecimento e abertura de estradas para a expedição do ano seguinte;	1806
Realizada entrada comandada por José Dias Soares. Uma habitação indígena é encontrada próxima a uma lagoa. Foram mortos dez índios e aprisionados	1807

onze;	
Trinta e cinco fazendas haviam sido abandonadas até então, incluindo as fazendas do Fisco e a Fazenda Água Verde;	1807
Ataque indígena à Fazenda Jibóia;	1808
Nova entrada comandada por José Dias Soares. Por três vezes combateram os índios. Foram mortos quinze índios e aprisionados vinte e seis. Um considerável espólio foi inventariado;	1809
Governo ordena a reocupação de várias fazendas abandonadas, incluindo as Fazendas São Lourenço, Almas, São Vítor, Tambor, Vereda, Curimatá, Santo Antônio, Conceição, Sítio da Aldeia, Poço das Ribeiras, São João, Caiçara, Cavaleiro, Volta, Riacho, Deserto, Caraíbas, Boa Vista e Onça;	1809
Os Pimenteiras aparecem em Parnaguá;	1809
Assassinato de mais de cinquenta pessoas pelos índios e evacuação de muitas fazendas nas ribeiras do Piauí, da região do rio Gurguéia e da vila de Parnaguá;	1810
Os Pimenteiras continuavam afugentando moradores das ribeiras do Piauí, Parnaguá e Jerumenha;	1811
É autorizada a continuação da expedição do José Dias Soares. Índias capturadas em missões anteriores são usadas para convencer seus iguais a se aliarem aos colonizadores. Encontro ocorre, porém, não houve acordo de paz;	16 de maio 1811
Os Pimenteiras continuaram ameaçando as ribeiras do Piauí. Entradas foram organizadas com cerca de cinquenta homens para atacarem os indígenas;	1812
O governo do Piauí declarou a extinção dos Pimenteiras e a conquista foi dada como concluída.;	1815
Governo recapitula dos atos do “gentio”: mais de trinta fazendas de gado abandonadas nas ribeiras do Piauí, uma grande parte do termo da vila de Parnaguá, e outra do distrito de Pilão Arcado.	1819

A maioria das informações relatadas sobre os Pimenteiras nas fontes documentais estava comprometida em auxiliar os colonizadores com as estratégias de guerra. Nesse sentido, pouco foi explorado sobre a cultura material dos Pimenteiras, interesse natural desta pesquisa, e menos ainda foi escrito sobre a cultura imaterial.

Martius (1863), quando de sua passagem por Oeiras em 1820, registrou cerca de cento e vinte palavras, com suas respectivas traduções em latim, da língua usada pelos Pimenteiras.

A cultura material ou foi descrita de maneira vestigial ou como espólio de guerra. Fragmentos de cerâmica (“cacos de panelas, potes, louça de barro”) e trilhas na mata indicavam para os moradores do Piauí ranchos abandonados e a consequente proximidade do “gentio”.

Imensas flechas de seta de ferro, dois machados e uma cachaporra foram enviados ao governador como troféu do bem sucedido ataque a uma aldeia pela entrada comandada por Inácio Rodrigues de Miranda, em 1790. Do ataque a uma aldeia pela entrada comandada por José Dias Soares, em 1809, foi inventariado um espólio misto de artefatos

e animais domésticos: “oitenta e quatro arcos, trezentos e trinta e seis flechas, quarenta redes, vinte e quatro machados de pedra, trinta e dois cães, seis papagaios, dois periquitos, dois canários, dois carcarás, vários instrumentos de caça e diversos utensílios de uso doméstico”.

A descoberta de imagens católicas esculpidas em pedra e contas de rezar em acampamentos e numa aldeia abandonados levou a suspeita dos colonos de que os Pimenteira outrora haviam sido aldeados pelos jesuítas. O *aió*, um tipo de cesto confeccionado de cipós (*Bignoniaceae*) entrançados, foi um utensílio comumente encontrado em antigos ranchos abandonados dos índios. Além do arco e flecha, também foram citados outros artefatos de combate e caça, como a cachaporra e a cacheira, que são instrumentos usados para dar bordoadas.

Dois tipos de assentamentos dos Pimenteira foram observados pelos colonizadores: acampamentos provisórios e aldeias.

Acampamentos provisórios abandonados (talvez acampamentos sazonais de caça) eram frequentemente vistos pelos colonos no vale do rio Piauí e descritos a partir de artefatos descartados, como cerâmica e cestos.

As aldeias, bem como suas localizações, foram descritas em quatro entradas, ocorridas nos anos de 1769, 1779, 1790 e 1807.

Foi durante a entrada de 1769, comandada por Francisco da Cunha Carvalho, que os colonizadores chegaram pela primeira vez a uma aldeia dos índios que viriam a ser conhecidos por Pimenteira.

[...] Vestígios que me levaram a uma aldeia despovoada haveria um ano, que a meu parecer poderia ter em si, pelos ranchos que achei 400 almas, mas fazendo alguns juízos acompanhado de alguns prudentes assentamos, que era ramo de aldeia grande aonde não pude chegar; uns dizem que terá 1 φ= e tantas almas, outros, que 2 φ, isto tudo é pela fantasia, mas as grandes trilhas e roças despovoadas indicam haver o mesmo número. [...] A nação são caboclos, e estes se tratam no sustento com asseio, as casas a imitação de católicos, seus ranchos muito limpos, e em alguns deles achei contas de rezar; instrumentos para a sua lavoura no modo possível, ferro de qualidade nenhuma; vivem muito pobres a meu entender na lei natural [...] ¹⁸.

No dia 12 de julho 1779, a entrada comandada por João do Rego Castelo Branco também encontra uma aldeia despovoada dos Pimenteira, cuja descrição combina em vários pontos com aquela feita por Francisco da Cunha Carvalho dez anos antes.

¹⁸ CARTA do governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei D. José, sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, datada de 20 de julho de 1770 *apud* OLIVEIRA, 2007: 74-75.

desta lagoa [da Formiga] chegaram a Aldeia em distancia de 9 léguas, já sem gente. Aldeia é sem água, e se sustenta este gentio; de raízes de umbus, e paus de água, cujas raízes se achavam sumamente cavadas, muitas roças, pouco mantimento, por ser tudo catinga, julga-se povoação nova, e de trezentos moradores, casas arrumadas ao modo dos Brancos, cobertas de cascas de pau, viram várias letras, pinturas de mulher com saias, chiqueiro de porcos de casa; e outras coisas que nos confirmaram a desconfiança de comércio com cristãos fora as ferramentas que observamos pelo corte delas, várias flechas de fiska de ferro (...) Os índios tinham toras de embiruçu muito altas, e grossas para pelejarem por detrás delas, e tinham trincheira nova, emboscadas para o caminho da Conceição. O terreno do lugar é do tamanho da praça de Oeiras e por dentro sumariamente limpo, e a trincheira tapada como quintal dos Brancos e tinham 56 toras grandes dos embiruços [*Pseudobombax simplicifolium*]¹⁹.

Na entrada de 1790, a tropa comandada por Inácio Rodrigues de Miranda chegou uma aldeia e finalmente consegue capturar índios que servissem de “língua”, isto é, informantes que noticiassem sobre a real condição de seus iguais, a nação a que pertenciam e o seu número.

(...), cheguei finalmente a fazenda Conceição com 50 soldados (...) Marchei finalmente procurando uma lagoa que fica distante da fazenda Conceição 4 léguas para [...] descendo, procurando o sítio da Aldeia, correndo as fronteiras até o Cavaleiro, cheguei a dita lagoa no dia 30 de maio pelas 8 horas da manhã, e às 2 da tarde do mesmo dia, expedi 40 homens e certos, nomeando por cabo o sobredito José Dias da Costa com as recomendações conforme a ordem de V. S^a, no outro dia 31 de maio deram em rastro fresco do gentio e a poucos passos chegaram a umas roças e logo ouviram rúmos de gente, e [...] [...] em duas partes [...] mesma hora tomaram chegada a uma das partes para [...] de um pequeno caminho os guiava e (...) chegaram sem ser vistos nem ouvidos dos inimigos, tanto a beira das suas tranqueiras, que disparando 4 armas a [...] se arremessara, todos dentro de repente, foi tal o susto que tudo correu, e os soldados foram aprisionando as que se achava mais a jeito, alheio tumultos e gritos das presas; e crianças voltaram os índios com o mesmo ímpeto, que foi necessário o cabo com muito trabalho, e fadiga dos soldados por razão e a presa e mandar levar fogo ao inimigo, ficando deles 4 mortos e dos nossos 2 flechados, ambos varados os braços e quem dos restos tudo fugiu, e só de longe gritavam muito [...] por cima algumas flechas, o cabo mandou também gritar e dando alguns tiros com que tudo se calou. Cuidaram os soldados de queimar tudo [...] que tinham imensas flechas, algumas [...] trouxeram das quais vão duas para V. S^a ver, e essa de ferro, é a que flechou um dos soldados, vão 2 machados, uma cachapora e do muito que havia, nada puderam trazer por razão da catinga com que se meteram com a presa fugindo do trilho por onde tinham ido por ser ali todo perigo por razão das [...], e

¹⁹ DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779 *apud* OLIVEIRA, 2007: 185.

chegaram no outro dia 1º de junho onde eu tinha ficado, todos com muito gosto, no qual eu os acompanhei, e agradei²⁰.

A entrada de José Dias Soares, de 1807, chegou a uma aldeia situada junto a uma “lagoa fortificada”, combateram os indígenas e os afugentaram.

Só uma das 3 divisões e que comandava o dito José Dias é que avistou o inimigo situado junto a uma lagoa, e fortificada com *faxinas* segundo uso deste gentio, que faz um tapume tão fechado que senão rompe senão com fogo, tendo só uma ou duas saídas que são defendidas por muitos cães que não só dão aviso a seus donos que pressentem gente, mas avançam denodadamente a quem os quer forçar cercou com a pouca gente que tinha a lagoa fortificada, e tendo dado ordem para acerto final acometeram todos mesmo tempo, sucedem terem pressentido os que estavam mais próximos às portas, ou abertas da fortificação, e por isso atacadas pelos que as defendiam, e como não tinha ai força suficiente foram soltos pelos índios em massa ficando sempre mortos 10, e aprisionados 11 sem que dos nossos percesse ou fosse ferido um só, acudiu então o Comandante ajuntando toda a gente que tinha no cerco, e as perseguiu dando-lhe caça por um dia, mas a dificuldade de penetrar por mata fechada, e tão espaços, o impossibilitou de os seguir mais os soldados estropiados e feridos pelo mato o fizeram para estabelecer em posição vantajosa onde havia água, ai se ajuntaram as outras divisões, que tendo seguido diversos rumos, neles não encontrou o inimigo, e só sim continuados vestígios e rastros deles²¹.

Mesmo essas aldeias estando referenciadas em uma relação de distância de algum ponto conhecido, principalmente lagoas e fazendas, a localização delas é muito genérica, dificultando os exercícios de identificação baseado somente nas fontes escritas. A mesma generalidade descritiva pode ser observada em relação à cultura material, que carece de especificidades.

Se, por um lado, conhecemos as principais motivações que levaram os moradores do Piauí a tentarem ocupar o Sertão das Pimenteiras, ocasionando em conflitos com os indígenas, é preciso avaliar também as motivações dos Pimenteiras nessa guerra.

Uma das motivações dos Pimenteira para atacarem as fazendas no sudeste da capitania, talvez a principal delas, foi descrita por José Dias Soares a partir de confissões feitas a ele por índios então pacificados:

Recebi o officio de Vossas Senhorias de 21 de agosto e junto com a de 8 facões tendo eu mandado pedir **vinte e quatro machados** e quatro facões[,] estes para o serviço que se faz preciso e **aquelas para contentar os índios por ser o que eles mais estimam tanto assim que é a causa deles fazerem os maiores danos que tem feito para**

²⁰ OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, datado de 08 de julho de 1790 *apud* OLIVEIRA, 2007: 94-95.

²¹ EXPOSIÇÃO da luta com o gentio Pimenteira no Piauí, em 1807. Carta do governador Carlos Cezar Burlamaqui. Oeiras, 03 de outubro de 1809 *apud* OLIVEIRA, 2007: 102.

tomarem machados pois assim o confessam e é uma alegria grande que mostram quando (...)²². (grifo nosso).

Outras fontes primárias complementam a informação apresentada pelo Coronel José Dias Soares e mostram que as motivações dos Pimenteiras para atacarem as fazendas não se resumiam somente a aquisição de machados, e sim a aquisição de todos os materiais de ferro disponíveis, além de outros tipos de butins, conforme veremos adiante. Por exemplo, após os índios atacarem a fazenda Sítio da Aldeia em 1769, assassinando o proprietário Faustino Pereira, queimando três casas de palha e matando e incinerando três porcos, eles levaram todo o material de ferro: “enxadas, machados, ferragem de sela, ferro de ferrar e tudo mais que acharam”²³.

Os instrumentos de ferro eram artigos raros para os colonos que habitavam o sudeste da capitania Piauí (KNOX, 1986; OLIVEIRA, 2007), o que não dizer para os Pimenteiras, cujo principal meio de aquisição desses objetos provinha do ataque a alguma fazenda. Não há qualquer indício documental de que os Pimenteiras soubessem como explorar esse tipo de matéria-prima - abundante no substrato do sudeste piauiense²⁴ - diretamente da natureza. No entanto, a presença de flechas com ponta de ferro descritas em várias campanhas pode sugerir a transformação pelos indígenas dos metais obtidos nas fazendas em utensílios de guerra e caça²⁵.

Além da clara utilidade que os artefatos metálicos tinham no dia-a-dia, facilitando a execução de várias tarefas, como na agricultura, na caça, etc., o ferro pode ter cumprido o papel de bem de prestígio para a sociedade Pimenteira. Clastres (2011) mostrou como o prestígio do guerreiro era conseguido e mantido em várias sociedades indígenas das Américas por meio de feitos arriscados e contínuos dos indivíduos em território inimigo, sendo o butim trazido (instrumentos de ferro, alimentos, reféns, cavalos, escalpo dos inimigos, etc.) a prova do sucesso dessas empreitadas. As fontes documentais apontam para a existência de um contingente de guerreiros entre os Pimenteiras, “homens de guerra” conforme a designação da campanha de 1779 (OLIVEIRA, 2007), que seriam

²² OFÍCIOS e relações de José Dias Soares, referentes a entrada que fez ao gentio Pimenteira, na capitania do Piauí (1811) *apud* Oliveira, 2007: 128.

²³ AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770 *apud* Oliveira, 2007: 70.

²⁴ O recente interesse de grandes mineradoras pela região é uma prova disso. Fonte: <http://www.meionorte.com/ominerioenosso/pg/2/>, acessado em 14/10/2011 às 00:08 horas.

²⁵ No caso das fazendas de gado, a presença de ferreiros era uma necessidade. Eles eram responsáveis por produzir e reparar o instrumental de trabalho dos vaqueiros, como a “guiada”, os estribos, armas brancas, etc. O ferreiro, além do carpina, oleiro e mestres do couro, eram pequenos ofícios que davam suporte à organização social da pecuária (DINIZ, 2008).

muito provavelmente os autores dos ataques aos colonos. O ferro, um dos possíveis butins de guerra obtido nos ataques às fazendas de gado, pode ter tido uma dupla finalidade na sociedade Pimenteira: garantiria aos índios a posse de instrumentos que facilitariam a execução de suas tarefas ao mesmo tempo em que garantiria o imprescindível prestígio aos guerreiros, status adquirido e fortalecido nas perigosas missões para conseguir esse metal.

E quanto mais perigosa a missão, maior era o prestígio que estava em jogo. Tanto que, em busca de prestígio, os guerreiros tratavam de “empreendem expedições cada vez mais longas, penetrando cada vez mais fundo em território inimigo e renunciando à segurança oferecida pela proximidade de seu próprio território (CLASTRES, 2011: 27)”. No caso dos Pimenteira podemos observar alguns atos extremos de indivíduos almejando obter prestígio. Por exemplo, a presença permanente de escoltas volantes entre 1781 e 1783 visando proteger as fazendas mais vulneráveis aos ataques dos índios não trouxe segurança para os moradores do sudeste da Capitania, e sim problemas. Personagens contemporâneas a esses acontecimentos concordaram que a presença dessas escoltas não serviu de utilidade alguma, “pois os [ataques dos índios] continuaram, mais ainda, cresceram²⁶”. Ou seja, o grau de perigo oferecido pela presença das escoltas volantes era diretamente proporcional ao prestígio que poderia ser obtido, situação essa que representava uma ótima oportunidade para os guerreiros, levando-os a intensificar suas atividades.

Não podemos descartar a hipótese de que o ferro também pode ter sido obtido pelos Pimenteira através de relações de troca com os colonos. A presença de artefatos de ferro na aldeia abandonada encontrada pela campanha de 1779 gerou na tropa “a desconfiança de que os indígenas poderiam fazer comércio com cristãos (OLIVEIRA, 2007:75)”.

No entanto, é preciso lembrar que em 1769, um pouco antes do primeiro ataque indígena registrado a uma fazenda de gado, a tropa comandada por Francisco da Cunha Carvalho não encontrou “ferro de qualidade nenhuma” na aldeia descoberta. Porém, em campanhas ocorridas após o início dos conflitos, os colonos encontraram em aldeias dos Pimenteira artefatos metálicos, por exemplo, “flechas de fiska de ferro”. Disso e dos outros dados apresentados acima percebemos que o incremento ou ampliação dos

²⁶ ORDEM de Inácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, datada de 29 de abril de 1782. CAB, p. 155-155v, códice 151 *apud* Oliveira, 2007: 93-94.

artefatos metálicos entre a cultura material Pimenteira aparentemente ocorreu em função do desenrolar dos conflitos. Entre os ganhos dos índios com a guerra podemos destacar a aquisição de instrumentos metálicos.

Outro butim que poderia ser obtido pelos Pimenteira nos ataques poderiam ser “alimentos”. No caso das fazendas do sudeste do Piauí, os alimentos potencialmente disponíveis seriam os animais de criação: bois, cabras, porcos, etc.. No entanto, as fontes mostram que esses animais, enquanto “alimento”, não tinham para os Pimenteira a finalidade de butim. Nos ataques às fazendas tanto os animais quanto os seres humanos eram mortos. Ilustrativo dessa questão são os animais mortos no ataque à fazenda Sítio da Aldeia em 1769, ou o ataque à fazenda Cavaleiro em 1790 onde os índios “mataram a flechadas cachorros, gado vacum, cavalari, cabras e carneiros e dispuseram os corpos das cabras pelas cercas”. Acreditamos que os Pimenteira não dependiam dos colonos na sua alimentação, necessidade essa que deveria ser suprida por suas roças, citadas nas fontes documentais, pela caça e pela coleta. Ocorria exatamente o contrário. Os animais introduzidos pelos colonos precisavam de uma grande quantidade de recursos para sobreviver, o que refletia na necessidade de amplas extensões de terra para sua criação. Isso deve ter prejudicado sobremaneira o equilíbrio da fauna nativa, por conseguinte, a disponibilidade de caça. O assassinato de animais e colonos nas fazendas era um dos meios possíveis para o restabelecimento desse equilíbrio.

Por outro lado, o assassinato dos animais e exposição de seus corpos traria benefício aos guerreiros no sentido de expor aos inimigos uma postura de ferocidade, uma prática política muito comum entre vários grupos indígenas na América Portuguesa (ALMEIDA, 2010). Ser temido pelos inimigos também é uma forma de prestígio para o guerreiro.

Um terceiro butim possível para os Pimenteira em decorrência dos ataques às fazendas seriam “reféns”. As fontes registraram um único caso de rapto efetuado pelos indígenas, onde levaram consigo um menino de 12 ou 14 anos, de nome Manoel Dias Soares, sobrinho do coronel José Dias Soares. Baseado em dados históricos e etnográficos, Clastres (2011) apontou que o rapto de crianças e jovens tinha o objetivo de suprir uma carência na taxa de natalidade enfrentada por algumas sociedades que viviam em *guerra efetiva permanente*, que seria o caso dos Pimenteira após 1769. As pessoas nessa faixa etária obviamente estão muito mais aptas a adotarem uma cultura que não a sua de origem, facilitando sua inclusão na sociedade receptora.

Um único relato de rapto não reflete uma falta de interesse dos Pimenteira por esse tipo de butim. O interesse dos índios por “refêns” pode ter esbarrado na escassez numérica dos seus inimigos. Conforme vimos, os colonos que habitavam o sudeste da Capitania do Piauí eram muito limitados demograficamente. As fazendas geralmente eram ocupadas por poucos homens, quase nenhuma mulher e, conseqüentemente, raríssimas crianças. Tal qual o ferro, as crianças poderiam representar um butim muito significativo para a sobrevivência social e biológica dos Pimenteira.

Pelo que foi apresentado, percebemos que as motivações dos índios na guerra seriam um reflexo do controle do território e de seus recursos. O Sertão das Pimenteiras era o lugar de onde os índios tiravam sua subsistência. Esse espaço de subsistência tornou-se um espaço político na medida em que ele precisou ser defendido do avanço dos colonos. A guerra para os índios tinha por finalidade proteger seu território, ou seja, proteger seus recursos, e expandir suas fronteiras, garantindo a posse de outros recursos, como os instrumentos metálicos.

2. APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A sociedade industrial, a mais formidável máquina de produzir, é por isso mesmo a mais terrível máquina de destruir. Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade. (...) Que importância podem ter alguns milhares de selvagens improdutivos comparada à riqueza em ouro, minérios raros, petróleo, em criação de bovinos, em plantação de café, etc.? Produzir ou morrer, é a divisa do Ocidente (...) (CLASTRES, 2011: 86-87)

2.1. TEORIAS

No Sertão das Pimenteiras, entre o fim do século XVIII e início do XIX, dois grupos disputavam a ocupação deste espaço situado em grande parte no sudeste da Capitania de São José do Piauí: os índios Pimenteira e os colonos. Os índios conhecidos por Pimenteiras possivelmente eram dois ou mais grupos que chegaram à região refugiados do avanço das frentes pastoris que colonizaram o médio rio São Francisco (OLIVEIRA, 2007). Da mesma maneira, a colonização do sudeste do Piauí e instalação das primeiras fazendas de gado foi um reflexo do avanço das frentes pastoris para além do médio São Francisco. Os grupos entraram em conflitos que perduraram por quase meio século. Portanto, um dos principais fatores para a ocupação do Sertão das Pimenteiras e também contributiva para o início dos conflitos entre índios e colonos seria a implantação da atividade pastoril no interior da América Portuguesa, processo iniciado na segunda metade dos Seiscentos.

A implantação da atividade pastoril nas Américas e em outras partes do mundo esteve diretamente associada ao funcionamento do sistema social conhecido como economia mundial, surgido em decorrência da expansão europeia por todo o planeta a partir do fim do século XV. A economia mundial seria o tipo moderno de sistema mundial.

Segundo Wallerstein, um sistema mundial seria

um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação, e coerência. Sua vida resulta das forças conflitantes que o mantêm unido por tensão e desgaste na medida em que cada um dos grupos busca remodelá-lo em seu benefício. Tem a característica de um organismo, enquanto tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros. Em momentos diferentes suas estruturas podem ser

definidas como fortes ou débeis nos termos da lógica interna de seu funcionamento (WALLERSTEIN, (1999: 489).

Para Wallerstein até o momento existiram apenas duas variedades de sistemas mundiais: os impérios mundiais e a economia mundial. Nos impérios mundiais haveria um sistema político único derivado de economias de escala supra-regional que controlava efetivamente grande parte de uma área ocupada por sociedades de grau inferior de complexidade.

A economia mundial, por estar disseminada por todo o planeta, seria caracterizada por abarcar uma multiplicidade de sistemas políticos e de culturas. A chave da longevidade e força deste sistema mundial seria sua forma de organização econômica estruturada no capitalismo. De acordo com Wallerstein (1999: 491) o “capitalismo como modelo econômico se baseia no fato de que os fatores econômicos operam no seio de uma arena maior do que qualquer entidade política possa controlar totalmente”. Ou seja, diferente dos impérios mundiais onde o poder estava concentrado em uma unidade política, o que acarretava numa fragilidade do sistema frente a tensões das áreas dominadas, na economia mundial a capacidade de manobra dos capitalistas dentro do sistema ao longo do tempo garante sua estabilidade.

Na economia mundial existiria uma divisão extensiva do trabalho baseada “no princípio de localização mais eficiente de produção dentro do sistema como um todo” (CHAMPION, 2005:5). Teríamos uma organização social que “amplia e legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema de explorar o trabalho de outros, é dizer, de receber uma parte maior do excedente” (WALLERSTEIN, 1999: 492). Basicamente, de um lado estariam os estados do Centro e do outro as áreas periféricas.

De acordo com Sanjuán (2005) os estados do Centro seriam formações sociais e políticas de caráter estatal onde a elite governante teria se convertido em consumidora de certos recursos localizados nas áreas periféricas (matérias-primas exóticas e de luxo, mão de obra barata), o que gerou pautas de interação (intercâmbio comerciais, colonização, *razzias*) a longa distância (*sistema mundial*) entre aquela e estas. As áreas de periferia, por terem instituições financeiras e produtivas débeis e capacidade técnica inferior, têm diversos aspectos de sua realidade regulados pelo centro.

Esse princípio de divisão extensiva do trabalho baseado em fatores geográficos explicaria a seleção de locais para implantação de distintos modelos produtivos no Brasil colônia, onde se plantava cana-de-açúcar na costa e se criava gado no interior, cada qual aproveitando as propriedades climáticas, edafológicas e fitogeográficas locais visando

uma melhor produtividade. Assim, enquanto a periferia supria o centro com matérias-primas, por exemplo, com os produtos derivados do gado *vacum*²⁷ e da cana-de-açúcar, o centro, mais desenvolvido tecnologicamente, detentor de poder coercitivo econômico, exportava produtos manufaturados ou industrializados para a periferia. A impossibilidade da periferia em produzir esses artigos o tornaria dependente em relação ao centro. Assim, os processos produtivos seriam os responsáveis por criar uma interação social assimétrica na medida em que “os indivíduos devem depender dos outros para ter acesso à tecnologia, energia ou recursos naturais necessários para a produção” (MCGUIRE, 2005: 39).

No contexto de ocupação do Sertão das Pimenteiras pelos luso-brasileiros, o modo como se deu a posse territorial seguiu uma tendência racionalizada pela lógica da atividade pastoril. Segundo Paterson (2005: 277), os europeus “estabeleceram indústrias pastoris como empreendimentos capitalistas e colonialistas para prover *commodities* para as nações industrializadas dentro de uma rede global apoiada por investimentos internacionais”. A preferência pela instalação de fazendas de gado na área pode ser atribuída as suas particularidades fitogeográficas. O pasto da bacia Canindé-Piauí, o mimoso, era ótimo para a engorda e reprodução dos rebanhos. O problema da escassez de água era contornado com a escolha de locais com bom provimento de água para alojar as fazendas e pela construção de cacimbas e barragens. Além do que, a região estava localizada em um ponto geográfico central em relação aos centros consumidores (São Luiz, o recôncavo baiano, o litoral da Capitania de Pernambuco e as zonas auríferas) e servia como elo terrestre entre os polos populacionais do norte da América Portuguesa.

Embora tenha se desenvolvido no interior da atual região Nordeste do Brasil toda uma variedade de cultura material derivada do couro²⁸, os colonos dependiam do dinheiro obtido da venda do gado para suprir a carência de víveres e também para consumir os produtos manufaturas no centro, como baixelas e artigos religiosos de luxo (KNOX, 1986). Somando-se a isso, a região respondia aos desígnios legislativos da corte

²⁷ Segundo Antonil (1711), exportava-se para Portugal o couro do gado *vacum*, usado ou para empacotar rolos de fumo (invólucro conhecido como *surrão*) ou na forma de solas (ou seja, o couro curtido, também conhecido por *atanado*). Além disso, eram exportados o charque (carne seca), chifres e pelos (KNOX, 1986).

²⁸ “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz” (ABREU, 2006: 73). Esse determinismo na matéria-prima da cultura material vernácula levou o Capistrano de Abreu a criar a expressão “Civilização do Couro” como uma referência ao sertão do Nordeste colonial.

portuguesa e do vaticano. Assim, podemos concluir que os moradores do Piauí viviam em uma área periférica dentro do sistema mundial moderno.

A expansão da economia mundial no Sertão das Pimenteiras no fim do século XVIII através da atividade pastoril teve implicações profundas na realidade sociocultural dos povos então moradores daquelas paragens, sendo a mais visível delas, e talvez a mais profunda, a atribuição do designativo “Pimenteira” pelos moradores do Piauí para caracterizar todos os índios que ali habitavam.

“Pimenteira” é uma exo-definição, ou seja, é uma atribuição categorial globalizante, baseada em similaridades simplificadoras, criada pelos *outsiders* para nomear àqueles grupos que de alguma maneira eram considerados diferentes (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998). Conforme vimos no capítulo 1, o designativo “Pimenteira” surgiu em decorrência do fato de os índios naquele momento (fim do séc. XVIII) habitarem o Sertão das Pimenteiras, a última fronteira civilizatória da Capitania do Piauí. Ou seja, o critério utilizado na criação do designativo se deu em função da distribuição territorial dos indígenas.

Estaríamos lidando com um caso em que a exo-definição contribuiu para produzir um processo de etnicidade no sudeste da Capitania do Piauí? Acreditamos que sim.

Partindo do conceito de que a etnicidade “é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores (POUTIGNAT & STREIFF-FENART 1998: 141)”, podemos compreender melhor esse caso.

Através da devassa realizada pelas autoridades quando do assassinato de Faustino Pereira nas ribeiras do rio Piauí em 1769²⁹, os colonos entrevistados informaram que deveria haver pelo menos dois grupos indígenas na região, os Coripó e os Prassaniú, que “andavam místicos”, isto é, juntos. Foi elemento de concordância entre os entrevistados nessa investigação que os citados grupos eram oriundos do rio São Francisco, local de onde eles “tinham se ausentado”.

Em um primeiro momento, o fato dos grupos indígenas andarem juntos, aparentemente, não acarretou no surgimento de uma nova etnia; haveria entre os índios habitantes do Sertão das Pimenteiras uma diversidade que foi reconhecida pelos

²⁹ AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Pereira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770 *apud* OLIVEIRA, 2007: 69.

moradores das ribeiras do rio Piauí, diversidade explicitada nos distintos etnônimos citados.

No decorrer da guerra da conquista, houve a necessidade dos colonos de nomear os indígenas predadores de fazendas no sudeste da Capitania do Piauí. Daí surgiu a exo-definição “Pimenteira”. Em consequência dessa nomeação globalizante, alheia a diversidade étnica e cultural dos grupos existentes, os índios passaram a ser coletivamente objeto de um tratamento específico por parte dos colonos. Ou seja, qualquer índio habitante do Sertão das Pimenteiras, independente de ter ou não envolvimento no ataque às fazendas, passou a ser tratado como inimigo. Essa forma de tratamento comum deve ter gerado nos índios uma solidariedade real, em que foi necessário aceitar a homogeneização decorrente do designativo Pimenteira e transformá-la em algo positivo. Assim, a *unidade* imposta pelos colonos foi assumida pelos índios como um meio de garantirem suas sobrevivências, afinal, juntos se tornariam mais fortes³⁰ (OLIVEIRA, 2007). Essa união já estaria se desenvolvendo desde a vinda deles da região do rio São Francisco, o andamento da guerra da conquista tratou de concretizá-la.

As interações sociais entre os colonos e os índios foram atingindo uma maior complexidade no decorrer da guerra, realizando-se ao longo e além de suas fronteiras, principalmente no âmbito dos conflitos: nos ataques as fazendas e na realização das entradas. As fronteiras são lugares ou processos espacialmente dinâmicos cuja variabilidade tanto sincrônica quanto diacrônica seria produto da interação entre distintos fatores: ambientais, sociais, étnicos, econômicos, políticos, históricos e culturais (BAGALONI, 2006). Teriam sido nesses “contatos” que os processos de etnicidade foram sendo vivenciados. Partindo disso, precisamos tentar entender a práxis da etnicidade (JONES, 2005), ou seja, identificar quais foram os signos culturais diferenciadores ativados nessa interação social durante a guerra. Por conta da temática desta pesquisa, nossa análise levou em conta apenas os signos culturais materiais.

Segundo Jones as realizações práticas da etnicidade

em muitos exemplos envolvem a produção e consumo de distintos estilos de cultura material (...) [sendo essas realizações] produto da interseção de disposições perceptivas e práticas do povo envolvido e os

³⁰ Situações recorrentes foram observadas em outros momentos, como no caso dos americanos nativos que “depois de terem sido por décadas submetidos a um tratamento administrativo uniforme, acabaram por criar uma identidade geral de indígenas a partir do sentimento de opressão compartilhada e da experiência comum do sistema de reservas” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART 1998: 145). O mesmo está ocorrendo atualmente no Brasil, por exemplo, no caso dos afro-brasileiros, um movimento de solidariedade que se fortaleceu após a Constituição de 1988 (MALCHER, 2009).

interesses e oposições produzidos em um contexto social particular (JONES, 2005: 37-38).

Alguns elementos da cultura material dos Pimenteiras foram descritos nos documentos. Podemos observar que uma parte da cultura material citada pouco se diferenciava, qualitativamente, daquela usada pelos colonos, como machados de ferro, imagens católicas esculpidas em pedra, contas de rezar, casas cobertas de cascas de pau “arrumadas ao modo dos Brancos”, chiqueiro de porcos, roças de subsistência, etc. A outra parte estava composta por uma cultura material mais “indígena”, como flechas, vasilhames cerâmicos, machados de pedra, redes, paliçadas, etc., nada que, do ponto de vista técnico, possa ser considerado como específico aos Pimenteiras.

Assim, é bastante complicado, neste momento, utilizar as escassas e pouco precisas referências à cultura material dos Pimenteiras descritas nos documentos como um meio para entendermos a práxis da etnicidade. Contudo, outros caminhos são possíveis.

Um elemento de diferença entre os índios e os colonos, apresentado com bastante recorrência nos documentos escritos, seria o modo como os grupos configuraram suas territorialidades durante a guerra. Para os colonos, os índios eram o território em que viviam; o Sertão das Pimenteiras só seria um lugar civilizado, isto é, um domínio efetivo do Piauí, através da assimilação, expulsão ou extermínios dos índios. Da mesma forma, um dos objetivos dos índios nesse conturbado período seria expulsar os colonos da região, fato exemplificado pelas dezenas de fazendas de gado abandonadas no decorrer dos conflitos. Essa diametral oposição nas formas de ocupar o espaço talvez tenha relação com as atividades econômicas praticadas, a caça dos índios e a pecuária extensiva dos colonos, que - conforme explanamos no capítulo anterior - são atividades incompatíveis na região em estudo.

Portanto, os signos culturais socialmente diferenciadores desse processo étnico estariam representados nas distribuições díspares dos assentamentos dos colonos e dos índios no sudeste da Capitania do Piauí, sendo um a negação do outro. Das relações espaciais estabelecidas entre os assentamentos de ambos os grupos poderíamos vir a entender como a práxis da etnicidade foi validada através dos processos de ocupação no Sertão das Pimenteiras. A guerra da conquista representou um jogo contínuo que teve implicações diretas na esfera da organização territorial. A verificação diacrônica dessa dinâmica de ocupação e desocupação da área abrirá caminhos para compreendermos melhor o fenômeno da etnicidade entre os colonos e os índios Pimenteiras.

2.1.1 Problema

Compreender como os Pimenteiras e os colonos configuraram suas territorialidades no sudeste da Capitania do Piauí durante a guerra da conquista (1769-1815).

2.1.2 Hipótese

A expansão da economia mundial no Sertão das Pimenteiras foi responsável pelo surgimento da identidade Pimenteira. Os territórios dos grupos em questão eram mutuamente excludentes pelo fato de sua exploração ser baseada em atividades econômicas não compatíveis: a pecuária extensiva praticada pelos colonos, e a caça praticada pelos índios. Nesse contexto histórico, a fronteira étnica que demarcaria o limite da interação social entre nós/eles teria uma contrapartida territorial (BARTH, 1998), sendo o Sertão das Pimenteiras o território dos índios, e o seu entorno imediato o território dos colonos. Com o decorrer da guerra, as fronteiras territoriais foram se expandindo ou se retraindo em decorrência das vitórias e das derrotas dos antagonistas. Logo, a guerra teria sido deflagrada principalmente pela monopolização do território e de seus recursos.

2.1.3 Objetivo

Os assentamentos, as aldeias e as fazendas, são evidências da expressão da territorialidade dos Pimenteiras e dos colonos. Objetivamos identificar esses assentamentos, que representariam as maiores unidades de organização social³¹ no sudeste do Piauí no período da guerra da conquista (1769-1815), visando entender a configuração da territorialidade dos grupos envolvidos. Para isso utilizamos de métodos de Reconhecimento e Análise Arqueológica de Território.

³¹ No sudeste do Piauí, depois das fazendas de gado e das aldeias, a maior unidade de organização social surgida foi a Freguesia de São Raimundo Nonato, criada em 06 de julho de 1832 com sede no lugar Confusões, ou seja, ela foi criada 14 anos depois do fim da guerra entre índios e colonos. A sede dessa freguesia foi transferida em 1836 para o sítio Jenipapo, no atual município de São Raimundo Nonato. (D'ALENCASTRE, 1857)

2.2. MÉTODO

2.2.1. Reconhecimento Arqueológico de Território

O Reconhecimento Arqueológico de Território foi o segmento que mais teve inovação na disciplina na área dos trabalhos de campo. Os objetivos e métodos desse segmento, orientados nos primórdios da arqueologia pela busca de relíquias móveis e imóveis da antiguidade clássica, foram adaptados e reorganizados a partir da formulação de novos problemas e teorias em conjunção ao desenvolvimento de todos os campos da ciência. Em contraste à escavação, o Reconhecimento Arqueológico de Território é uma prática mais barata que, apesar de fornecer dados em menor nível de detalhamento em detrimento daquela, nos permite trabalhar com mais agilidade vários sítios em uma escala espacial maior de análise.

Os métodos de Reconhecimento Arqueológico de Território já arraigados na disciplina e operacionais para esta pesquisa foram o levantamento documental, a prospecção de superfície, o reconhecimento por imagens de satélite e o uso das informações orais (RENFREW e BAHN, 2006; MARTÍNEZ, 2000; ASTON, 2002; SANJUÁN, 2005; BICHO, 2006; DAVID, 2006; LITTLE, 2006).

Tendo como referência o problema e os objetivos de cada projeto de pesquisa, o levantamento documental consiste na obtenção de informações prévias relevantes que orientem os trabalhos de campo e potencializem seus resultados. Os documentos comumente usados pelos arqueólogos são a cartografia histórica e contemporânea, e as fontes escritas primárias e secundárias. Os levantamentos documentais podem ser feitos em bibliotecas, prefeituras, universidades, cartórios, museus, coleções particulares, internet³², entre outros.

Seasholes (1988: 92) define mapas históricos como “aqueles produzidos em contemporaneidade às informações que eles representam, bem como aqueles que são reconstruções posteriores de um dado lugar em algum período específico no passado”. Essa autora completa que na arqueologia histórica esses mapas podem ser usados para determinar a localização de sítios específicos, no delineamento de padrões de assentamentos e para a verificação de mudanças topográficas.

³² Quando se pesquisa sobre determinado território na internet, é essencial conhecer as modificações e a diversidade léxica que o topônimo tem ou pode ter tido. Por exemplo, no site da Biblioteca Nacional Digital serão apresentadas listas diferentes de documentos históricos do Piauí quando digitamos no campo de busca “Piauhy”, “Piauhi” ou “Piauí”.

Quatro critérios intrínsecos aos mapas históricos precisam ser levados em conta quando da seleção e usufruto desses documentos numa pesquisa arqueológica (SEASHOLES, 1988):

- O propósito com que o mapa foi produzido. Por exemplo, mapas produzidos com propósitos exclusivos de levantamento político-administrativo de uma Capitania implicariam na representação geográfica mais precisa e detalhada de cidades, vilas, fazendas, rios e riachos do que mapas produzidos com finalidade de ilustrar uma Atlas escolar do séc. XIX;
- o público-alvo para o qual foi destinado o mapa. Por exemplo, os primeiros mapas do Novo Mundo eram destinados a membros do alto escalão dos reinos europeus, cujas representações cartográficas, então sigilosas, eram muito mais confiáveis do que aquelas de mapas produzidos a partir de relatos de marinheiros e destinados ao grande público;
- a inclinação do autor ou compilador. Por exemplo, um marinheiro ao produzir um mapa poderia destacar determinados pontos relacionados ao seu ofício, como portos, arrecifes, cais, etc. em detrimento de outros pontos secundários de seu interesse;
- e a perícia e rigor do cartógrafo ou compilador. Por exemplo, na prática um engenheiro deveria produzir um mapa muito mais realista e confiável do que um amador.

Um elemento que deve ser trabalhado em comunhão ao levantamento cartográfico são os topônimos. Os topônimos são, basicamente, os nomes próprios de lugares. Mais do que isso, os topônimos são registros na paisagem de fatos e acontecimentos sócio-históricos expressando a relação cultural dos seres humanos com a natureza (CASCUDO, 1956; SANJUÁN, 2005; SOUSA, 2008; VITRY, 2010).

No Reconhecimento Arqueológico de Território os topônimos podem indicar pontos de interesse arqueológico tanto pelo conteúdo indiciário expresso no nome próprio do lugar, quanto pela relação de continuidade toponímica que locais na atualidade podem ter com locais historicamente registrados em mapas e fontes escritas.

Alguns acontecimentos sócio-históricos registrados nos topônimos podem remeter a presença de evidências arqueológicas numa determinada região: o batismo de um local pode ter a ver com a descoberta ou a presença lá de algo extraordinário. As comunidades

mantêm relações muito particulares com as evidências arqueológicas, interpretando-as a partir de sua cosmogonia. O exotismo dos artefatos arqueológicos em comparação com a cultura material utilizada no dia-a-dia fomentaria uma leitura fantástica desses vestígios do passado. Por exemplo, um local onde existem ou existiram registros rupestres pré-históricos pode ter sido batizado no Brasil, mais especificamente no interior da região Nordeste, com denominações populares como “Toca do Letreiro” ou “Pedra Escrevida”, isto é, uma rocha contendo “uma escrita que ninguém sabe ler”. No levantamento cartográfico histórico e contemporâneo, o pesquisador precisa estar atento para toda essa gama de topônimos que indiquem pontos de interesse arqueológico (VIDE APÊNDICE A).

O segundo caso, o da *continuidade toponímica através dos tempos*, está diretamente vinculado ao uso na arqueologia histórica de mapas objetivando determinar a localização de sítios específicos (SEASHOLES, 1988). A localização de sítios específicos exige o constante diálogo entre mapas antigos, mapas atuais, fontes escritas e informações orais. Através da documentação escrita estipularíamos a relevância que a identificação de dado sítio teria para a pesquisa e buscaríamos o máximo de informações históricas e geográficas sobre ele. Tentaríamos, em seguida, observar nos mapas antigos se esse sítio foi registrado por cartógrafos ou amadores na época e verificar sua associação espacial com as representações de acidentes geográficos, como rios, lagos, morros, etc., e com outros sítios de localização conhecida. Assim, poderíamos sobrepor essas informações levantadas (as fontes escritas, os topônimos, a disposição geográfica do sítio em relação à paisagem e a outros sítios) em mapas contemporâneos e atestar a potencialidade de determinada região em abrigar o sítio em evidência.

Em ambos os casos descritos sobre o uso de topônimos no Reconhecimento Arqueológico de Território é preciso se valer também daqueles de usos estritamente locais, isto é, que não foram registrados em mapas. Tais informações geralmente são obtidas em campo durante as entrevistas com os moradores locais (SANJUÁN, 2005).

Quanto à cartografia contemporânea, dispomos das cartas topográficas DSG/SUDENE. A Diretoria de Serviços Geográficos (DSG) em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) produziram na década de 1970 uma série de cartas topográficas da região Nordeste do Brasil em escala de 1:100.000, cobrindo um área de 30' por 30' cada. As curvas de nível estão geralmente em equidistância de 40 metros; o DATUM VERTICAL de referência usado foi Imbituba -

Santa Catarina, e o DATUM HORIZONTAL foi o Córrego Alegre – Minas Gerais; o sistema de projeção adotado foi o UTM (*Universal Transversa Mercator*).

Para o Piauí e extremo norte baiano, as cartas topográficas de 1:100.000 são as de maior escala disponíveis no mercado³³. Cartas de vários estados foram vetorizadas e estão arquivadas em diversos órgãos governamentais, prontas para serem usadas em *softwares* de análise espacial, como o ArcGIS™ ou o AutoCAD™. Em nosso caso, dispúnhamos de praticamente todas as cartas topográficas vetorizados para os Estados do Piauí e da Bahia, com exceção de uma delas, a carta CHAPADA DOS GERAIS (Folha: SC.23-X-B-IV), essencial para esta pesquisa. Usando a versão impressa, essa carta foi digitalizada e vetorizada com ferramentas do *software* AutoCAD™ 2007.

Nessas cartas topográficas pudemos trabalhar os topônimos, na sobreposição delas aos mapas históricos, e também usá-las no planejamento da logística das atividades de campo.

A prospecção de superfície consiste em percorrer uma área previamente delimitada, geralmente por locomoção pedestre, visando a detecção visual e tátil de evidências arqueológicas (artefatos, ecofatos, geofatos, estruturas, etc.), o georeferenciamento dessas evidências e, em última instância, sua coleta total ou parcial.

A delimitação de uma área para a realização de uma prospecção arqueológica é orientada pelas circunstâncias e objetivos do projeto de pesquisa, este subsidiado pelas informações obtidas no levantamento documental. Essa delimitação pode ser feita baseada em quatro critérios (SANJUÁN, 2005; BICHO, 2006): delimitação geográfica natural, quando o objetivo do projeto é entender os processos povoamento de uma unidade geográfica (um vale, uma cadeia de montanhas, uma chapada, etc.); delimitação cultural ou política, que também trata de entender os processos de povoamento, mas neste caso estaria relacionado ao povoamento de uma determinada região por grupos culturais específicos (romanos, tupi, etc.) ou ao povoamento de unidades de caráter político no passado (uma Capitania, um povoado, etc.); delimitação administrativa, onde a área a ser prospectada corresponde a uma unidade político-administrativa atual (um município, um estado, etc.) tendo por objetivo principal a elaboração de cartas arqueológicas que auxiliem na gestão racional do patrimônio; e delimitação poligonal *ad hoc* que corresponde a uma área de impacto direto e indireto decorrente da execução de

³³ Uma escala é grande quando a carta abarca pouco terreno e vice-versa.

empreendimentos públicos ou privados (a construção de uma estrada, a transposição de rio, etc.), onde a prospecção arqueológica de superfície é parte dos procedimentos científicos de minimização de impactos ao patrimônio da união.

Em razão de muitas restrições (tempo, recursos materiais, etc.), dificilmente uma área delimitada para um projeto de pesquisa envolvendo prospecção de superfície poderia ser coberta em sua totalidade. Daí a necessidade prática de aplicar em campo estratégias de cobertura por amostragem que, teoricamente, seriam representativas do contexto arqueológico geral da área delimitada. A seleção das amostras, ou seja, da menor porção de terra a ser coberta, pode ser feita de forma sistemática, aleatória ou estratificada. Numa seleção sistemática as amostras são escolhidas obedecendo a um padrão distributivo-formal, por exemplo, as amostras teriam dimensões semelhantes e estariam dispostas em uma relação de equidistância no terreno. Numa seleção aleatória as amostras seriam escolhidas ao acaso ou por sorteio. Na seleção estratificada seriam atribuídos valores de prioridade (alta, média ou baixa) a unidades naturais semelhantes (como terraços fluviais, solos, vales, chapadas, etc.) de acordo com o grau de relevância que essas unidades poderiam ter para o projeto de pesquisa; cada unidade natural representaria uma amostra onde a seleção ou intensidade das prospecções seria proporcional ao nível de prioridade atribuído a cada unidade.

O nível de intensidade das prospecções de superfície nas amostras selecionadas, ou seja, a distribuição da equipe no campo está relacionada aos objetivos do projeto de pesquisa, ao número de pessoas recrutadas para a execução do trabalho, a experiência de campo desse pessoal, e aos recursos disponíveis. Devemos levar em conta também alguns imperativos “naturais”, como às condições de perceptibilidade do registro arqueológico, às condições imperantes ao nível de superfície, à acessibilidade, e ao clima.

As “condições de perceptibilidade do registro arqueológico” abarcam tanto as condições inerentes ao registro arqueológico, como por exemplo, o tamanho ou exotismo dos artefatos ou sítios que podem facilitar ou dificultar sua identificação, quanto à provável densidade e concentração de sítios em uma determinada área (MARTÍNEZ, 2000; SANJUÁN, 2005; BICHO, 2006). Os dados levantados nos documentos podem auxiliar na construção de um quadro hipotético dos possíveis registros arqueológicos presentes em uma área delimitada (líticos, cerâmica, louças, estruturas, etc.), o que será relevante na tomada de decisões quanto à intensidade das prospecções e na orientação da equipe de campo.

As “condições imperantes ao nível de superfície” dizem respeito às propriedades físicas da área delimitada que podem diminuir ou não as chances de identificação do registro arqueológico, como por exemplo, a presença de uma vegetação densa que dificulta a visualização do solo, ou seu oposto, os campos abertos, que facilitam a visualização do solo.

A “acessibilidade” está relacionada aos fatores naturais ou antrópicos que facilitam ou dificultam chegar à área delimitada ou a alguma fração dela. A vegetação é um fator que, dependendo de sua densidade, pode dificultar (nos casos das matas fechadas) ou não (nas matas abertas) o acesso às áreas visadas. A existência de acessos (estradas, trilhas) e seu estado de conservação é outro desses fatores. Um terceiro fator seria o da posse dos terrenos, onde teríamos que dispor de autorização do dono ou responsável para entrar e transitar na propriedade e, uma vez dentro, transpor uma série de inconvenientes, como cercas, currais, cachorros, etc.

O “clima” da região é outro fator que influencia nas operações de campo. Climas extremos, quente ou frio em demasia, afetam o desempenho dos prospectadores por serem muito desgastantes (BICHO, 2006). No entanto, percebemos empiricamente que os meses mais quentes no semiárido nordestino, de agosto a dezembro, favorecem a prospecção de superfície devido ao desfolhamento natural da vegetação, o que facilita a acessibilidade e a visualização do solo, e, conseqüentemente, dos registros arqueológicos.

A mais acessível ferramenta para o reconhecimento arqueológico de território por imagens de satélite é o Google Earth™. O Google Earth™ é um *software* de representação tridimensional do globo terrestre. Essa representação é concebida através da combinação de imagens de satélite, fotografias aéreas e de dados topográficos. As imagens e fotografias são obtidas por métodos passivos, isto é, pela captação da banda visível do espectro eletromagnético, não havendo qualquer estímulo artificial para a obtenção desses dados, como no caso dos métodos ativos. É possível ao usuário deste *software* controlar o ângulo de observação da superfície terrestre (perpendicular ou oblíquo, contribuindo para a compreensão do relevo), e também controlar a altura da visualização. A resolução espacial das imagens, ou seja, o valor de cobertura espacial atribuído a cada pixel varia entre 10 cm e 30 m. Quanto menor o valor dimensional relativo a um pixel maior será a resolução da imagem, possibilitando uma visualização mais próxima e nítida da superfície em uma determinada área. É possível também marcar

pontos de interesse na paisagem, rotas, buscar locais pelas coordenadas ou pelo topônimo, adicionar camadas entre outras funções. (PARCAK, 2009)

O uso do Google Earth™ na arqueologia trouxe uma série de benfeitorias, destacando-se no reconhecimento arqueológico de território. O reconhecimento de território pode ser feito pela busca de indicativos visuais que possam implicar na presença de um sítio arqueológico em uma região, como, por exemplo, unidades negativas (valas) perceptíveis pela descontinuidade paisagística que promovem na homogeneidade de uma plantação. Naturalmente, o reconhecimento pelo Google Earth™ de possíveis sítios exige a confirmação em campo, evitando equívocos interpretativos, por exemplo, confundir o rastro de um trator com uma trincheira pretérita. Com o Google Earth™ podemos também analisar de forma prática o entorno de sítios conhecidos, sua configuração espacial e questões ambientais. Esse *software* pode também contribuir no planejamento de uma campanha de prospecção, na questão acessibilidade, principalmente. (PARCAK, 2009)

Um método muito eficaz de Reconhecimento Arqueológico de Território usado constantemente nos trabalhos de campo de maneira informal, carente na literatura especializada nacional de uma sistematização, trata da obtenção de informações orais nas comunidades. Evans e Meggers (1965) pontuaram sobre essa questão em seu manual de prospecção destinado especialmente aos pesquisadores do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica). Segundo o casal (1965: 32), “a principal fonte de informação na localização de sítios arqueológicos são os próprios habitantes locais (...) não lhes passando despercebido qualquer aspecto fora do comum, como cacos [de cerâmica], lembrando-se freqüentemente da localização de tais ocorrências”.

Sanjuán (2005) associa a obtenção de informações orais nas comunidades às antiquadas práticas assistemáticas de prospecção da corrente histórico-culturalista na qual um pesquisador ou amador, geralmente sozinho, ia para determinada região desprovido de problemas e hipóteses visando descobrir sítios ou artefatos de grande valor estético auxiliado por relatos dos moradores locais. Esse arqueólogo, em seu manual sobre reconhecimento arqueológico de território, dedica não mais que poucas linhas sobre o proveito de usar informantes locais nos trabalhos de campo, temendo, talvez, fugir à cientificidade.

Conforme expressamos linhas acima em relação ao uso de topônimos no Reconhecimento Arqueológico de Território, as comunidades costumam interpretar os vestígios arqueológicos a partir de sua cosmogonia. O mesmo princípio de buscar na

paisagem pontos de interesse arqueológico por meio dos topônimos pode ser extrapolado no que tange às informações orais visando identificar sítios ou artefatos. Por exemplo, os machados polidos são frequentemente interpretados como “pedras de corisco” e os vasilhames cerâmicos como “botijas encantadas”. O pesquisador necessita conhecer diferentes interpretações populares sobre os elementos arqueológicos e, em cada contexto (rural, religioso, etc.) usar essas palavras ou expressões nos questionamento com os moradores locais (VIDE APÊNDICE B). Isso tenderá a aumentar as possibilidades de identificação da cultura material pretérita em uma determinada área, especialmente naqueles onde há pouco ou nenhum trabalho arqueológico.

Considerada um ramo do folclore, a tradição oral³⁴ é uma das principais fontes de dados para a compreensão da história dos povos sem escrita e de outros povos cuja história foi negligenciada pelos autores dos documentos escritos (MONIOT, 1995; GAZIN-SCHWARTZ e HOLTORF, 2005; LAYTON, 2005). São conhecimentos tradicionais, estáveis em seu conteúdo e delimitados em sua forma, transmitidos pela boca e pela memória através das gerações, funcionando como armazenadores e perpetuadores de saberes essenciais para a manutenção da ordem sócio-cultural dos povos. Uma tradição sobrevive por servir a uma função, função de divertir, lisonjear indivíduos ou grupos, como regulador moral, para justificar e explicar a ordem social e política, etc. Daí a necessidade de conhecer em profundidade a cultura do povo em estudo para entender qual aspecto na sociedade é regulado por cada tradição. Dependendo do formato em que se apresenta, a tradição oral pode ser separada em gêneros, tais como narrativas (históricas, épicas, lendárias, míticas, etc.), genealogias e outras listas úteis de nomes, precedentes e princípios jurídicos, poesias, contos, canções, etc. Devido à variedade de formas de interpretar o “tempo” pelos seres humanos (cíclico, linear, multidimensional, etc.), a conformação cronológica dos eventos tradicionalmente narrados varia de sociedade para sociedade, por exemplo, eventos não muito antigos podem ser remanejados para o momento de criação do universo. A datação desses eventos dentro da visão linear ocidental de tempo pode não ser possível, ou é possível apenas em termos relativos.

Uma das finalidades do uso da tradição oral no Reconhecimento Arqueológico de Território é contribuir para a identificação de cultura material pretérita na área delimitada para a realização de uma prospecção de superfície. Sem dúvida, a mais famosa pesquisa

³⁴ Little (2006) distingue tradição oral da história oral. Segundo a autora, história oral incluiria as memórias de indivíduos que viveram o tempo sobre o qual eles tratam, enquanto que as tradições orais vão além da memória viva e são considerados fatos pelos seus narradores.

nesse campo foi a descoberta de Tróia por Heinrich Schliemann. Esse renomado arqueólogo alemão se baseou nos indicativos espaciais (hidrologia, geomorfologia, topografia) descritos em *A Ilíada* para descobrir as ruínas de Tróia³⁵ (CERAM, 1954).

As evidências arqueológicas, assim como qualquer outro elemento sócio-cultural, são componentes ou temas em potencial de uma tradição oral, podendo estar atreladas a qualquer um de seus gêneros: uma narrativa histórica poderia tratar sobre a construção de uma barragem de pedras na fazenda de um indivíduo X; uma narrativa mítica poderia tratar sobre pedras de corisco ou botijas, etc. Algumas vezes essas tradições podem conter indicativos espaciais que sugeriram a localização dessas evidências, que é exatamente o que exploramos no Reconhecimento Arqueológico de Território.

Quando a pesquisa consiste em entender os processos de ocupação de uma unidade natural da paisagem (a partir de uma delimitação geográfica natural de área), de elaborar a carta arqueológica de uma região (a partir de uma delimitação administrativa) ou de cumprir com as atividades de um trabalho de arqueologia preventiva (a partir de uma delimitação poligonal *ad hoc*), seria interessante agregar às atividades de campo essas informações da tradição oral assim como todos aqueles dados obtidos dos questionamentos aos moradores locais, o que só iria contribuir quantitativa e qualitativamente nos resultados.

Em um Reconhecimento Arqueológico de Território a partir de uma delimitação cultural ou política a situação é bem mais complexa. O referencial cultural ou político dessa delimitação, restrito não só ao espaço como também a um intervalo relativamente fixo de tempo, implica diretamente na especificidade do que se busca, ou seja, das evidências arqueológicas produzidas nos contextos em questão. O que se objetiva neste caso, diferente do objetivo dos outros tipos de delimitação, não é apenas visitar todo local citado nas tradições orais visando à confirmação ou não do indicativo espacial, mas tentar discernir nas tradições orais o que é ou não é relevante para resolver o problema proposto para a pesquisa, em outras palavras, qual indicativo especial deve ser levado em conta. Nesta circunstância, a maior dificuldade em vincular as tradições orais a uma pesquisa arqueológica de Reconhecimento Arqueológico de Território consiste em filtrar delas aquilo que interessa.

³⁵ Embora “tradição oral” remeta obviamente a algo transmitido pela oralidade, não podemos negligenciar aquelas que foram registradas em alguma circunstância. A *Ilíada* e a *Odisséia* eram tradições orais antes de serem escritas.

No caso de uma pesquisa de Arqueologia Histórica, a tradição oral pode servir de complemento às informações levantadas nos documentos escritos. Nos documentos escritos pode haver descrições espaciais sobre um local onde aconteceu um importante acontecimento histórico. Contudo, essas informações às vezes são demasiado superficiais para possibilitar a identificação desse local. Pode ser que a tradição oral, por qualquer dos motivos funcionais apresentados acima, tenha salvaguardado algumas informações não abordadas nos documentos, inclusive dados espaciais mais detalhados. O problema estaria em saber se os eventos descritos nos documentos teriam relação com aqueles repassados pela oralidade, visto a própria dificuldade operacional em datar linearmente a tradição oral. Uma solução seria tentar identificar pontos genéricos em comum entre os eventos narrados nas duas fontes, como, por exemplo, o nome de uma pessoa ou a evocação de um grupo por suas ações violentas ou benéficas. A elaboração de um roteiro geral de entrevistas (ALBERTI, 2005), onde é sumarizada a cronologia dos eventos históricos mais significativos levantados para a pesquisa, é um bom instrumento a ser utilizado em concomitância à coleta de informações com os moradores locais.

Em algumas circunstâncias, os documentos escritos e a tradição oral seriam complementares: a tradição oral poderia complementar informações pouco detalhadas nos documentos escritos, e os documentos escritos podem ser usados para datar, ainda que relativamente, a tradição oral.

Em resultado aos dados obtidos no Reconhecimento Arqueológico de Território foram produzidos mapas que ilustram a distribuição espacial dos sítios que, segundo Sanjuán (2005), são o resultado tangível mais imediato desse procedimento de pesquisa. Os *softwares* adotadas para a realização desse procedimento foram o AutoCAD 2007 e o ArcGIS™ 9.3, onde utilizamos algumas ferramentas de elaboração de mapas e de análise espacial. Estes mapas fundamentaram as interpretações discutidas no capítulo final desta dissertação de mestrado.

Nesta pesquisa, o critério de delimitação da área na qual foi realizado o reconhecimento arqueológico de território correspondeu diretamente à demarcação administrativa da porção sudeste do Piauí levada a efeito pelo governo desta Capitania no período colonial, local este onde ocorreu grande parte das interações sociais entre os índios Pimenteira e os luso-brasileiros. Dessa forma, o critério de delimitação de área adotado foi o “político”, representado pelo território do Sertão das Pimenteiras, uma área trapezoidal de aproximados 12.600 Km² (fig. 01).

Por razões práticas, adotamos o sistema de cobertura de terreno por amostragem. A seleção das amostras adotada foi a estratificada, cujos valores de prioridade dados a diferentes unidades naturais foram orientados pelas informações extraídas dos documentos. A necessidade operacional dos colonizadores em instalar as fazendas de gado nas ribeiras dos rios mais significativos nos levou a atribuir a estas unidades naturais/amostras um valor “alto” de prioridade. Nos documentos, na cartografia e na tradição oral os assentamentos dos Pimenteiras foram associados a lagoas, logo, estas unidades naturais/amostras receberam um valor “alto” de prioridade.

Mesmo adotando uma cobertura do terreno por amostragem, existe uma grande quantidade de unidades naturais/amostras no Sertão das Pimenteiras dotadas com valor “alto” de prioridade - ribeiras de rios e lagoas - onde a realização de prospecções era incompatível com a realidade de ação desta pesquisa. Portanto, estas amostras foram refinadas a partir da aplicação de outros métodos de reconhecimento arqueológico de território.

As informações levantadas nos documentos contribuíram no refinamento das amostras, principalmente os dados da cartografia histórica. Na etapa de levantamento documental identificamos cerca de duzentos mapas nos quais a área em estudo foi representada de alguma maneira. Através dos critérios apontados por Seasholes (1988) para seleção e usufruto de mapas históricos na pesquisa arqueológica, três documentos desse conjunto receberam maior atenção: a “Carta Geografica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes”, levantada pelo engenheiro João Antonio Galici em 1761 (fig. 04); o “Mappa geographico da capitania do Piauí, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará”, possivelmente levantado em 1816 em oferecimento ao governador do Piauí à época, Balthazar de Souza Botelho de Vasconcelos (fig. 05); e a “Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauí”, produzida pelo tenente Joseph Schwarzmann em 1828 baseado em cartas manuscritas de José Pedro Cezar de Menezes, governador do Piauí no início do século XIX, e de Mathias Joze da Silva Pereira, arquiteto civil (fig. 06).



Figura 04 – Sudeste da Capitania do Piauí. Detalhe da “Carta Geografica da Capitania do Piaui, e parte das adjacentes, levantada pelo engenheiro João Antonio Galici em 1761”.

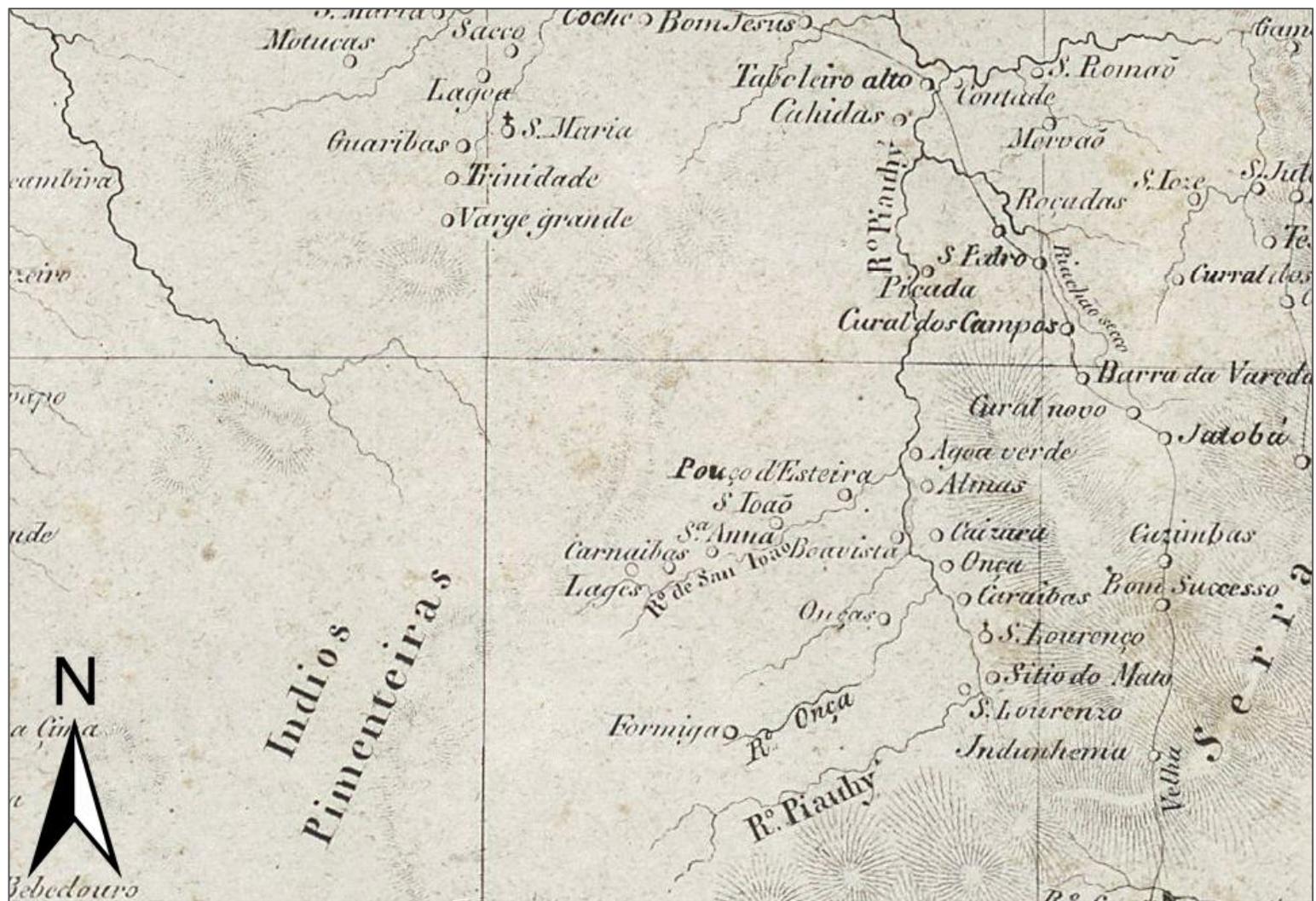


Figura 06 – Sudeste da Capitania do Piauí. Detalhe da “Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauhý”, produzida pelo tenente Joseph Schwarzmann em 1828.

Esses três mapas foram produzidos por autoridades no assunto com fins de ilustrar a unidade político-administrativa do Piauí, onde foram representados seus limites fronteiriços, cidades, vilas, freguesias, fazendas, áreas de domínio indígena, rios, riachos, serras, estradas, etc., destinados a suprir o governo de uma base fiável de conhecimento geográfico para auxiliar no controle e gestão dessa Capitania. Eles foram produzidos pouco antes do início e logo após a finalização oficial da guerra da conquista no sudeste do Piauí (1769-1815). Nesses documentos as continuidades, exclusão e acréscimo de representação no Sertão das Pimenteiras, sejam de ocupações humanas (fazendas, vilas, estradas, etc.) ou de acidentes naturais (rios, lagoas, serras, etc.), são reflexos da dinâmica social de interação entre indígenas e colonizadores, no qual o terreno foi constantemente ocupado e desocupado por ambos, descoberto, redescoberto, batizado, negado e requerido.

Pela relevância que os cursos d'água - rios e riachos - tinham para a sobrevivência e locomoção dos moradores do Piauí, suas representações nos mapas históricos, pelo menos os contornos gerais e a altura de encontro entre eles, correspondem à realidade. Constatamos isso ao sobrepor os mapas históricos às cartas topográficas DSG/SUDENE de 1:100.000 e às imagens de satélite do Google Earth™. A maioria dos topônimos desses cursos d'água se manteve na atualidade, como o rio Piauí, o riacho Itacoatiara, o riacho Poções ou do Poção, o riacho São Lourenço, etc.; outros foram rebatizados, como o rio de São João que hoje responde por riacho da Lagoinha, ou o rio da Onça, hoje Baixão do Sítio.

Ícones sugestivos (“casas” no caso do mapa de 1761) ou nem tanto (“asteriscos” ou “pontos”, respectivamente nos documentos de 1816 e 1828) indicam nos mapas a localização das fazendas de gado, distribuídas ao longo dos cursos d'água.

No caso dos indígenas, por falta de interesse das autoridades ou mesmo por falta de conhecimento sobre a situação geográfica dos Pimenteira, a representação dos assentamentos nos mapas carece de especificidade, como nos casos em que o nome do grupo sobre uma grande área em branco indicava seu território (mapas de 1761 e de 1828) ou quando uma localidade por nome “Pimenteiras”, tendo um asterisco como ícone, aparece associada a três lagoas não denominadas, conjunto este envolto por um espaço vazio (documento de 1816). Neste último caso, mesmo com a recorrência e um maior refinamento ilustrativo em mapas posteriores da associação da localidade “Pimenteiras” às três lagoas, conforme se pode observar na tabela 01 no capítulo 01, a conformação geográfica do conjunto nos diferentes documentos é confusa, com as lagoas

representando ora pontos d'água isolados, ora cabeceiras de um riacho que verte para o norte, ora as cabeceiras de um riacho que verte para o sul, além dos topônimos variarem entre um e outro mapa. Esses mapas foram produzidos principalmente com fins didáticos e não cumprem todos os critérios básicos para seu uso numa pesquisa arqueológica (SEASHOLES, 1988). Contudo, por causa da escassez de documentação relativa à localização de assentamentos indígenas, utilizamos, com a devida cautela, esse conjunto de mapas nessa etapa do reconhecimento arqueológico.

As fontes escritas descrevem genericamente onde estavam localizadas aldeias dos Pimenteiras (entradas de 1769, 1779, 1790 e 1807) associadas a elementos de referência na paisagem, como lagoas e fazendas, informações que servem de norte para a identificação desses assentamentos. Além disso, há topônimos que fazem referência a algum evento histórico sugestivo do conturbado período, por exemplo, relativo a feitos bélicos. Como observaram Neiva e Penna (1916: 174), descrevendo sua passagem pela região em 1912, “[d]e vez em quando, certo nome [de lugar], evoca a luta entre o aborijene e os conquistadores, como ‘Batalha’ por mais de uma vez repetida durante o percurso”.

A inter-relação entre os topônimos nos documentos escritos, nos mapas históricos, nas cartas da DSG/SUDENE e aqueles obtidos nas comunidades contribuiu no refinamento das amostras. A associação geográfica que as fazendas representadas nos mapas históricos mantinham com algum curso d'água, como a altura em que elas estavam situadas, sua proximidade a zonas de confluência de rios, nos permitiu contextualizar geograficamente os topônimos. Isso foi imprescindível porque acontece de várias fazendas do Piauí no período colonial e contemporâneo compartilharem o mesmo nome daquela que se objetivou identificar, como fazenda Almas, São Lourenço, etc., logo, a contextualização geográfica a partir de constantes naturais, como os cursos d'água, diminuiu consideravelmente a margem de erros.

O refinamento das amostras, que consistiu na delimitação cada vez mais restrita de áreas arqueológicas potenciais, teve sua derradeira etapa com a obtenção de informações orais nas comunidades, que seriam os questionamentos aos moradores sobre elementos extraordinários na paisagem e a uma leitura atenta das tradições orais. Nesta etapa os indicativos arqueológicos tendem a ser bastante pontuais, chegando muitas vezes a culminar no sucesso do reconhecimento, algo bastante útil em nossa realidade de pesquisa, em que contamos apenas com duas pessoas e um tempo reduzido para realizarmos os trabalhos de campo, sem possibilidades para levantamentos intensivos.

No entanto, entre todo o universo de cultura material possível para o sudeste do Piauí, cuja ocupação humana remonta a 50.000 anos (MARTIN, 1999), quais seriam os tipos de evidências materiais que representariam o sucesso do reconhecimento arqueológico no contexto desta pesquisa? Conforme os dados levantados na documentação histórica, restringimos as evidências materiais possíveis de se identificar numa projeção de superfície nas áreas de amostragem a um conjunto de quatro elementos para os índios Pimenteira, que seriam *montículos*³⁶, *artefatos líticos*, *artefatos cerâmicos* e *artefatos coloniais* (*louça, vidro, ferro, cerâmica torneada, etc.*), e um conjunto de quatro elementos para os colonos habitantes do vale do rio Piauí, que seriam as *casas de fazenda, estruturas em pedra, montículos* e *artefatos coloniais*.

Os *artefatos coloniais*, neste ponto, tem principalmente a função de servir como marcadores cronológicos relativos dos assentamentos, visto não termos outros meios, no caso dos indígenas, de atestar a temporalidade dos sítios descobertos. Esses elementos não foram utilizados no que tange à análise sobre a etnicidade dos grupos envolvidos.

Nos gráficos 1 e 2 ilustramos, respectivamente, as cadeias hierárquicas operacionais usadas para o reconhecimento arqueológico de território de aldeias dos Pimenteira e fazendas de gado coloniais no sudeste da Capitania do Piauí.

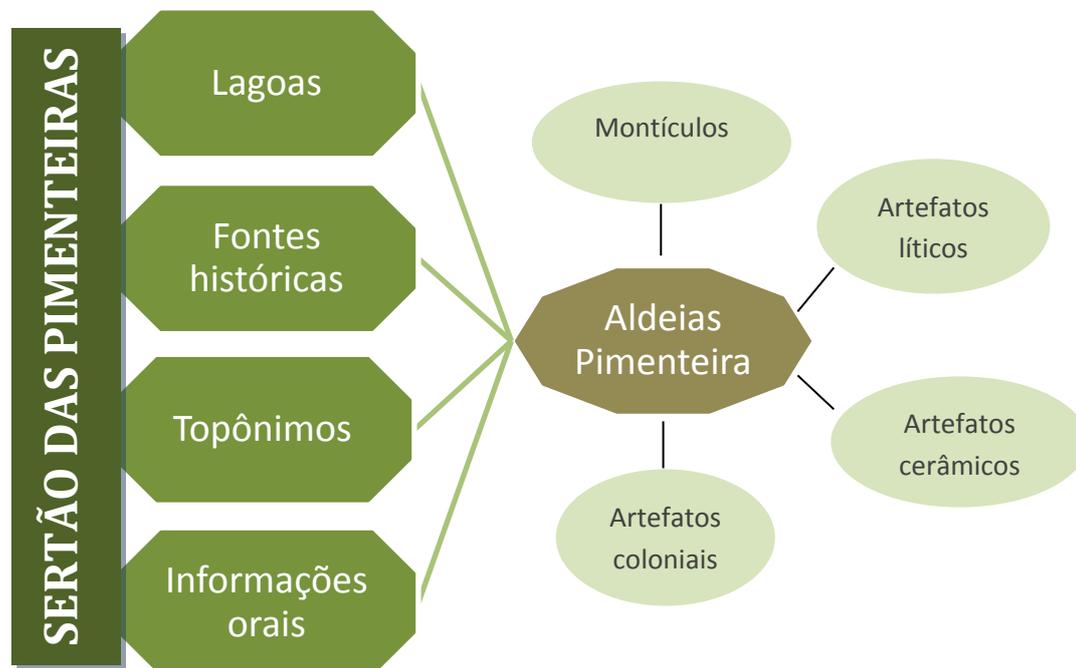


Gráfico 01 – Cadeia hierárquica operacional para reconhecimento arqueológico de território para assentamentos dos Pimenteira.

³⁶Montículos são formados a partir da degradação de estruturas, residências de taipa por exemplo. São perceptíveis na paisagem pela descontinuidade que promovem na topografia e pela vegetação que destoa do entorno, onde as propriedades edafológicas do solo que compõe o montículo podem selecionar as plantas que irão nascer ali, contribuindo ou restringindo o crescimento de espécies.

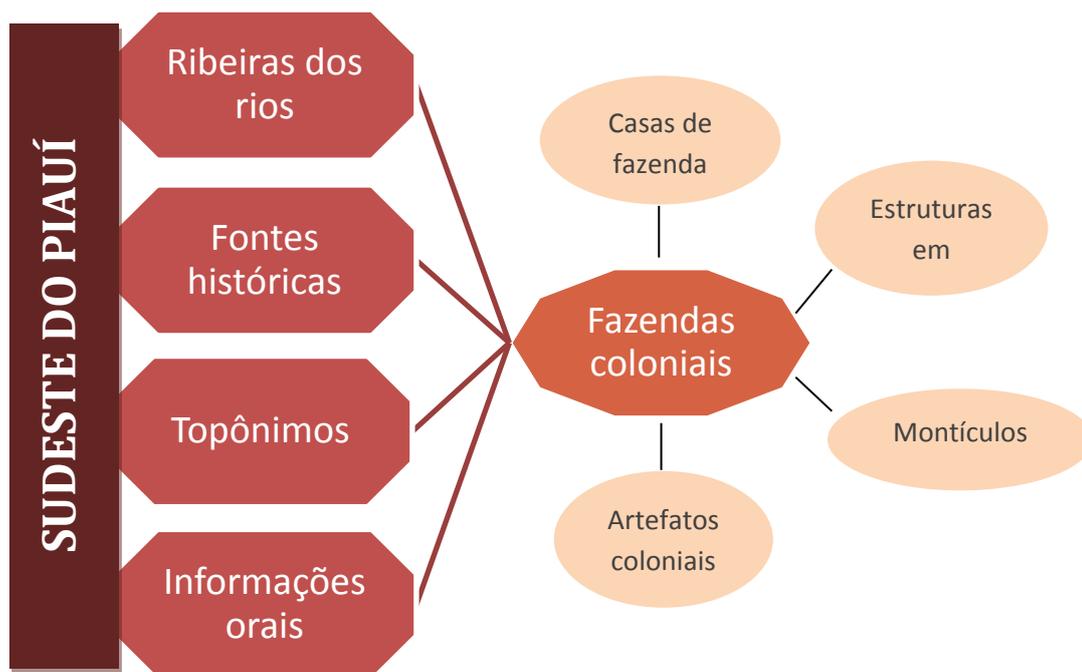


Gráfico 02 – Cadeia hierárquica operacional para reconhecimento arqueológico de território para Fazendas de Gado no sudeste do Piauí.

A equipe de campo foi formada pelo mestrando Rômulo Macêdo e pelo graduando em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Marcelo Alves Ribeiro. Para a locomoção até as áreas de amostragem dispúnhamos de uma motocicleta YAMAHA XTZ 125cc, partindo do centro de ação no município de São Raimundo Nonato. Mesmo a motocicleta restringindo a capacidade de carga e sendo um meio de transporte menos seguro que um automóvel, ela foi ideal para transitar por estradas, na maioria das vezes precárias, e por trilhas, carreiros e capoeiras bastante fechados onde conseguiam passar somente animais, pedestres, cavaleiros e outros motociclistas.

Para o registro dos sítios foi usado um protocolo de prospecção (ANEXO). O georeferenciamento do material arqueológico foi feito com um GPS Garmin Legend HCx com uma média de 3 metros de precisão. As fotografias e filmagens foram efetuadas com câmeras digitais (SONY DSC S-930, FUJIFILM FINEPIX S3300, SAMSUNG SMX-C200BN/XAZ). O restante do material de trabalho consistiu em cartas topográficas, pincéis, trenas, bússola, norte, escala e facão 18 polegadas.

Dessa forma, conseguimos identificar ou reconhecer dois possíveis assentamentos dos Pimenteira e onze fazendas de gado atacadas pelos indígenas.

3. RESULTADOS

Nestes dias catingueiros, ressequidos e chamuscados por tamanha desesperança, talvez o que ainda mantém fulgurando em nosso ímpeto seja puramente o desejo de sobrepujar a senda dificultosa que nos defronta, ora atenuada pelos brotos de macambira [*Encholirium spectabile*] que esgalamidos ingerimos, ora asseverada pelo sol inclemente do meio dia. No entanto, a dificuldade está impregnada em tudo que nos bordejamos... nos estrepes do jacurutu [*Piptadenia SSP.*], na cacimba salobra e seca, no rompe gibão [*Erithroxylum pungens*]... até mesmo no canto profético do canção [*Cyanocorax cyanopogon*], que de tão agourento nos faz pensar em retroceder... (GOBBILA, 1968: 57)

Foram reconhecidos neste trabalho treze assentamentos, sendo dois indígenas e onze fazendas de gado.

3.1. ASSENTAMENTOS DOS PIMENTEIRA

Os possíveis assentamentos dos Pimenteira identificados nesta pesquisa foram o sítio Lagoa de Cima da Serra e o sítio Baixão da Sariema.

3.1.1. Sítio Lagoa de Cima da Serra

O topônimo “BONSUCESSO” remete a uma lagoa, outrora reduto dos Pimenteira, atacada pela tropa do Coronel José Dias Soares em 1807, a qual, por conta do sucesso na investida, foi batizada com o sugestivo nome. A lagoa do Bonsucesso estaria associada a uma aldeia dos índios. Seguindo a pista desse topônimo, representado na carta topográfica GUARIBAS (Folha: SC.23-X-C-III), em 26 de julho de 2010 chegamos a “BONSUCESSO”, no município de Guaribas, Piauí, uma localidade incorporada à área do Parque Nacional Serra das Confusões quando de sua criação em 1998. O povoado Barreiro é o núcleo populacional mais próximo do “BONSUCESSO”, a 9 quilômetros de distância, por isso foi usado como ponto de apoio desta campanha arqueológica. Acompanhados por guias do Barreiro¹, fomos até o a localidade visada. Nem pelas imagens do Google EarthTM, consultadas antes do irmos ao campo, nem na prospecção de superfície, nem através das informações orais identificamos qualquer lagoa na localidade

¹ Os guias foram Edilson Pereira dos Santos, vulgo Pufe, e os irmãos Valdenir Lopes dos Santos e Vagner Lopes dos Santos.

“BONSUCESSO”. No entanto, nossa curiosidade por lagoas levou um dos guias a comentar sobre a “lagoa da Pimenteira”, ponto d’água encantando descrito no capítulo 1, lar dos “caboclos”.

Na segunda campanha arqueológica realizada na região no dia 19 de janeiro de 2011 pudemos registrar em vídeo o mito da lagoa encantada da Pimenteira, contado pelo morador do Barreiro, o senhor Antônio Fernandes, 70 anos, nascido e criado na região. Nesta tradição oral foi possível reconhecer um indicativo geográfico útil, que dizia que a lagoa ficaria no alto da chapada dos Gerais, formação que circunda o vale onde se encontra o povoado Barreiro. Esse indicativo geográfico é mantido nas demais versões do mito da lagoa da Pimenteira que escutamos no sudeste do Piauí.

Assim, observando as cartas topográficas e as imagens por satélite nós identificamos uma lagoa denominada “de Cima da Serra”, situada na mesma formação que compõe a Chapada dos Gerais (fig. 07). A “Lagoa de Cima da Serra” é um povoado pertencente ao município de Pilão Arcado, norte da Bahia, que fica a seis quilômetros da fronteira com o Piauí, e recebeu esse nome devido à presença da lagoa que ele circunda cuja característica principal é justamente sua condição topográfica singular (fig. 08). Em 08 de abril de 2011, a despeito da ameaça de morte sofrida e da presença constante de pessoas portando armas de fogo e/ou armas branca, realizamos um reconhecimento arqueológico em campo nessa lagoa, buscando primeiramente informações com os moradores mais velhos do povoado, como o senhor Pedro Luís Gomes (83 anos) e sua esposa Luíza Maria Gomes (75 anos). O casal Gomes é oriundo do povoado Pontal³⁸, mas se mudou para a “Lagoa de Cima de Serra” no início da década de 1940. Eles contaram que desde sua chegada ao povoado se depararam na beira da lagoa com restos de habitações de origem desconhecida. Uma senhora por nome Quitata Pereira (60 anos) relatou que a sua avó comentava que aquelas habitações pertenciam ao “povo das bodegas”, um povo avesso à boa convivência com os demais, uma “gente ignorante”.

O velho Pedro Luís, vulgo Pedro Rola, nos guiou até os restos de habitações. Infelizmente a mata ainda estava verde o que prejudicou a visualização do solo. Mesmo assim identificamos montículos, cujo solo compactado (talvez antigos pisos de terra batida) limitava o crescimento de vegetação. Identificamos nesse contexto fragmentos de cerâmica, de louça, metal e artefatos líticos lascados (fig. 09, 10 e 11).

³⁸ O povoado Pontal pertence ao município de Pilão Arcado e fica a 11 quilômetros a sudoeste do povoado Lagoa de Cima da Serra.

Os montículos estavam situados na zona 23L, nas coordenadas 649504 UTME e 8956343 UTMN (DATUM WGS84), a 604 metros elevação.

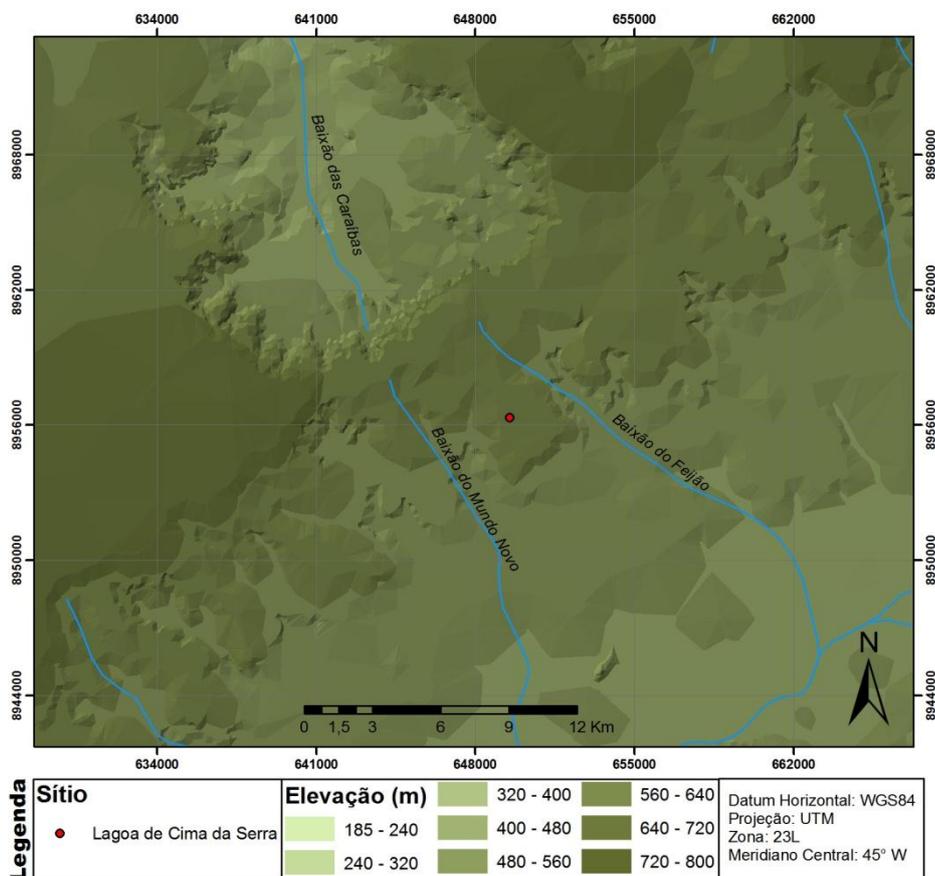


Figura 07 – Localização do sítio Lagoa de Cima da Serra. *Fonte: elaboração própria.*



Figura 08 – Lagoa de Cima da Serra. O ponto vermelho indica o local da concentração de evidências arqueológicas. *Fonte: Google Earth™.*



Figura 09 – Fragmento de cerâmica. *Foto: Marcelo Alves.*



Figura 10– Fragmentos de louça. *Foto: Marcelo Alves.*



Figura 11 – Fragmentos de cerâmica sobre solo compactado. *Foto: Marcelo Alves.*

Percebemos que a localização da “lagoa de Cima da Serra” corresponde, em linhas gerais, à localização da “lagoa da Pimenteira” que foi representada em dois mapas históricos (COELHO, 1891; TOURING CLUB ITALIANO, 1929) (fig. 12). Quando observamos esses mapas históricos em sincronia, notamos que a “Lagôa Pimenteiras” (onde nos arredores ficaria uma localidade por nome “Pimenteiras”, lar dos índios) estaria situada entre às cabeceiras de dois riachos, um que verte para o sul e outro (o riacho Sant’Ana) que verte para o norte, para desaguar no rio Gurguéia. A oeste da “Lagôa Pimenteiras” estariam as cabeceira do rio Piauí. Ao leste e a sudoeste da “Lagôa Pimenteiras” haveria duas outras lagoas, respectivamente, a “Lagôa Dourada” e a “Lagôa do Matto”.

Da mesma maneira, a “lagoa de Cima da Serra” também está situada entre as cabeceiras de dois cursos d’água, um que verte para o sul (afluente do rio São Francisco) e outro que verte para o norte para desaguar no riacho Sant’Ana, afluente do rio Gurguéia. Ao oeste da “Lagoa de Cima da Serra” estão as cabeceira do rio Piauí. Temos ainda a sudoeste da “lagoa de Cima da Serra” uma lagoa por nome “do Mato”. Esses dados ajudam a corroborar a associação que fizemos do sítio Lagoa de Cima da Serra com um assentamento dos Pimenteira. É possível que essa lagoa seja a mesma “Lagoa Pimenteiras” citada nos mitos e representada na cartografia histórica.

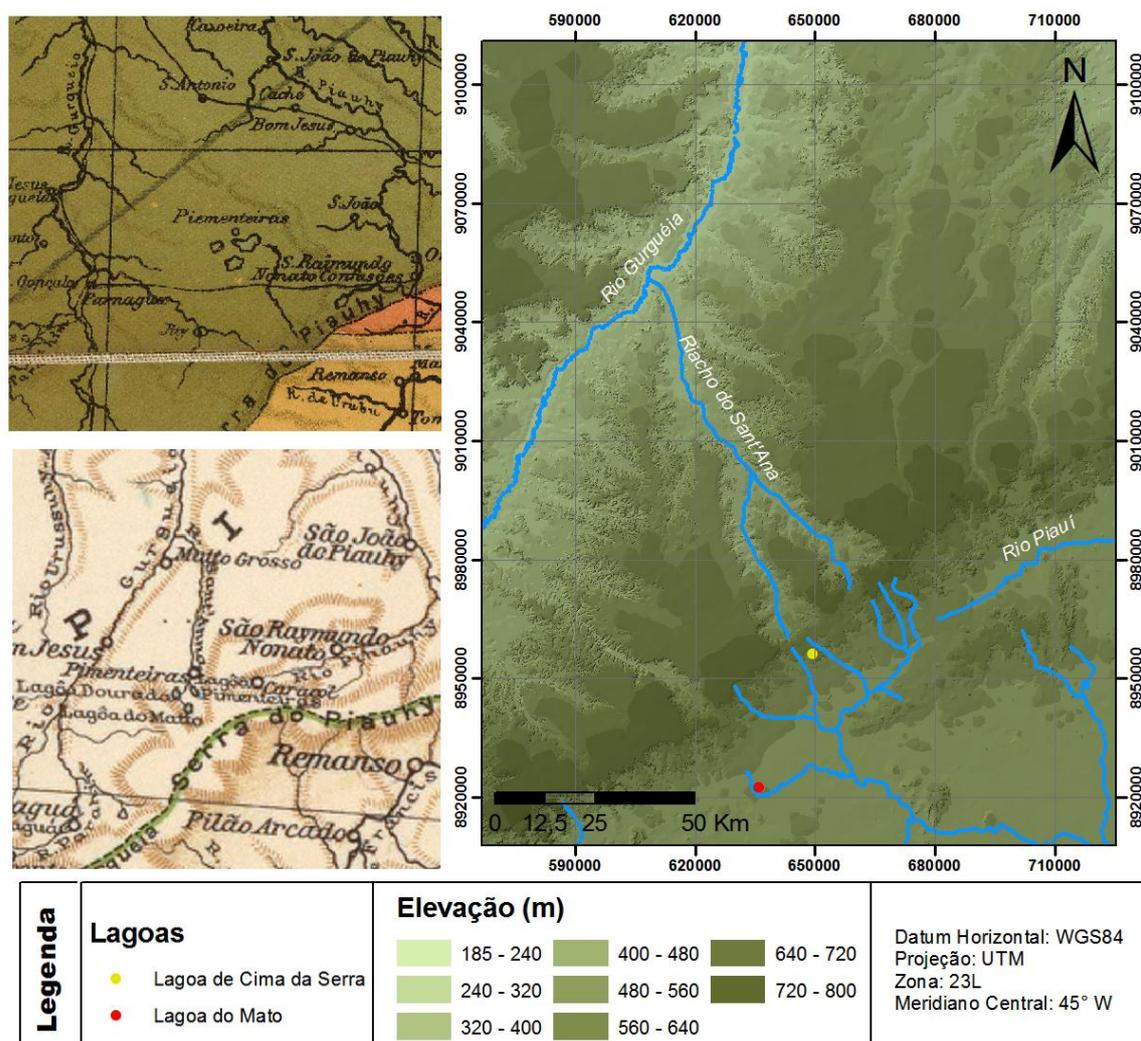


Figura 12 – Comparação entre a localização da “lagoa de Cima da Serra” e da “Lagoa Pimenteiras”. Fonte dos mapas históricos: COELHO, 1891, recorte acima à esquerda; e TOURING CLUB ITALIANO, 1929, recorte abaixo à esquerda.

Mesmo não existindo nos dados oficiais a presença de grupos indígenas na região atualmente, esses povos permeiam a história oral e o imaginário dos habitantes do povoado Lagoa de Cima da Serra e nos arredores, desde encontros inusitados entre moradores locais e “caboclos brabos” sob pés de umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) no tempo da frutificação até rapto de crianças em tempos recentes efetuado pelos índios³⁹.

³⁹ O Pedro Luís Gomes nos contou que há cerca de quatro anos, no povoado Pontal, uma menina de cinco anos, “gorda e forte”, foi levada pelos índios. A comunidade se reuniu para procurar a menina, mas não encontraram sinal dela viva ou morta, apenas seu rastro que do nada desaparecia rumo aos baixões (boqueirões). Encontraram ainda uma vegetação por nome Taboca que havia sido amassada pelos índios para obtenção de água. Segundo dizem, os índios levaram a menina porque seus pais xingavam muito.

3.1.2. Sítio Baixão da Sariema

Numa segunda campanha arqueológica realizada no povoado Lagoa de Cima da Serra em 12 de julho de 2011, novamente o casal Gomes nos informou sobre a existência de outros restos de habitações do “povo das bodegas”, 5,5 km para o sul, no Baixão da Sariema⁴⁰, localizados entre a fazenda Saco e o povoado Agreste (fig. 13).

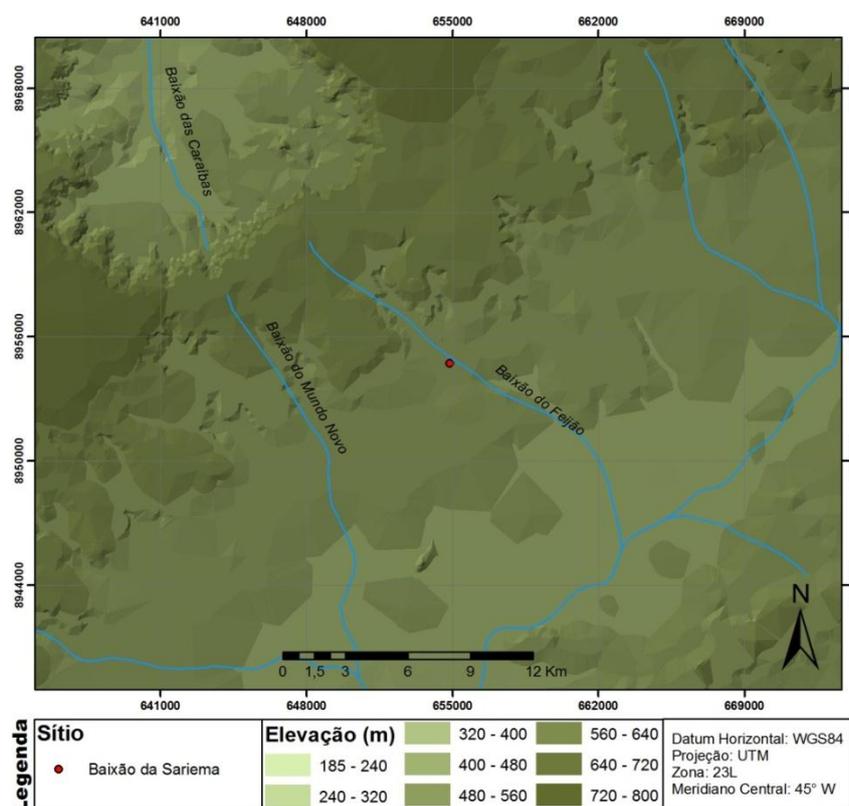


Figura 13 – Localização do sítio Baixão da Sariema. *Fonte: elaboração própria.*

Identificamos montículos distribuídos aparentemente em círculo⁴¹, situados numa zona de pedimento onde a topografia inclinada favorece o transporte e deposição pela água da chuva de sedimentos oriundos do planalto. Em um local erodido observamos aflorando uma concentração de cerâmica de tipos heterogêneos (fig. 14 a 19) associados a ossos de animais selvagens como o tatu e o veado. Em dois fragmentos de cerâmica, possivelmente telhas, identificamos símbolos gravados (fig. 15 e 19). Havia ainda

⁴⁰ O Baixão da Sariema é um pequeno córrego que deságua no Baixão do Feijão, um afluente da Vereda Pimenteira ou Vereda Pilão Arcado.

⁴¹ A localização do sítio numa baixada, com a serra ao redor, prejudicou a comunicação do GPS com os satélites, ocasionando numa precisão baixa, por isso não foi possível mapear a distribuição dos montículos e confirmar se eles estavam ou não distribuídos em círculo.

fragmentos de vidro (fig. 14), madeira trabalhada, uma forquilha de três hastes para colocar um pote, estacas de habitações de taipa e artefatos líticos lascados. O sítio está localizado na zona 23L, nas coordenadas 654861 UTME e 8954730 UTMN (DATUM WGS84), a 526 metros elevação.



Figura 14 – Fragmentos de cerâmica e vidro. *Foto: Marcelo Alves.*



Figura 15 – Fragmento de telha com símbolo gravado. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 16 – Fragmentos de cerâmica. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 17 – Fragmentos de cerâmica. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 18 – Fragmentos de cerâmica. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 19 – Fragmento de telha com decoração. *Foto: Marcelo Alves.*

3.2 FAZENDAS DE GADO

As fazendas de gado identificadas ou reconhecidas nesta pesquisa foram Água Verde, Almas, Sítio da Aldeia, Caiçara, Conceição, Taboleiro Alto, Onça, São Lourenço, Caraíbas, São Vítor e Cavaleiro.

3.2.1. Fazenda Água Verde

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1761. Na entrada de 1779, no dia 11 de maio, a tropa comandada por João do Rego Castelo Branco dormiu nesta fazenda e trocaram ali seis bois magros de seu rebanho por seis vacas gordas. Em 1807, a fazenda Água Verde constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios; na entrada efetuada nesse mesmo ano, esta fazenda foi usada como presídio para os índios capturados. Na entrada de 1809, a fazenda funcionou como sede da tropa. (OLIVEIRA, 2007).

A fazenda foi representada nos três mapas históricos selecionados, posicionada na margem direita do rio Piauí, próxima a foz do rio de São João, a jusante da fazenda Almas.

Seguindo informações orais e as indicações geográficas contidas nos mapas históricos, no dia 19 de abril de 2011 nós chegamos ao povoado Água Verde, no município de Coronel José Dias, Piauí, uma localidade isolada que não consta nas cartas topográficas DSG/SUDENE. Neste povoado, questionando os moradores sobre casas antigas e muros de pedra, recebemos a notícia de que existia naquele povoado, ao lado de um cemitério, a sede da fazenda Água Verde, uma casa abandonada cuja construção remonta a um tempo além da memória dos moradores da comunidade.

A casa da fazenda e o cemitério estão localizados na margem direita do rio Piauí, 12 quilômetros em linha reta abaixo da foz do riacho da Lagoinha (17,9 quilômetros seguindo o curso do rio Piauí), 3,5 quilômetros em linha reta abaixo da foz do riacho das Lages (a 5,2 quilômetros seguindo o curso do rio Piauí), e 6,5 quilômetros em linha reta acima da foz do riacho do Mulungu (8,5 quilômetros seguindo o curso do rio Piauí).

A partir da identificação em campo da fazenda Água Verde somado à sobreposição dos mapas históricos com os dados cartográficos atuais foi possível constatar que o rio de São João e o rio da Onça correspondem hoje ao riacho da Lagoinha e Baixão do Sítio, respectivamente. Essas informações foram muito importantes para

avancarmos no reconhecimento arqueológico de território das demais fazendas localizadas nas ribeiras do rio Piauí atacadas pelos índios Pimenteira.

A sede da fazenda Água Verde é uma residência térrea (fig. 21). A planta tem 15 metros de fundo por 12 metros de frente (fig. 22). A caixa é composta de blocos de adobe (fig. 25). As paredes internas de sustentação do telhado são de adobe e uma das paredes que separa os cômodos é de taipa. A fachada frontal e o interior da casa são rebocados. Em todos os cômodos há presença ao longo das paredes de tornos (armadores de rede) e de cabides, feitos de madeira ou de chifre de boi. Em alguma das paredes gravadas ou pintadas no reboco constam possíveis datas: “1802”, “1918”, “1947”, “1970” e “1982” (fig. 23). As portas, em um total de sete, e as janelas, em um total seis, são de madeira. Na porta de entrada e dos fundos existe o negativo uma cruz que ali deveria estar pregada: uma superfície clara em comparação ao entorno escuro que esteve mais sujeito a ação do tempo. O telhado é de alvenaria com duas águas. Os caibros são de carnaúba (*Copernicia prunifera*), amarrados em alguns pontos com fibras vegetais. O piso é de terra batida. O baldrame é formado de pedras sobrepostas (fig. 25). A frente da casa está orientada para o sudoeste, com o fundo voltado para o rio Piauí. Presença de beiral na fachada frontal (fig. 24) e um falso alpendre nos fundos. No terreiro existem mourões de aroeira (*Astronium urundeuva*).

O cemitério (fig. 26) é de dimensões modestas, contornado por uma meia-parede não rebocada de aproximado 1 metro de altura. O acesso é feito por uma cancela de ferro. A necrópole é composta por sepulturas simples, com cruzeiros fincados no solo ou sustentadas por amontoados de pedras e de tijolos de adobe, e por túmulos rebuscados, com torres, relicários e azulejos. O mais antigo sepultamento com presença de data é de 1947 e o mais recente é de 2005. Em frente ao cemitério, ao lado de um juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) há uma caieira usada para a inumação dos mortos.

A sede da fazenda Água Verde está na zona 23L, nas coordenadas 802497 UTME e 9024988 UTMN (DATUM WGS84), a 255 metros de elevação (fig. 20).

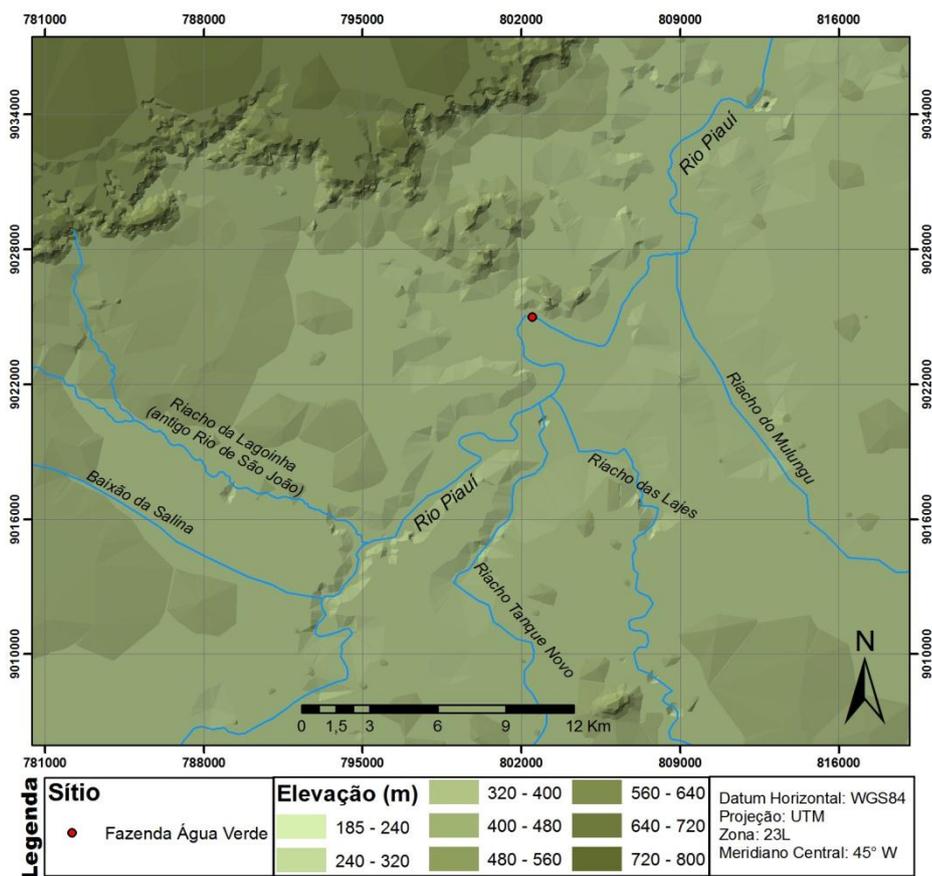


Figura 20 – Localização da Fazenda Água Verde. *Fonte: elaboração própria.*



Figura 21 – Sede da fazenda Água Verde em perspectivas diversas. *Fotos: Marcelo Alves.*

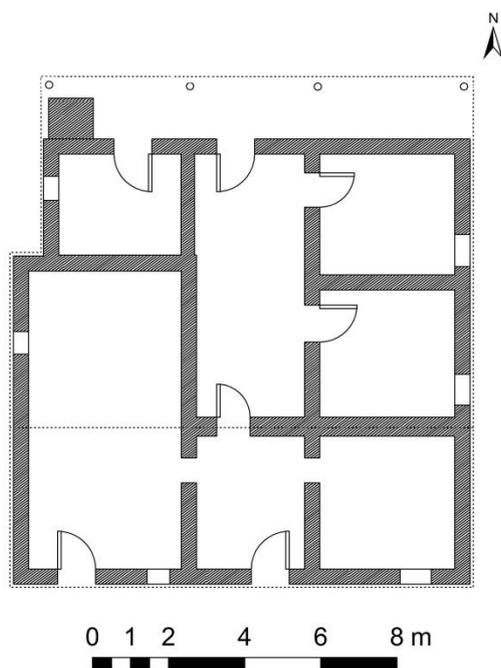


Figura 22 – Planta baixa da sede da fazenda Água Verde. *Fonte: elaboração própria.*



Figura 23 – Possíveis datas registradas nas paredes da casa. A)1802, B)1918, C)1970, D)1982. *Fotos: Marcelo Alves e Rômulo Macêdo.*



Figura 24 – Beiral (vista geral e detalhe). *Fotos: Marcelo Alves e Rômulo Macêdo.*



Figura 25 – Detalhe do baldrame de blocos sobrepostos e da parede de tijolos de adobe. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 26 – Cemitério próximo à sede da fazenda Água Verde. *Foto: Marcelo Alves.*

3.2.2. Fazenda Almas

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1761. Em 1798 o proprietário era Antônio Pereira da Silva⁴². Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Ela foi representada nos três mapas históricos selecionados. Segundo esses documentos, a fazenda estaria situada na margem direita do rio Piauí, próxima a foz do rio de São João, a montante da fazenda Água Verde. No mapa de 1828 foram acrescentadas, à montante da fazenda Almas, as fazendas Caiçara e Boa Vista, ocupando respectivamente as margens direita e esquerda do rio Piauí.

Seguindo informações orais e as indicações geográficas contidas nos mapas históricos, no dia 28 de dezembro de 2011 chegamos a localidade Almas, no município de Coronel José Dias. Essa localidade não consta nas cartas topográficas DSG/SUDENE. Guiados por Edmilson de Assis Oliveira, morador local, visitamos as ruínas da sede da fazenda Almas.

⁴² O levantamento dos proprietários das fazendas trabalhadas nesta dissertação foi feito por Oliveira (2007) e estão presentes em sua tese na forma de anexo.

A ruína da casa está localizada na margem direita do rio Piauí, 6,3 quilômetros em linha reta abaixo da foz do riacho da Lagoinha (8,1 quilômetros seguindo o curso do rio Piauí), e 3,6 quilômetros em linha reta acima da foz do riacho Tanque Novo (4,7 quilômetros seguindo o curso do rio Piauí), na zona 23L, nas coordenadas 799545 UTME e 9019591 UTMN (DATUM WGS84), a 288 de elevação (fig. 27).

De íntegro da residência restou o baldrame, uma estrutura retangular de 14,40m por 13,20m, formado por blocos sobrepostos (fig. 28 a 30). Sobre o baldrame há tijolos de adobe, telhas de alvenaria e madeira trabalhada.

Na ruína e arredores imediatos existem tijolos de adobe, telhas (fig. 31), fragmentos de cerâmica (fig. 32), vidro, louça (fig. 33), pedaços de madeira que faziam parte do telhado e da estrutura da residência, instrumentos de metal e artefatos líticos lascados⁴³.

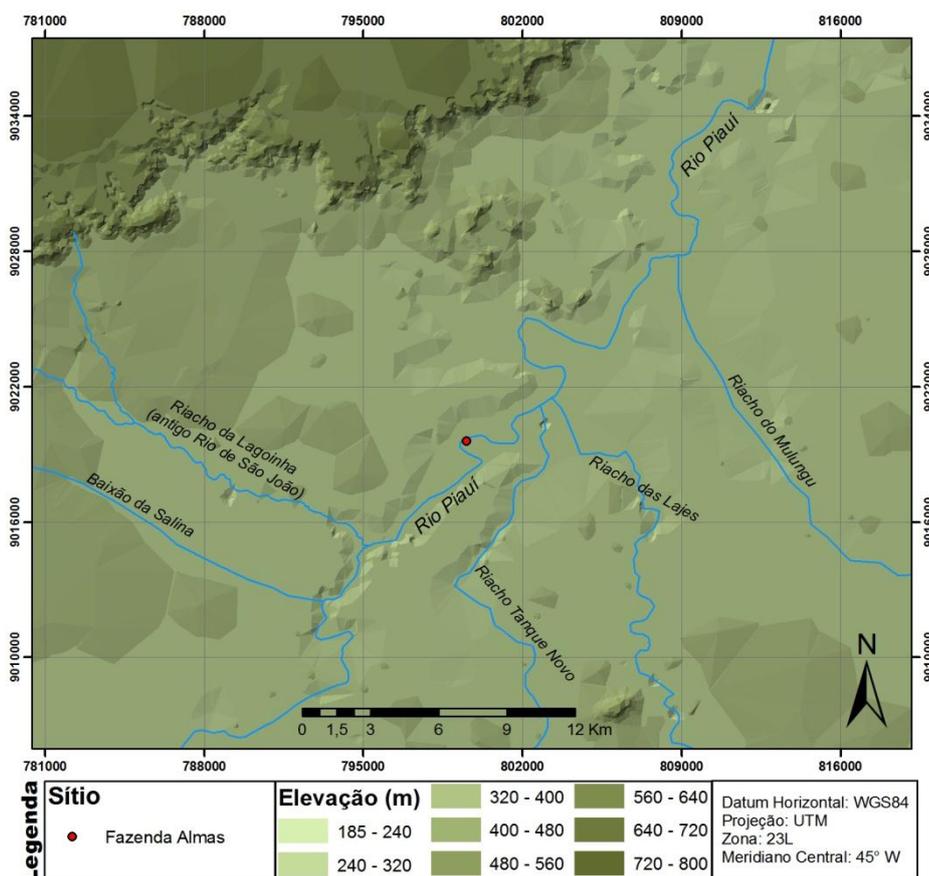


Figura 27 – Localização da Fazenda Almas. *Fonte: elaboração própria.*

Segundo informação da proprietária das terras onde repousam as ruínas, a Dona Olga Maria de Oliveira, antigamente na localidade Almas, interrompendo o curso do rio

⁴³ Nas margens e no leito do rio Piauí é comum nos depararmos com artefatos líticos lascados.

Piauí, haveria uma grande barragem de pedras. Essa estrutura teria sido destruída pela força das águas provenientes do rompimento da parede da Barragem Petrônio Portela (conhecida localmente por Barragem da Onça) no fim da década de 1980.



Figura 28 – Baldrame de blocos sobrepostos. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 29 – Detalhe do baldrame. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 30 – Ruínas da sede da fazenda Almas. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 31 – Telha com motivos ondulados. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 32 – Fragmentos de cerâmica, provavelmente oriundas de vasilhame. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 33 – Fragmentos de louça com presença de carimbo e borda *blue-edge*. *Foto: Rômulo Macêdo.*

3.2.3. Fazenda Sítio da Aldeia

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1769, época na qual o proprietário era Faustino Pereira; neste mesmo ano ela foi atacada pelos Pimenteira, o primeiro ataque efetuado pelos índios a uma fazenda que se tem notícia. Em 1809, ela constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Ela não foi representada em nenhum dos mapas selecionados.

No dia 06 de novembro de 2011, seguindo informações orais, chegamos a localidade Sítio da Aldeia, no município de Várzea Branca, o único local no sudeste do Piauí cujo topônimo remete à fazenda colonial. Na carta topográfica SÃO RAIMUNDO NONATO (Folha: SC.23-X-D-II) a localidade é designada pelo topônimo “Sítio”.

Nos dias 06 de novembro de 2011 e 28 de janeiro de 2012 efetuamos reconhecimento arqueológico de superfície no povoado que está localizado no alto de uma serra, onde se destaca a presença de uma lagoa (fig. 35). Não conseguimos identificar estruturas ou evidências arqueológicas que remetessem a fazenda colonial. No entanto, fomos informados da presença de uma estrutura retangular de pedras sobrepostas nos arredores, cuja localização exata não foi rememorada por nosso guia local. Existe na localidade um cemitério cujos túmulos, mesmo não constando datas, aparentam antiguidade (fig. 36).

Registramos tradições orais que remetem a indígenas: a existência de uma furna (toca) considerada como uma antiga “casa de caboclo⁴⁴”; uma árvore conhecida por “Umbuzeiro da Cabocla”⁴⁵, onde uma índia fora pega a “dente de cachorro; e uma narrativa que trata de um cercado circular de troncos de madeira preparada pelos “brancos” no Sítio da Aldeia para capturar os índios⁴⁶. O interessante nessa tradição oral é que a armadilha preparada é estruturalmente semelhante a paliçada que circundava a aldeia descrita na campanha de 1779, onde é descrito que “os índios tinham [56] toras de embiruçu [*Pseudobombax simplicifolium*] muito altas, e grossas para pelejarem por detrás delas (OLIVEIRA, 2007, 185)”.

⁴⁴ Informação relatada pelo senhor Adailton Martins em sua residência no Sítio da Aldeia no dia 28 de janeiro de 2012.

⁴⁵ Informação relatada pelo senhor Adailton Martins em sua residência no Sítio da Aldeia no dia 06 de novembro de 2011.

⁴⁶ Informação relatada pelo senhor Manoel Luiz da Silva em sua residência no Sítio da Aldeia no dia 06 de novembro de 2011.

O atual povoado “Sítio da Aldeia” está localizado nas cabeceiras do riacho das Traíras, afluente do riacho São Lourenço, na zona 23L, nas coordenadas 732399 UTME e 8959497 UTMN, a 521 metros de elevação (fig. 34). Pelo topônimo recorrente e pelas informações orais da presença de estruturas de pedra nos arredores do povoado, optamos pelo uso das coordenadas desse local para indicar a localização da fazenda colonial Sítio da Aldeia.

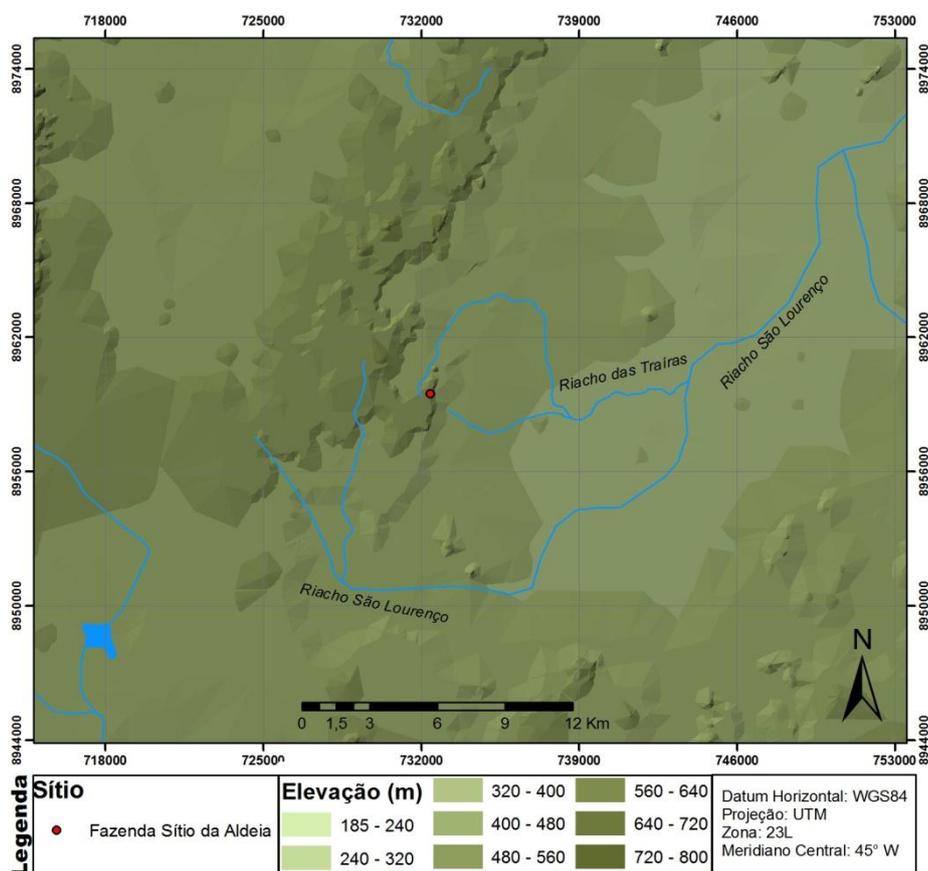


Figura 34 – Localização da Fazenda Sítio da Aldeia. *Fonte: elaboração própria.*



Figura 35 – Vista panorâmica da lagoa do Sítio da Aldeia localizada no alto da serra (06/11/2011). *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 36 – Cemitério do povoado Sítio da Aldeia. *Foto: Rômulo Macêdo.*

3.2.4. Fazenda Caiçara

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1809, época na qual o proprietário era José Dias Soares. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Ela foi representada no mapa histórico de 1828, situada na margem direita do Rio Piauí, acima da foz de um riacho não denominado (possivelmente o Baixão da Salina), a jusante da fazenda Onça e a montante da fazenda Almas.

Seguindo informações orais e as indicações geográficas contidas nos mapas históricos, no dia 28 de dezembro de 2011 chegamos à localidade Caiçara, no município de Coronel José Dias, onde identificamos a ruína de uma casa (fig. 38).

A ruína da casa está localizada na margem direita do rio Piauí, 1 km acima da foz do Baixão da Salina (mesma distância seguindo o curso do rio Piauí), a 4,3 quilômetros em linha reta acima da foz do riacho da Lagoinha (4,8 quilômetros seguindo o curso do rio Piauí), 8,7 quilômetros abaixo da foz do riacho do Cavaleiro (13,8 quilômetros seguindo o curso do rio Piauí), na zona 23L, nas coordenadas 793060 UTME e 9011165 UTMN (DATUM WGS84), a 282 metros de elevação (fig. 37).

A frente da casa (fig. 41) aparentemente estava orientada para o sudoeste. Telhas de alvenaria, tijolos de adobe, fragmentos de vidro e louça (fig. 39) estão dispostos sobre a ruína e no terreiro. Pela cultura material identificada, como peças de plástico e a presença de cimento na estrutura sobrevivente, é provável que a residência tenha sido ocupada até tempos recentes. Por baixo do reboco de cimento desgastado foi possível perceber que o baldrame da residência é formado por blocos sobrepostos (fig. 40), método construtivo semelhante ao da casa das fazendas Água Verde e Almas. Segundo informações de moradores locais, o último proprietário da residência foi o finado Brígido Assis.

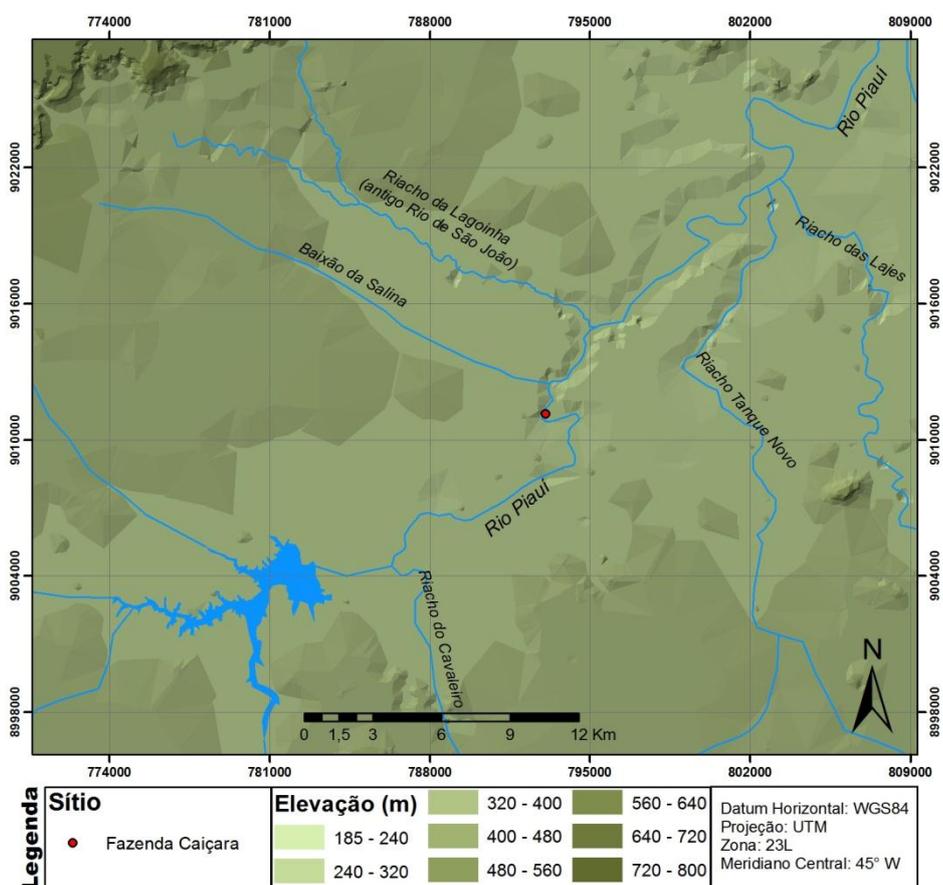


Figura 37 - Localização da Fazenda Caiçara. *Fonte: elaboração própria.*



Figura 38 – Ruínas da sede da fazenda Caiçara. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 39 – Fragmento de louça decorada. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 40 – Detalhe do baldrame de blocos sobrepostos por baixo do reboco de cimento. *Foto: Rômulo Macêdo.*



Figura 41 – Frente da residência. O indivíduo que serve de escala tem aproximadamente 1,65 metro. *Foto: Rômulo Macêdo.*

3.2.5. Fazenda Conceição

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1766, época na qual os proprietários eram os jesuítas. Fazenda atacada pelos indígenas entre 1779 e 1782, sendo atacada novamente em 1790, onde foi morta uma mulher. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Ela foi representada no mapa histórico de 1816, situada nas cabeceiras do riacho da Conceição, na margem direita.

Baseado no topônimo recorrente e em informações orais nós identificamos nas proximidades do povoado Conceição I, município de Bonfim do Piauí, um montículo que poderia ser derivado dos restos da antiga sede da fazenda Conceição. No noroeste do montículo há uma superfície plana desprovida de vegetação onde podemos perceber nas extremidades erodidas tijolos de adobe e o alicerce de uma residência. Na beira da estrada carroçável que leva ao montículo há ajuntamentos artificiais de pedras que, segundo a tradição oral, seria um cemitério de caboclo.

No montículo existem tijolos de adobe, fragmentos de cerâmica (fig. 43), vidro, louça, pedaços de madeira que compunham o maquinário da casa de farinha, instrumentos metálicos e artefatos líticos lascados⁴⁷ (fig. 44). Próximo ao “cemitério de caboclo”, na estrada, foi identificado um fragmento distal de um artefato lítico polido (mão de pilão).

O montículo está localizado na margem direita do rio Piauí, 1,6 quilômetros em linha reta acima da foz do riacho do Parrudo (a mesma distância seguindo o curso do rio Piauí), na zona 23L, nas coordenadas 729864 UTME e 8985816 UTMN (DATUM WGS84), a 414 metros elevação (fig. 42).

Cabe aqui um esclarecimento quanto à desconformidade que há entre o mapa histórico de 1816, onde a fazenda da Conceição aparece situada nas cabeceiras do riacho homônimo, e os dados geográficos que registramos no levantamento de campo, com a fazenda locada nas proximidades do rio Piauí. Tanto em alguns mapas históricos quanto nas fontes textuais primárias há uma complicação quando se trata do segmento do rio Piauí que vai desde suas cabeceiras até a sua confluência com o rio da Onça (atual Baixão do Sítio) e o riacho São Lourenço, local onde estaria localizada a Fazenda Onça. O relator da entrada de 1779, Antônio do Rego Castelo Branco, afirma que a tropa depois de dormir na fazenda Onça no dia 13 de maio largou “o Piauí, e damos costas ao nascente,

⁴⁷ Nas margens e no leito seco do rio Piauí é comum nos depararmos com artefatos líticos lascados.

seguindo riacho a Conceição acima” (OLIVEIRA, 2007: 173). Até então eles vinham seguindo o curso do rio Piauí, saindo da capital Oeiras rumo ao Sertão das Pimenteiras, do norte para o sudoeste. No entanto, pelo sentido que eles seguiram (para o poente) acreditamos que, na verdade, eles continuaram pelo rio Piauí, pois da fazenda Onça onde eles estavam o rio abruptamente vete para o oeste rumo às cabeceiras. Está claro que esse trecho do rio Piauí na época da guerra era conhecido por riacho da Conceição. Mesmo hoje o trecho do rio Piauí próximo a localidade Conceição I é conhecido por riacho da Conceição. Isso pode ter culminado na confusão do mapa de 1816, no qual o rio Piauí e o riacho da Conceição foram representados como cursos d’água distintos. Essas imprecisões geográficas no mapa histórico de 1816 podem ter a ver com os indígenas, cuja presença hostil dificultou levantamentos mais fiáveis do espaço, levando os cartógrafos a preencher os espaços vazios baseados em informações orais.

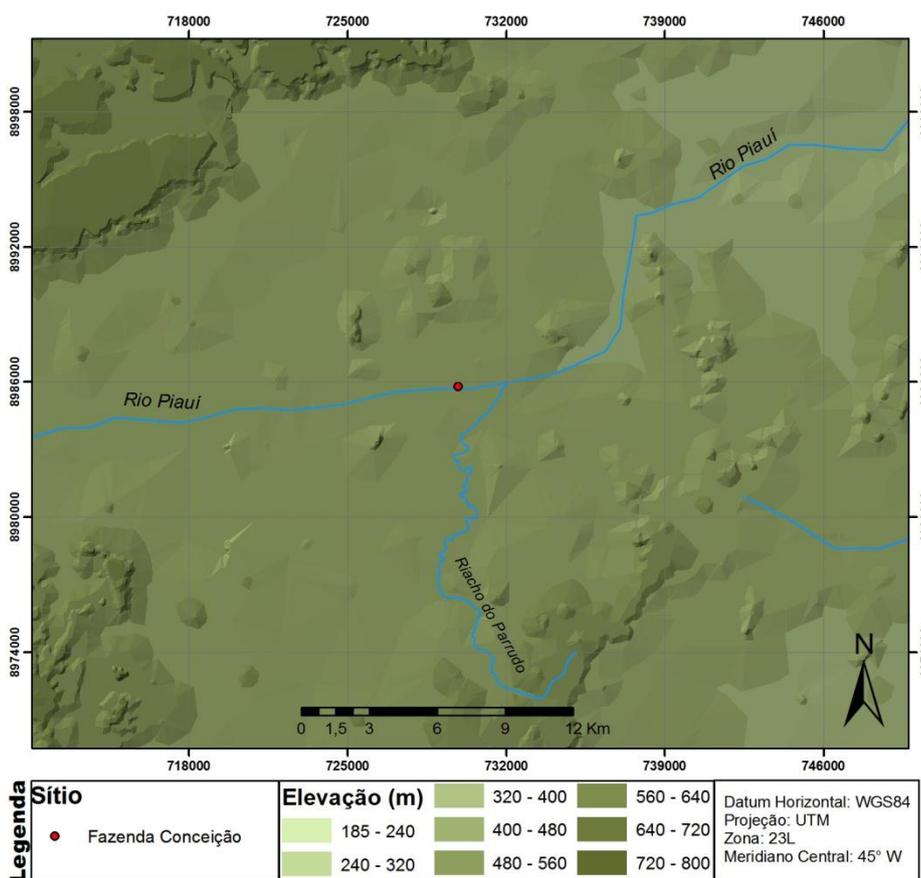


Figura 42 - Localização da Fazenda Conceição. *Fonte: elaboração própria.*



Figura 43 – Fragmento de cerâmica (alguidar). *Foto: Marcelo Alves.*



Figura 44 – Artefato lítico lascado. *Foto: Marcelo Alves.*

3.2.6. Fazenda Tabuleiro Alto

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1697, onde morou Manoel dos Santos e dois negros. Na campanha de 1779, no dia 10 de maio a tropa jantou perto dessa fazenda. Ela foi atacada pelos índios Pimenteira no início do século XIX.

Representada nos mapas históricos de 1761 e de 1828, a fazenda estaria situada na margem esquerda do rio Piauí, logo acima da foz de um curso d'água não denominado (possivelmente o riacho Bom Jesus), a jusante da fazenda Cahida⁴⁸ (ou *Cahidas* conforme o mapa de 1828).

Seguindo informações orais e as indicações geográficas contidas nos mapas históricos, no dia 16 de julho de 2011 nós seguimos até um povoado por nome Tabuleiro Alto, pertencente ao município de São João do Piauí. A construção da barragem do Jenipapo⁴⁹ no rio Piauí isolou o povoado. O acesso mais fácil ao Tabuleiro Alto é feito através de transporte aquático (lanchas, canoas), zarpando geralmente do Balneário do Jenipapo, um ponto de lazer situado próximo à parede da barragem.

Grande parte do povoado Tabuleiro Alto foi submerso pelo represamento das águas, restando poucas moradias locadas em áreas de cota mais elevada. Segundo moradores locais, a sede da antiga fazenda Tabuleiro Alto estaria sob as águas. O que sobreviveu da fazenda Tabuleiro Alto em superfície seriam algumas telhas e tijolos reaproveitadas pelos moradores do povoado em suas residências (fig. 46 e 47). Foi-nos indicado o ponto sobre as águas onde ficaria a casa da fazenda Tabuleiro Alto e, da lancha de alumínio alugada que nos transportava⁵⁰, tiramos um ponto de GPS. Devido ao grande volume das águas represadas, não foi possível saber através do ponto de GPG em que margem do rio Piauí ficaria a fazenda. Contudo, pudemos perceber que ela estaria localizada acima da foz do Riacho Bom Jesus, na zona 23L, nas coordenadas 815220 UTME e 9060413 UTMN (DATUM WGS84) (fig. 45). Segundo a carta DGS/SUDENE SÃO JOÃO DO PIAUÍ (Folha: SC.23-X-B-III), produzida em momento anterior a construção da barragem, esse ponto correspondente a fazenda Tabuleiro Alto estaria situado a aproximados 200 metros de elevação.

⁴⁸ A fazenda Cahida consta nos três mapas históricos selecionados. Atualmente existe na margem esquerda do rio Piauí, na foz do riacho Gameleira, um povoado por nome Barra da Caída, localização esta que condiz com a da fazenda Cahida representada nos mapas históricos. Segundo informações orais, a área onde ficaria a fazenda Cahida foi submersa com a construção da Barragem Jenipapo.

⁴⁹ A barragem do Jenipapo tem capacidade para armazenamento de 248.000.000 m³ (ARAÚJO, 2006).

⁵⁰ Pertencente e conduzida pelo senhor Raimundo Nonato, morador de um assentamento do INCRA perto do Balneário.

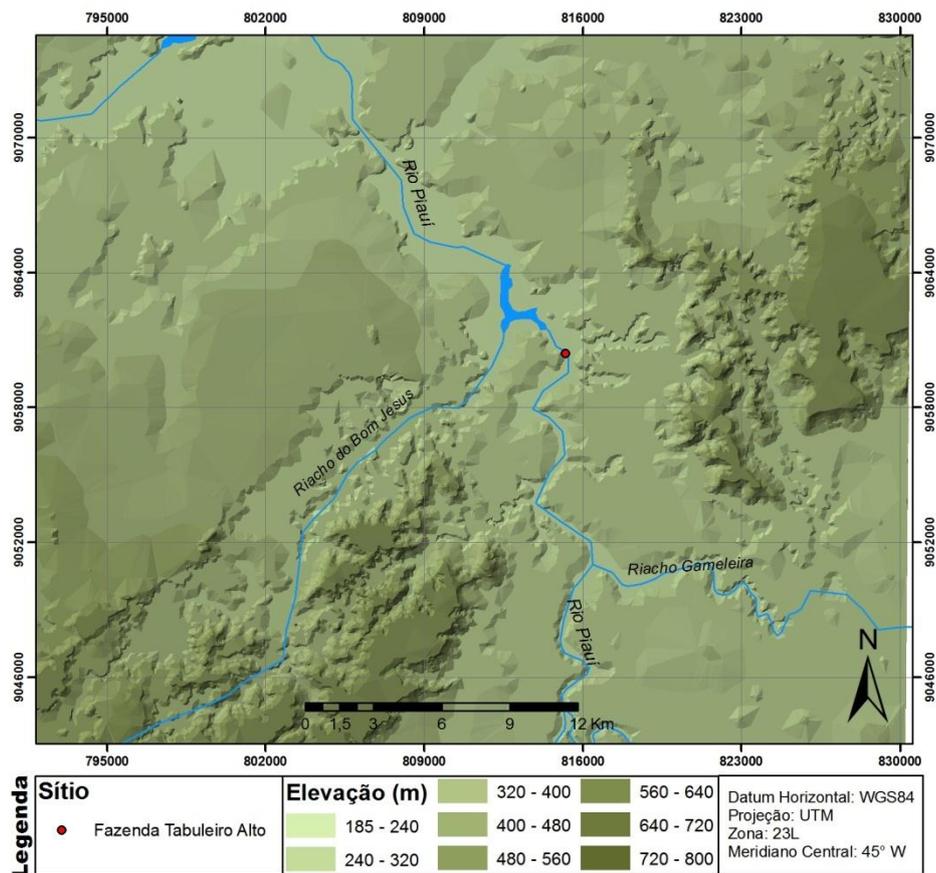


Figura 45 - Localização da Fazenda Tabuleiro Alto. Fonte: elaboração própria.



Figura 46 – Tijolo de adobe proveniente da sede da fazenda Tabuleiro Alto. Foto: Marcelo Alves.



Figura 47 - Telha proveniente da sede da fazenda Taboleiro Alto. *Foto: Marcelo Alves.*

3.2.7. Fazenda Onça

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1761. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Foi representada nos mapas históricos de 1761, 1816 e 1828. No mapa de 1761, ela foi localizada na margem esquerda do rio Piauí, acima da foz do rio da Onça (atual Baixão do Sítio) e a jusante da fazenda São Lourenço.

No mapa de 1816 ela está localizada na margem esquerda do rio Piauí, acima da foz do riacho da Conceição (o que seria provavelmente o mesmo riacho representado no mapa de 1761, o rio da Onça, cujo topônimo pode ter variado por um engano na transcrição).

No mapa de 1828, ela foi localizada na margem direita do rio Piauí, abaixo da foz do rio da Onça, a montante da fazenda Caiçara e a jusante da fazenda Caraíbas. Neste

mapa consta ainda uma localidade por nome “Onças”, situada nas ribeiras do Rio da Onça.

Segundo informações orais obtidas no município de São Raimundo Nonato, o local onde ficaria a sede da fazenda Onça foi alagado com a construção da barragem Petrônio Portela no rio Piauí entre as décadas de 1980 e 1990⁵¹. Por conta disso, não foi possível efetuar reconhecimento arqueológico em campo. Optamos por usar como coordenadas para essa fazenda àquelas referentes à localidade “ONÇA” representada na carta topográfica DSG/SUDENE “BOM JARDIM” (Folha: SC.23-X-D-III)⁵². Nesta carta, a localidade “ONÇA” está situada na margem esquerda do rio Piauí, imediatamente abaixo da foz dos riachos São Lourenço e Baixão do Sítio (antigo rio da Onça), na zona 23L, nas coordenadas 781344 UTME e 9003330 UTMN (DATUM WGS84), a aproximados 300 metros de elevação (fig. 48).

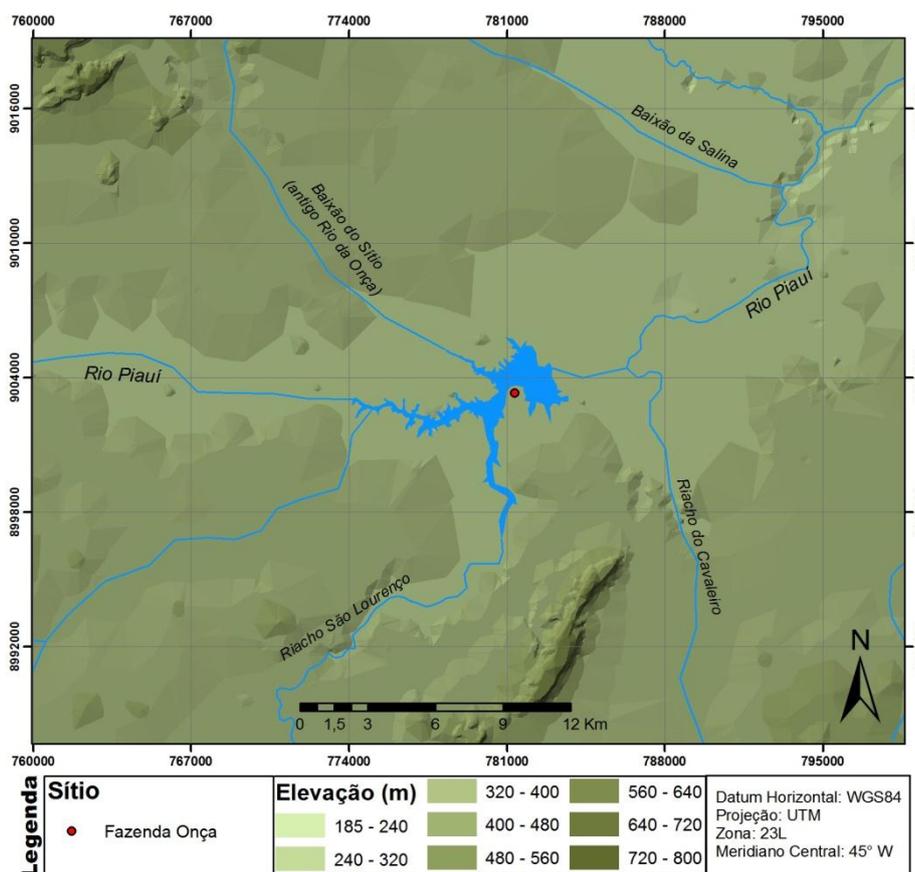


Figura 48 – Localização da Fazenda Onça. *Fonte: elaboração própria.*

⁵¹ A barragem Petrônio Portela tem capacidade para armazenamento de 181.000.000 m³ (ARAÚJO, 2006).

⁵² Carta produzida na década de 1970 em momento anterior à construção da barragem.

3.2.8. Fazenda São Lourenço

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1761. Ela foi atacada pelos índios em 1781 quando três moradores foram assassinados. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios. A fazenda São Lourenço teria dado origem ao município de São Lourenço do Piauí, emancipado do município de São Raimundo Nonato em 1993.

Ela foi representada nos mapas históricos de 1761 e de 1828. Segundo o mapa de 1761, a fazenda ficaria situada na margem direita do rio Piauí, abaixo da foz de um curso d'água não denominado (possivelmente o riacho de São Lourenço), a montante da fazenda Onça.

No mapa de 1828 foram representadas duas localidades por nome São Lourenço, uma delas na margem esquerda do rio Piauí, acima da foz de um curso d'água não denominado (possivelmente o riacho São Lourenço); a outra, onde consta a presença de uma capela, ficaria na margem direita do rio Piauí, a montante da fazenda Caraíbas e a jusante do Sítio do Mato, cuja conformação geográfica é mais condizente com a localização da sede administrativa do atual município de São Lourenço.

Não foi efetuado reconhecimento arqueológico em campo.

Pelo topônimo recorrente e pelas informações dos mapas históricos, optamos pelo uso das coordenadas do centro da sede administrativa do município de São Lourenço, mais especificamente na Igreja Matriz, para indicar a localização da fazenda colonial São Lourenço. Ele está situado nas margens do riacho São Lourenço, 3 quilômetros em linha reta acima da foz do riacho do Pedregulho (3,7 quilômetros seguindo o curso do riacho São Lourenço), na zona 23L, nas coordenadas 769904 UTME e 8985411 UTMN (DATUM WGS84), a 345 metros de elevação (fig. 49).

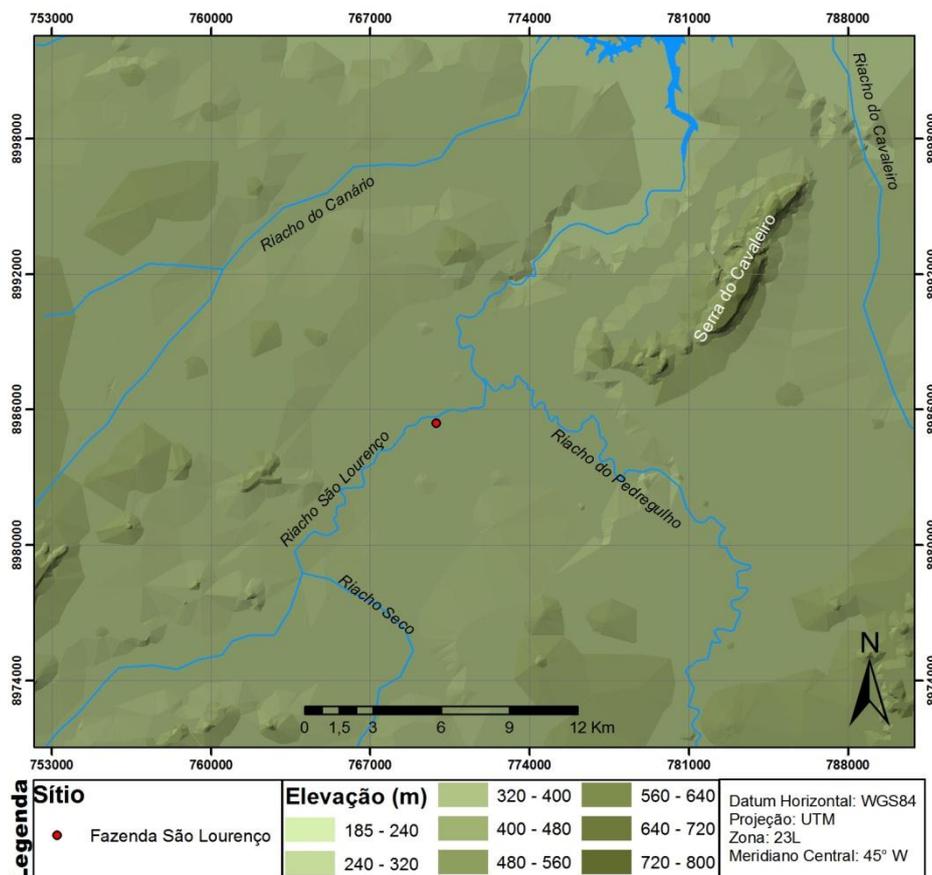


Figura 49 - Localização da Fazenda São Lourenço. Fonte: elaboração própria.

3.2.9. Fazenda Caraíbas

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1809, época na qual o proprietário era Manuel Ribeiro Soares. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Esta fazenda foi representada no mapa histórico de 1828, situada na margem direita do rio Piauí, acima da foz do rio da Onça (hoje Baixão do Sítio), a jusante da fazenda São Lourenço e a montante da fazenda Onça. Na mesma altura no rio Piauí, na margem oposta, consta a presença da fazenda Boa Vista.

Entre 09 a 17 de julho de 2007 foi escavado por uma equipe técnica da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) um sítio arqueológico que recebeu por nome a localidade onde ele estava situado, as Caraíbas, no município de São Lourenço do Piauí. O sítio “muro histórico das Caraíbas” está localizado na margem direita do riacho São Lourenço, 9,5 quilômetros em linha reta acima da confluência deste riacho com o rio Piauí (12 quilômetros seguindo o curso do riacho São Lourenço) e a 6,7 quilômetros a

oeste da Serra do Cavaleiro, formação rochosa mais elevada das redondezas com cota máxima de 632 metros. O muro das Caraíbas está na zona 23L, nas coordenadas 776286 UTME e 8993278 UTMN (DATUM WGS84), a 326 metros elevação (fig. 50).

Pelo topônimo recorrente e pela relação espacial de intermediário que o sítio mantém com a área urbana do município de São Lourenço (possivelmente a antiga fazenda São Lourenço) e com a localidade Onça (possivelmente a antiga fazenda Onça) acreditamos que o sítio Muro histórico das Caraíbas seria a mesma fazenda por nome Caraíbas representada no mapa de 1828.

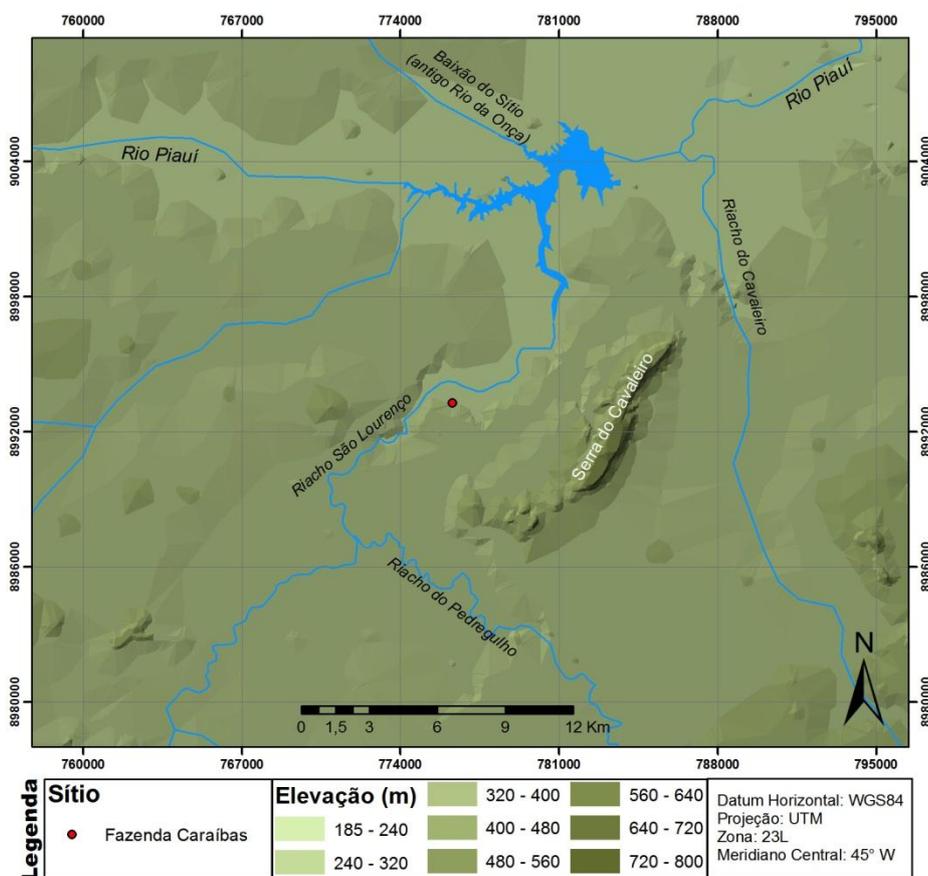


Figura 50 - Localização da Fazenda Caraíbas. *Fonte: elaboração própria.*

O sítio consiste na presença de montículos e de algumas estruturas em pedra onde se destaca uma barragem formada por duas paredes paralelas de blocos rochosos mediadas por um aterro de sedimentos e seixos (fig. 53 e 54). Em comparação ao que se conhece de vestígios arquitetônicos do passado na região, essa barragem é uma das mais grandiosas, visível pelo Google Earth™ (fig. 51).

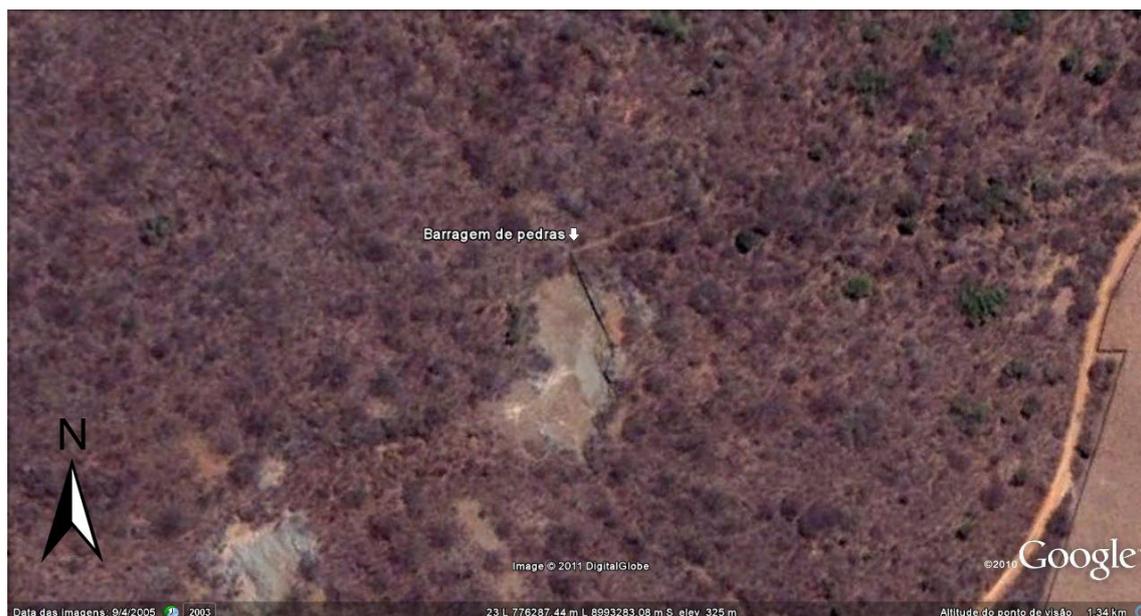


Figura 51 – Barragem de pedras do muro histórico das Caraíbas visto por imagem de satélite. *Fonte: Google Earth™.*

De acordo com o diário de campo da escavação (LANDIM, 2007), o sítio foi dividido com base no número de paredes de pedra existentes (parede 1, parede 2, parede 3, parede 4 ou “parede em círculo”, e parede 5 ou “forno”). Na campanha foram escavadas sete áreas (fig. 52):

- a trincheira 1 na área onde a água era represada. Identificaram “um lítico (...) sem decapagem”. Foi escavado até a base rochosa num total de 1,40m;
- a sondagem 2 feita na parede 4, “em frente a parede em círculo”. Identificaram fragmentos de cerâmica, ossos, carvão e concha. Foi escavada até a decapagem 5 em uma profundidade total de 30 cm.
- a sondagem 3 feita na face externa da parede 1. Foi escavado até a base rochosa em uma profundidade total de 1,30m.
- a sondagem 4 na face externa da parede 1. Foi escavado até a base rochosa em uma profundidade total de 55 cm;
- a sondagem 5 na face externa da parede 5. Foi escavado em um total de 1,80 m, onde o “alicerce da parede foi até a rocha”;
- Escavação no interior da parede 4, denominado setor “parede em círculo” (fig. 55). Foram identificados ossos, carvão, cerâmica, dente, sedimento (sic), carapaça. Foi escavada até a decapagem 8 em uma profundidade total de 40 cm;

- Escavação no setor denominado “Forno de pedra” (fig. 56). Foi escavado um total de 85 cm.

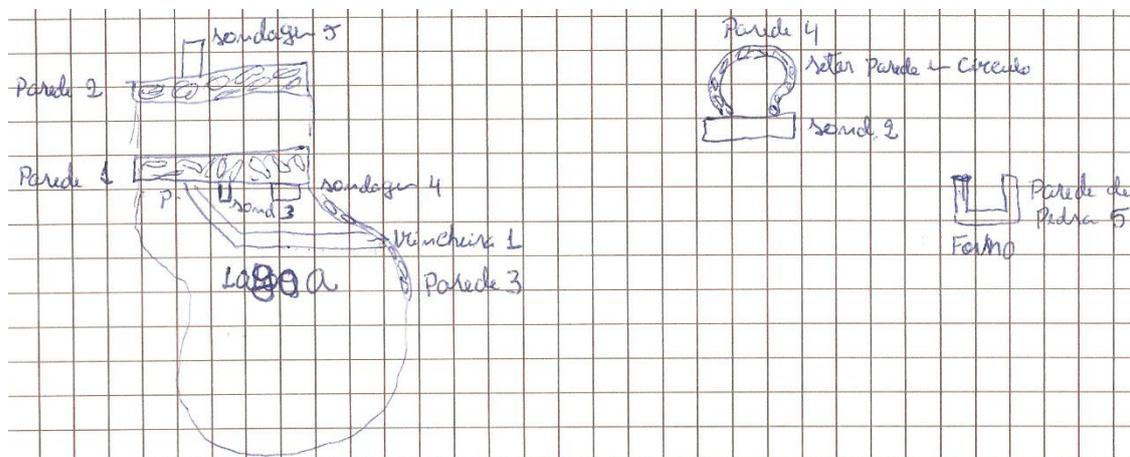


Figura 52 – Croqui da escavação do sítio Muro das Caraíbas. *Fonte: LANDIM (2007).*



Figura 53 – Barragem com visão das duas faces e do aterro intermediário. *Fonte: acervo da FUMDHAM.*



Figura 54 – “Parede 1” da Barragem. *Fonte: acervo da FUMDHAM.*



Figura 55 – Setor “Parede em círculo” destacando-se a área escavada. *Fonte: acervo da FUMDHAM.*



Figura 56 – “Parede de pedra 5” (Forno). *Fonte: acervo da FUMDHAM.*

3.2.10. Fazenda São Vítor

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1770. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Não foi representada em nenhum dos mapas históricos selecionado.

No município de São Raimundo Nonato existe um povoado por nome “São Vítor”, o único local no sudeste do Piauí cujo topônimo remete à fazenda colonial. O atual povoado “São Vítor” está localizada na margem esquerda do riacho São Lourenço, 3 quilômetros em linha reta abaixo da foz do riacho da Barrinha (4,8 quilômetros seguindo o curso do riacho São Lourenço). Ele está situado na zona 23L, nas coordenadas 752233 UTME e 8973316 UTMN (DATUM WGS84), a aproximados 395 metros de elevação (fig. 57).

Pelo topônimo recorrente e pelas informações orais da presença de barragens de pedra nos arredores da localidade, optamos pelo uso dessas coordenadas para indicar a localização da fazenda colonial São Vítor.

É interessante destacar que do alto da localidade Sítio da Aldeia (fazenda Sítio da Aldeia) é possível ver o povoado São Vítor (possivelmente a antiga fazenda São Vítor),

onde se destaca o morro - um *inselberg* - em cujo redor o povoado se desenvolveu (fig. 58).

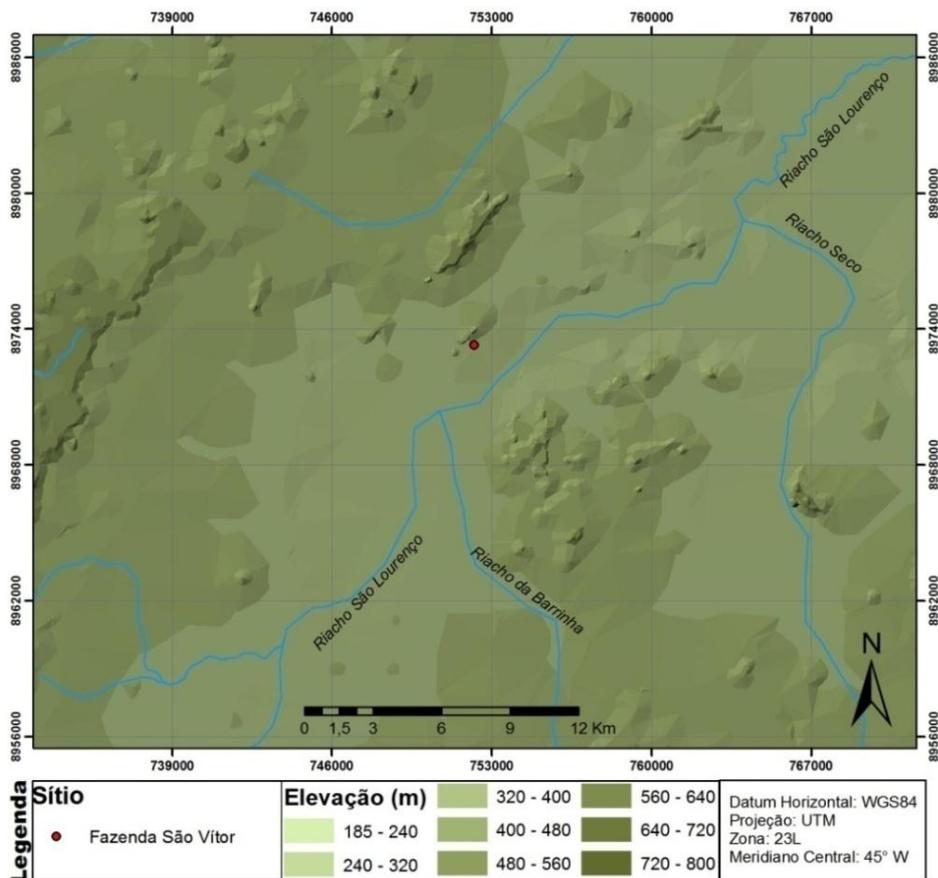


Figura 57 - Localização da Fazenda São Vitor. *Fonte: elaboração própria.*



Figura 58 – Morro do povoado São Vitor visto a partir do Sítio da Aldeia. *Foto: Rômulo Macêdo.*

3.2.11. Fazenda Cavaleiro

Fazenda cujo mais antigo registro histórico data de 1798, época na qual a proprietária era Maria da Conceição. Foi atacada pelos índios em 1790, onde queimaram a casa da fazenda ocasionando na morte de dois moradores que estavam nela sitiados. Nesse ataque os Pimenteira mataram a flechadas cachorros, gado vacum, cavalari, cabras e carneiros e dispuseram os corpos das cabras pelas cercas. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

Ela não consta em nenhum dos mapas históricos selecionado.

No município de São Lourenço do Piauí existe um povoado por nome “Faz. Cavaleiro”, o único local no sudeste do Piauí cujo topônimo remete à fazenda colonial. A atual “Fazenda Cavaleiro” está localizada na margem esquerda de um riacho homônimo, distante em linha reta do rio Piauí 10 km (16 km seguindo o curso do riacho Cavaleiro até sua foz no rio Piauí) e distante 3,5 Km da Serra do Cavaleiro. Ela está situada na zona 23L, nas coordenadas 789105 UTME e 8994688 UTMN (DATUM WGS84), a 347 metros de elevação (fig. 59).

Pelo topônimo recorrente e pela ausência de outros dados, optamos pelo uso dessas coordenadas para indicar a localização da fazenda colonial Cavaleiro.

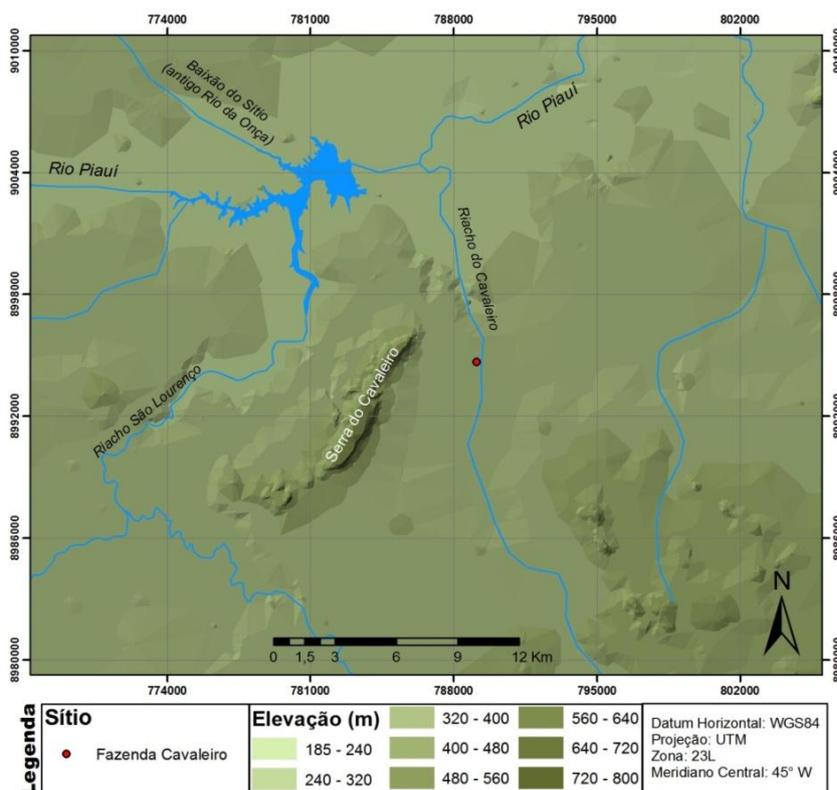


Figura 59 - Localização da Fazenda Cavaleiro. Fonte: elaboração própria.

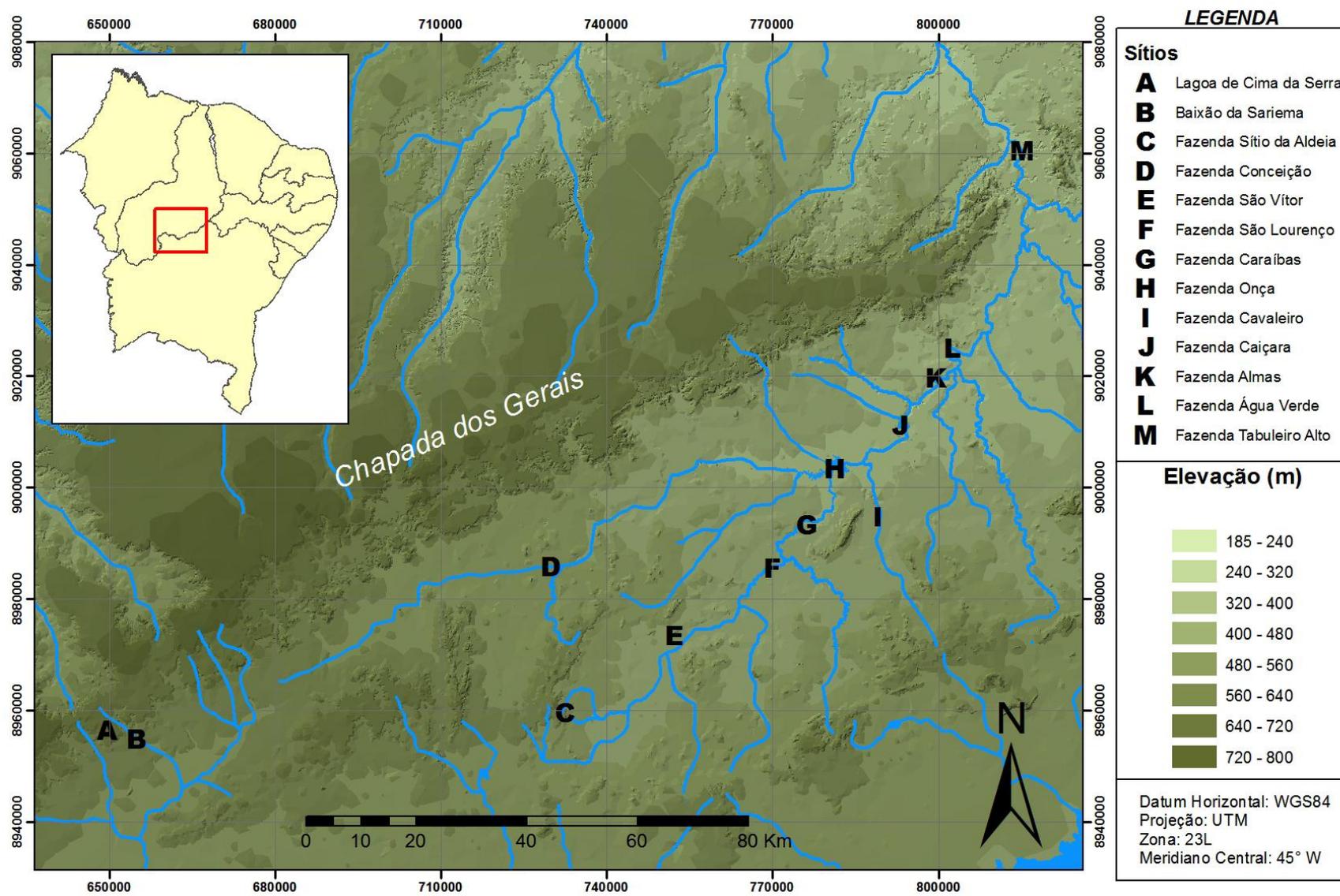


Figura 60 – Distribuição espacial dos sítios reconhecidos e identificados no sudeste do Piauí. *Fonte: elaboração própria.*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria os ataques às fazendas uma tentativa dos índios de aniquilar seus inimigos, um esforço para limpar o território do Sertão das Pimenteiras da presença dos colonos? A guerra da conquista de um lado ou de outro seria a busca pela paz, paz para viver em liberdade, da parte dos índios, e paz para criar seus gados, do lado dos colonizadores? Acreditamos que sim.

Combinando a localização das fazendas de gado com o período em que ocorreram os ataques (fig.61), percebemos que, quanto mais perto dos assentamentos indígenas estavam as fazendas de gado, mais cedo no tempo ocorreram os ataques, e vice-versa. Seria como se uma força centrífuga, originada nos assentamentos indígenas, forçasse o deslocamento dos assentamentos dos colonos sempre mais para abaixo no rio Piauí.

Os assentamentos indígenas, localizados na chapada dos Gerais, estavam numa área de cota superior à área de qualquer das fazendas de gado, a 600 metros de elevação. Os assentamentos dos colonizadores naturalmente decresciam em altitude na medida em que a localização deles se distanciava das cabeceiras dos rios em que margeavam.

Assim, os Pimenteira atacariam as fazendas visando principalmente matar ou expulsar seus ocupantes. Na medida em que uma fazenda era abandonada, os índios partiam para atacar a próxima localizada rio abaixo, assim sucessivamente. A grande quantidade de fazendas que o governo levantou em 1819 tidas como abandonadas em razão dos ataques dos Pimenteira, trinta e cinco só nas ribeiras do rio Piauí, exemplificam essa interpretação.

Infortunadamente, nós dispomos das datas de ataque de apenas cinco dessas fazendas: Sítio da Aldeia, atacada em 1769; Conceição, atacada entre 1779 e 1782 e em 1790; São Lourenço, atacada em 1781; Cavaleiro, atacada em 1790; e Taboleiro Alto, atacada no início do séc. XIX. As demais fazendas foram citadas em listas produzidas pelo Governo da Capitania em momento posterior a execução dos ataques pelos índios. São levantamentos que mostram quais desses assentamentos haviam sido abandonados e quais deveriam ser reocupados pelos seus antigos moradores com o fim da guerra (OLIVEIRA, 2007).

O avanço dos Pimenteira no sudeste do Piauí refletiu na ampliação do elemento que os caracterizava, ou seja, na ampliação do Sertão das Pimenteiras. Em seu ápice, esse sertão atingiu a área da fazenda Taboleiro Alto, sua fronteira mais oriental.

A desocupação sistemática das fazendas de gado só parou quando os colonizadores começaram a ter sucesso em suas investidas militares no começo do século XIX. Até onde sabemos, os índios foram subjuguados e a guerra teve fim. Por conseguinte, o sudeste do Piauí foi colonizado.

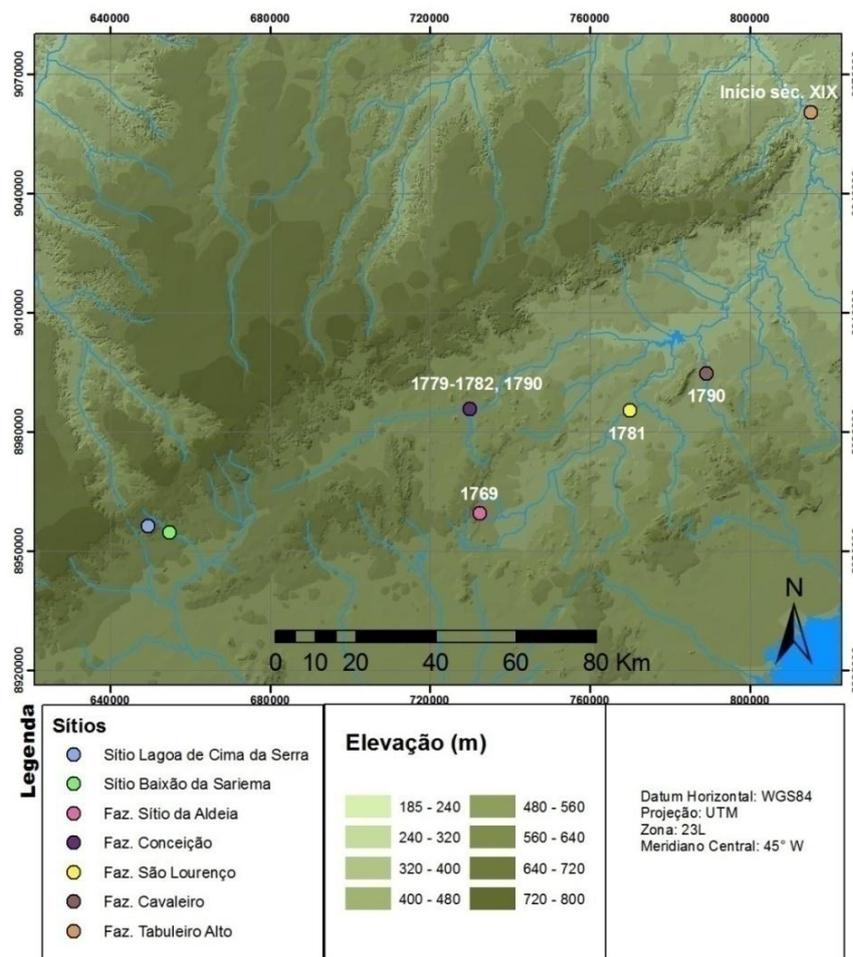


Figura 61 – Localização das fazendas de gado em relação ao período em que foram atacadas pelos Pimenteiras. Fonte: Baseado em dados de Oliveira (2007).

Os dados apresentados acima corroboram nossa hipótese de que a fronteira étnica que demarcaria o limite da interação social entre os Pimenteiras e os colonos teria uma contrapartida territorial. Negar ao outro acesso ao território foi, no contexto da guerra, uma forma de expressar a diferença entre *nós* e *eles*.

O desenrolar dos acontecimentos transformou gradativamente os processos de etnicidade no Sertão das Pimenteiras. Por exemplo, consta no Cartório de São Raimundo Nonato um registro de casamento, datado de 1849, entre Antonia, filha da “*Puã índia da Aldeia Pimenteira*”, com Agostinho Ferreira da Silva, branco, viúvo, 60 anos

(OLIVEIRA, 2007). A indicação nesse registro da Puã como uma índia Pimenteira demonstra um reconhecimento por parte dos moradores do Piauí - representados pelo escrivão - da existência de uma identidade que não a deles na região, isso trinta anos após o fim da guerra. Esse documento demonstra também que o principal ponto de diferença entre os índios e os moradores do Piauí seria o pertencimento ou não à “Aldeia Pimenteira”, um espaço cujos limites reais e simbólicos continuavam a demarcar a fronteira étnica, fronteira que nesse momento era bastante fluída, sendo permitido o casamento entre índios e não-índios. Esse matrimônio inter-étnico ocorrido no pós-guerra, algo que na época dos conflitos provavelmente não seria permitido no cerne das interações sociais entre colonos e índios - pelo menos não pacificamente - é ilustrativo da “natureza dinâmica e contextual da etnicidade” (JONES, 2005: 37).

Com o fim da guerra, os índios foram gradativamente incorporados na economia mundial. Assim, as formas de interação social, antes limitadas pelas atividades econômicas discrepantes, foram adaptadas a essa nova realidade dentro do sistema mundial, o que possibilitou uma maior flexibilidade das fronteiras étnicas, por exemplo, a realização do matrimônio inter-étnico. Por conseguinte, outros tipos de signos culturais socialmente diferenciadores devem ter sido ativados para regular essas relações. Atualmente, a realização de um estudo antropológico tomando por foco os Dias Marreca poderia nos dizer como os processos de etnicidade estão sendo vivenciados nesta realidade social.

O georeferenciamento das fazendas nos permitiu constatar que sua distribuição ao longo dos cursos d'água no vale do rio Piauí seguiu uma tendência. No caso das fazendas São Lourenço, Caraíbas, Onça, Cavaleiro, Caiçara e Almas, percebemos que os seus centros administrativos (casas de fazenda) estavam separados da vizinha mais próxima por cerca de 12000 metros de distância (fig. 62). Conforme vimos no capítulo 1, de acordo com o relato do autor anônimo do “Roteiro do Maranhão a Goyas pela capitania do Piauí”, as fazendas no Piauí teriam em média uma légua em quadra, sendo que outra légua deveria ser mantida sem ocupação entre as fazendas para que os gados pudessem circular (ANÔNIMO, 1814). Nossos dados corroboram isso. Uma légua equivale a 6000 metros. Considerando que as sedes administrativas de fazendas vizinhas ficariam a 12000 metros de distância, então teríamos aí duas léguas de distância, ou seja, uma légua destinada para a área de funcionamento das fazendas e outra légua destinada para espaço ocioso entre elas.

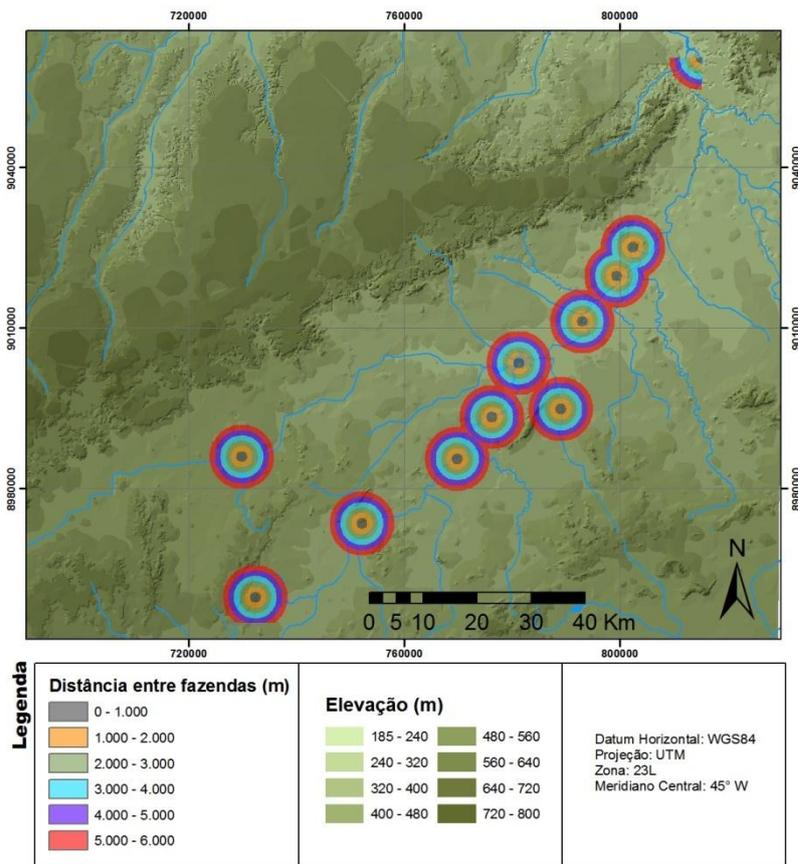


Figura 62 – Distribuição espacial das fazendas de gado reconhecidas no sudeste do Piauí. *Fonte: elaboração própria.*

É importante ressaltar que nos atemos somente às fazendas atacadas no sudeste do Piauí, localizadas nas ribeiras do rio Piauí. Por razão do tempo e recursos de operacionalidade deste projeto, não levamos em conta as fazendas e localidades atacadas ao longo do rio Gurguéia, onde a ação dos índios se estendeu desde suas cabeceiras, na área de Parnaguá, até a proximidade de sua foz no rio Parnaíba, na vila de Jerumenha⁵³. Pela mesma razão, não incluímos a então freguesia pernambucana de Pilão Arcado, localizada na margem esquerda do médio rio São Francisco, também atacada pelos índios. O georeferenciamento desses outros locais atacados ampliaria consideravelmente o raio de ação dos Pimenteiras.

⁵³ Em 1815, o capitão Francisco de Paula Ribeiro fez uma expedição desde o Maranhão até o Goiás. Em todo trajeto de 600 léguas, somente 42 léguas estavam despovoadas, sendo que um desses trechos ficava ao longo do rio Gurguéia. Nas palavras do capitão (RIBEIRO, 1848: 60), “(...) as primeiras doze [léguas desertas estavam entre] as fazendas de Mato Grosso e Escalvado no districto de Parnaguá, Villa do Piauhy, as quaes em outro tempo foram povoadas, e ainda o seriam se as não destruíssem os Indios Pimenteiras estabelecidos n’aquellas visinhanças, e já hoje extinctos ou dispersos (...)”.

Os primeiros passos arqueológicos nesse campo até então ignoto de conhecimento foram dados. Um grande contributo deste trabalho foi apresentar uma série de dados inéditos, os quais deverão contribuir para o desenvolvimento das pesquisas em arqueologia histórica e antropologia na região.

Atualmente, esparsos topônimos espalhados pelo extremo norte da Bahia e sudeste do Piauí são os resíduos desse sertão desintegrado pelo mesmo mecanismo que o gerou: o motor da história. No estado da Bahia, no município de Pilão Arcado, dispersos quase que na mesma latitude, temos um lugarejo denominado Pimenteiras, um riacho chamado Vereda Pimenteira – afluente do rio São Francisco - e a Serra da Pimenteira. No Estado do Piauí, temos um lugarejo denominado Pimenteira, pertencente ao município de Bom Jesus do Gurguéia. Esses locais são ecos tímidos do ultrapassado sertão homônimo. Pouco a pouco esses topônimos que representam para a nação brasileira um espaço e tempo mais conturbados, uma recordação dolorosa da presença antinômica do indígena, estão sendo esquecidos ou substituídos. Por exemplo, nos mapas mais recentes a Vereda Pimenteira é denominada como Vereda Pilão Arcado. Quando nessa região não restar nenhum local que responda por “Pimenteira”, mais uma etapa do projeto civilizatório estará concluída.

Por fim, esperamos que o metal, outrora matéria-prima de prestígio da nação Pimenteira, hoje matéria-prima dos instrumentos de trabalho do velho Narciso Dias Marreca - o machado e o facão usados na limpeza do terreno - não represente para os caboclos e para a memória dos índios e indígena um eterno peso, um instrumento de dívida cobrada pela sociedade circundante ao preço de sua dignidade e de sua história.

FINIS, LAUS DEO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano de. Capítulos da História Colonial (1500-1800). Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. 2006.
- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALENCAR, Maria Teresa de. Considerações sobre a formação, organização do território e da sociedade piauiense. In: SILVA, Conceição de Maria de Sousa e; LIMA, Elmo de Sousa; CANTALICE, Maria Luiza de; ALENCAR, Maria Teresa de. (orgs.). Semiárido Piauiense: educação e contexto. INSA: Campina Grande, 2010.
- ALEXANDRIA, Sandra Selma Saraiva de; LOPES, Wilza Gomes Reis. A tradição de construir com terra no semiárido piauiense. In: LOPES, Wilza Gomes Reis; LIRA, Maria do Socorro; MOITA NETO, José Machado. Sustentabilidade do semiárido. Pp. 45-73. Teresina: EDUFPI, 2009.
- ALMEIDA, Maria Regina de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AMANTINO, Marcia. O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. In: VARIA HISTORIA, nº 29, Janeiro, 2003.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.
- ARAÚJO, José Luis Lopes (coord.). Atlas escolar do Piauí: geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.
- ASTON, Michael. Interpreting the landscape – Landscape Archaeology and local history. Londres e Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2002.
- BAGALONI, Vanesa N. Contacto interétnico fronterizo: un caso arqueológico de mestizaje cultural. In: FUNARI, Pedro; BRITTEZ, Fernando (orgs.). Arqueologia Histórica en América Latina: Temas y discusiones recientes. Buenos Aires: Ediciones Suárez, 2006.
- BARROS, Jesualdo Cavalcante. Gurguéia – Espaço, tempo e sociedade. Teresina: Halley, 2009.
- BICHO, Nuno Ferreira. Manual de arqueologia pré-histórica. Lisboa: Edições 70, 2006.

- BLINKENBERG, CHR. The Thunderweapon in religion and folklore, a study in comparative archaeology. Cambridge: University Press, 1911. Versão digital disponível em www.archive.org/details/cu31924029910951/
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Relações familiares no Piauí Colônia: Patrimônio e poder político. In: ROSAS, Suzana Carvani e BRANDÃO, Tanya M. Pires (orgs.). Os sertões: Espaços, Tempos, Movimentos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- CARVALHO, João Renôr F. de. Resistência Indígena no Piauí Colonial, 1718-1774. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2008.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Tradições Populares da Pecuária Nordestina. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.
- _____. Dicionário do Folclore Brasileiro. 11ª Ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: Global, 2008.
- _____. Dicionário do Folclore Brasileiro. 10ª Ed. Ediouro.
- CERAM, C. W. Deuses, túmulos e sábios – o romance da arqueologia. 2ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.
- CHAMPION, Timothy C. (org.). Center and periphery, comparative studies in archaeology. Londres e New York: Taylor e Francis e-Library, 2005.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. 2ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). São Paulo: Martin Claret, 2009.
- D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memoria chronologica, historica e corographica da provincia do Piahy [1855]. In: Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo XX. Rio de Janeiro, 1857. Versão digital disponível em [HTTP://books.google.com.br/](http://books.google.com.br/).
- DAMASCENO, Marcos Oliveira. Zé Grande, o Rei dos Vaqueiros. Teresina, 2009.
- DAVID, Andrew. Finding Sites. In: BALME, Jane; PATERSON, Alistair (Editores). Archaeology in Practice, a student guide to archaeological analyses. Blackwell Publishing, 2006.
- DIAS, William Palha. Caracol na história do Piauí. 4ª Ed. Teresina, 2003.
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. Velhas fazendas das ribeiras do Seridó. Dissertação (Mestrado). FAUUSP. São Paulo, 2008.
- EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty. Guia para prospecção arqueológica no Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1965.

- FERNANDES, Gonçalves. O Folclore magico do Nordeste: Usos, costumes, crenças & ofícios magicos das populações nordestinas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1938.
- FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.
- GAZIN-SCHWARTZ, Amy; HOLTORF, Cornelius. 'As long as ever I've known it...'. In: GAZIN-SCHWARTZ, Amy; HOLTORF, Cornelius. (Ed.). Archaeology and Folklore, pp. 2-23. Londres e New York: Taylor & Francis e-Library, 2005.
- GOBBILA, Ernesto. Sublevação na senda *mortis*. Rio Branco: Sucumbiro, 1968.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. Histórias de Vaqueiros: vivências e mitologias. Salvador, 1987.
- JONES, Siân. Categorias históricas e a praxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- KNOX, Miridan Britto. O Piauí na primeira metade do século XIX. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- _____. Escravos do Sertão - demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- LANDIM, Aurélio Ferreira Paes. Diário de campo do Sítio Muro das Caraíbas. São Lourenço: Centro Cultural Sérgio Mota, 2007.
- LANGER, Johnni. A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. In: Revista Brasileira da História. São Paulo, v.22, nº 43, pp. 127-152 2002.
- LAYTON, Robert. Folklore and world view. In: GAZIN-SCHWARTZ, Amy; HOLTORF, Cornelius. (Ed.). Archaeology and Folklore, pp. 24-32. Londres e New York: Taylor & Francis e-Library, 2005.
- LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. (Editores). Ecologia e Conservação da Caatinga. 3ª Edição. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- LITTLE, Barbara. Historical source. In: BALME, Jane; PATERSON, Alistair (Editores). Archaeology in Practice, a student guide to archaeological analyses, pp. 389-409. Blackwell Publishing, 2006.
- LOPES, Wilza Gomes Reis; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; MOITA NETO, José Machado. Sustentabilidade do Semiárido. Teresina: EDUFPI, 2009.
- MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade Quilombola e Território. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 2009.

- MANGUEL, Alberto; GUADALUPPI, Gianni. Dicionário de Lugares Imaginários. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. 3ª Edição Atualizada. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.
- MARTÍNEZ, Víctor M. Fernández. Teoría y Método de la Arqueología. 2ª Edição revisada e aumentada. Madrid: Editorial Síntesis, 2000.
- MCGUIRE, Randall H. The greater Southwest as a periphery of Mesoamerica. In: CHAMPION, Timothy C. (org.). Center and periphery, comparative studies in archaeology, pp. 39-65. Londres e New York: Taylor e Francis e-Library, 2005.
- MELO, Maria de Lourdes (coord.). Guia do Piauí Cultural e Turístico. 2ª Edição. Teresina: 2005.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do Sol, violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- MENDES, Benedito Vasconcelos. Raças de ovinos, caprinos e bovinos tropicais. Brasília: BEAS, 2000.
- MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). História: novos problemas, pp. 99-112. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial – População, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 1916.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O Autor, 2007.
- PARCAK, Sarah H. Satellite Remote Sensing for archaeology. London e New York: Routledge, 2009.
- PATERSON, Alistair. Hunter-Gatherer interactions with sheep and cattle pastoralists from the Australian arid zone. In: VETH, Peter; SMITH, Mike e HISCOCK, Peter (Orgs.). Desert peoples, archaeological perspectives, pp. 276-292. Blackwell Publishing, 2005.

- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrick Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. Archaeology, theories, methods and practice. 4ª Edição. 1ª Reimpressão. New York: Thames & Hudson, 2006.
- SANJUÁN, Leonardo García. Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.
- SANTANA, R. N. Monteiro de. Evolução Histórica da Economia Piauiense. Teresina: Edições Cultura, 1964.
- SANTOS, Janaina Karla dos. O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil: morfoestratigrafia, sedimentologia, geocronologia e paleoambientes. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O Autor, 2007.
- SEASHOLES, Nancy S. On the use of historical maps. In: BEAUDRY, Mary C. (ed.). Documentary Archaeology in the New World, pp. 92-118. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SILVA, Kalina Vanderlei. Nas solidões vastas e assustadoras – A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.
- SILVA F. Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí. V. 1. Estabelecimentos rurais. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.
- SOUSA, Alexandre Melo de. Atlas toponímico do Estado do Ceará (projeto ATEC): reflexos sócio-histórico-culturais na nomenclatura geográfica: primeiras notícias. Revista Palpitar: literatura e cultura, v. 01, p. 41, 2008. Disponível em www.palpitar.com.br/ Consultado em 17/11/2010, às 15:58.
- _____. Como aplicar a toponímia em sala de aula. 2008. Disponível em www.palpitar.com.br/. Consultado em 17/11/2010, às 16:02.
- VITRY, Christian. Toponimia Andina: mucho más que un nombre. 2010. Disponível em www.christianvitry.com/articulos/Arqueo_42_tiponimia.html/. Consultado em 11/08/2011, às 18:00.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Repaso Teórico. El moderno sistema mundial: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México, D.F: Siglo Veintiuno, 1999: 489-502.

FONTES COLONIAIS

ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goyas pela Capitania do Piauí. In: O Patriota. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1814. Versão digital disponível em

[/www.brasiliana.usp.br/](http://www.brasiliana.usp.br/)

ANTONIL, Pe. André João. Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas, etc. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711. Versão digital disponível em

[/www.brasiliana.usp.br/](http://www.brasiliana.usp.br/)

CASAL, Aires de. Corografia Brasílica. Fac-símile da edição de 1817. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

COUTO, Pe. Miguel. Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm^o e Rm^o Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco por Pe. Miguel de Carvalho, datada de Piauí, 02 de março de 1697. In: ENNES, Ernesto. A guerra nos Palmares (subsídios para a sua história). Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1689-1709. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Brasiliana). V. 1.

GANDAVO, Pero Magalhães de. Historia da Provincia Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Lisboa: Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1858. Versão digital disponível em [/www.brasiliana.usp.br/](http://www.brasiliana.usp.br/)

MARTIUS, Carl Friedr. Phil. von. Glossaria Linguarum Brasiliensium/ Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os indios no imperio do Brazil/ Wörterammlung brasilianischer Sprachen. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863.

MENEZES, José Pedro Cesar de. Roteiro para seguir a melhor estrada do Maranhão para a Côrte do Rio de Janeiro [1810]. In: Revista trimestral de historia e geografia. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro, 1841. Reimpressa em 1860. Versão digital disponível em

[HTTP://books.google.com.br/](http://books.google.com.br/)

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyas no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelissima. In: Revista Trimestral de Historia e Geografia. Segunda Serie. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro, 1848. Versão digital disponível em

[HTTP://books.google.com.br/](http://books.google.com.br/)

ROCHA PITTA, Sebastião da. Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa

Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730. Versão digital disponível em [/www.brasiliana.usp.br/](http://www.brasiliana.usp.br/).

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil, 1817-1820. Vol. 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FONTES CARTOGRÁFICAS

ALMEIDA, Candido Mendes de. (org). Atlas do imperio do Brazil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

BARTHOLOMEW, J. G. South America - northern section. Londres: The Times, 1922.

Versão digital disponível em: www.davidrumsey.com/

CAPASSO, Domenico. Mapa geral do Brasil. 1730. Versão digital disponível em

<http://bndigital.bn.br/>

CARTA Topográfica BARRAGEM (sem atualização) (Folha: SC.23-X-B-VI) Escala 1:100.000,. Mapa índice: 1435. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica BOM JESUS (sem atualização) (Folha: SC.23-X-C-II). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1508. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica BOM JARDIM (sem atualização) (Folha: SC.23-X-D-III). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1586. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica CABEÇA NO TEMPO (sem atualização) (Folha: SC.23-X-C-VI). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1584. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica CAMPO ALEGRE DE LOURDES (sem atualização) (Folha: SC.23-X-D-IV). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1585. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica CAMPO GRANDE (sem atualização) (Folha: SC.23-X-D-V). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1510. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica CANTO DO BURITI (sem atualização) (Folha: SC.23-X-B-II). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1356. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica CHAPADA DOS GERAIS (Folha: SC.23-X-B-IV). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1433.

CARTA Topográfica CHAPADA MUNDO NOVO (sem atualização) (Folha: SC.23-X-A-II). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1353. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica CRISTINO CASTRO (sem atualização) (Folha: SC.23-X-A-V). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1431. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica ELISEU MARTINS (sem atualização) (Folha: SC.23-X-A-III). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1354. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica GUARIBAS (sem atualização) (Folha: SC.23-X-C-III). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1509. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica JAPECANGA (sem atualização) (Folha: SC.23-X-A-VI). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1432. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica PEDRAS (sem atualização) (Folha: SC.23-X-B-I). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1355. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

Carta Topográfica PEIXE (sem atualização) (Folha: SC.23-X-D-I). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1510. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica REMANSO (Folha: SC.23-X-D-VI). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1587

CARTA Topográfica SÃO JOÃO DO PIAUÍ (sem atualização) (Folha: SC.23-X-B-III). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1357. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica SÃO RAIMUNDO NONATO (sem atualização) (Folha: SC.23-X-D-II). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1511. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica SERRA DO CONGO (sem atualização) (Folha: SC.23-X-B-V). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1434. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

CARTA Topográfica SERRA VERMELHA (sem atualização) (Folha: SC.23-X-C-V). Escala 1:100.000. Mapa índice: 1583. Base Cartográfica Digital do Estado do Piauí: fevereiro de 2005.

- COELHO, Joao. Mappa geral dos Estados Unidos do Brazil. Buenos Aires: Ernst Nolte, 1891. Versão digital disponível em: [/www.davidrumsey.com/](http://www.davidrumsey.com/)
- GALICI, João Antonio. Carta Geografica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes, 1761. Versão digital disponível em [/http://bndigital.bn.br/](http://bndigital.bn.br/)
- KEITH, Alexander. South America (northern sheet). Edimburgo: W.& A.K. Johnston, 1893. Versão digital disponível em: [/www.davidrumsey.com/](http://www.davidrumsey.com/)
- MAPPA geographico da capitania do Piauí, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará, 1816. Versão digital disponível em <http://bndigital.bn.br/>
- McNALLY, Rand. Brazil, Guiana. Chicago: Rand McNally, 1897. Versão digital disponível em: www.davidrumsey.com
- SCHWARZAMANN, Joseph. Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauí, 1828. Versão digital disponível em <http://bndigital.bn.br/>
- TOURING CLUB ITALIANO. Brasile, Bolivia, Paraguay, Guaiana. Milão: Touring club italiano, 1929. Versão digital disponível em: [/www.davidrumsey.com/](http://www.davidrumsey.com/)

ANEXO

PROTOCOLO DE PROSPECÇÃO

Responsável:

Data:

Projeto:

1. Localização

Nome do Sítio:		Topônimos:		
UF:	Município:		Localidade:	
Proprietário/Endereço:				
Data do Levantamento:		Guia:		
GPS:	Precisão:	Zona:	UTM E:	UTM N:
Cota altimétrica:	Datum:			
Nome e sigla do documento cartográfico:				Escala :
Ano de edição:	Órgão: ()DSG/SUDENE ()IBGE ()Outro			
Acesso:				

2. Contexto geoambiental

Bacia hidrográfica:	
Rios:	
Lagoas:	
Vegetação:	
Unidade Geomorfológica	
Fonte de água mais próxima:	Distância

3. Ações arqueológicas

Método de descoberta: ()Levantamento documental ()Prospecção de superfície ()Imagens de satélite ()Informações orais
Data da descoberta:
Prospectadores:
Escavação: () Sim ()Não
Responsável pela escavação:
Depositário do material arqueológico e da documentação/Endereço:

4. Informações do Sítio

Cronologia: ()Pré-histórico ()Histórico Obs.
Cultura material: ()Artefatos líticos ()Cerâmica ()Estruturas ()Metal () Louça ()Montículos ()Outros:
Sítios relacionados:
Levantamento fotográfico: ()Sim ()Não Equipamento:
Tradição Oral:
Croqui:
Obs.:

5. Conservação

Estado de conservação:
Uso atual do terreno:
Risco iminente de destruição: ()Sim ()Não Causa:
Obs.

APÊNDICE A

Topônimos de interesse para o Reconhecimento Arqueológico de Território, compilados das conversas informais ou entrevistas formalizadas com as populações rurais nos trabalhos de campo no sudeste do Piauí ou observados no levantamento documental.

Sítio arqueológico	Topônimo relacionado	Observação
Registros Rupestres	Pedra Pintada, Desenhos Rupestres, Petróglifos (CASCUDO, S.D.)	
Registros Rupestres, Cemitérios	Gruta do Padre (MARTIN, 1999), Toca das Moças	<p>Neste caso, não seria necessariamente o topônimo que indicaria ponto de interesse arqueológico, mas sim uma lenda envolvendo abrigos rupestres.</p> <p>Essa lenda trata da fuga amorosa de um padre e de uma jovem. Eles teriam se escondido em uma gruta ou toca. Os familiares da moça acharam o casal e os mataram.</p> <p>Uma vertente da história fala que o pai da moça usou o sangue do casal para pintar as paredes da toca. Disso, a associação de pinturas rupestres de cor vermelha em abrigos sob rocha à lenda. Por exemplo, a “Toca das Moças”, em Colônia do Gurguéia, PI.</p> <p>Outra vertente diz que os familiares da moça taparam a gruta com lenha e tacaram fogo, matando o casal queimado. Restos de ossos de antigos cemitérios indígenas em grutas em conjunção a restos de fogueiras (cinzas, carvão) são associados à lenda. Por exemplo, a Gruta do Padre, em Petrolândia, PE.</p>
Registros Rupestres	Itacoatiara, Itaquatiara, Coatiarativa (CASCUDO, S.D.) Por exemplo: Rio Itacoatiara	Palavra em tupi que significa “Pedra Pintada”. É associada constantemente a registros rupestres gravados.
Registros Rupestres	Pedra Escrevida, Pedra das Letras, Toca das Letras, Letreiro, Pedra de Letreiro (CASCUDO, S.D.)	“Escritas na pedra que nenhum cristão consegue ler”
Registros Rupestres	(...) Figuras (...) Por exemplo: Serra das Figuras no município de Curimatá, no sul do Piauí.	
Registros Rupestres	Pedras de São Tomé ou Rastro de São Tomé, Pé de Deus	Era comum o colonizador europeu interpretar os registros rupestres como produtos de atividades missionárias cristãs

		em períodos anteriores a 1492, ou mesmo ver esses registros como resultado de atos milagrosos de entidades do catolicismo.
Registros Rupestres	Pedra Ensanguentada	Topônimo relacionado a cor vermelha comum nos registros rupestres pintados que lembram sangue (ver <i>Toca das Moças</i>).
Registros Rupestres	Tauá	Denominação Tupi para óxido de ferro, matéria-prima comum de registros rupestres pintados.
Estruturas históricas	Barragem Velha, Lagoa Cercada, Açude.	Estruturas associadas à contenção de água, muitas vezes acompanhado por adjetivos que remetam antiguidade (velho).
Estruturas históricas	Sobrado, Sobradinho	Algumas antigas casas de fazenda eram “sobrados”, estilo arquitetônico pouco usado no sudeste do Piauí desde o início do século XX.
Estruturas históricas	Cerca de Pedra, Casa de Pedra, Curral de Pedra	Juntamente com a taipa, a construção usando pedras era comum nos primeiros séculos de colonização do Piauí. Pela raridade do uso dessa técnica construtiva desde as primeiras décadas do século passado, esses topônimos podem indicar sítios antigos.
Estruturas históricas	(...) Quilombo (...) Por exemplo, “Serra dos Quilombos” no município de Bom Jesus do Gurguéia/PI.	Esse topônimo pode implicar o local onde escravos fugitivos se assentaram.
Estruturas históricas	(...) Retiro (...) Por exemplo: Retiro de São João, Retiro do Juazeiro	<i>Retiro</i> era um tipo de curral onde eram juntados os gados de diversas fazendas para a comercialização; uma espécie de feira.
Estruturas históricas	Baluarte	
Estruturas históricas	(...) Missão (...) Por exemplo: “Serra das Missões” na fronteira do Piauí com o Ceará, nas cercanias da afamada Missão da Serra de Ibiapaba.	Possíveis locais usados para atividade de evangelização indígena

APÊNDICE B

Designações populares de interesse para o Reconhecimento Arqueológico de Território, bem como a interpretação arqueológica correspondente, o contexto ideal para a aplicação de cada palavra, e observações. Essas interpretações foram compiladas das conversas informais ou entrevistas formalizadas com as populações rurais nos trabalhos de campo no sudeste do Piauí ou observados no levantamento documental. Da mesma maneira, os topônimos, exemplificados no APÊNDICE A, também devem ser explorados nesses questionamentos em campo.

Interpretação arqueológica	Interpretação popular	Contexto relacionado	Observação
Artefatos líticos, geralmente polidos (machado semilunar, mão de pilão, adorno labial, etc.)	Pedra de Corisco, Pedra de Raio, Pedra de Figo (CASCUDO, 2008).	Comunidades Rurais	Popularmente, seriam pedras de formato excepcional geradas no firmamento e precipitadas juntamente com os raios em dias chuvosos. Da força do impacto na superfície a <i>pedra de corisco</i> imerge sete palmos. A cada ano a pedra sobe um palmo, ficando exposta ao fim de sete anos. As pessoas, ao encontrarem essas pedras, levam-nas para suas casas e as depositam atrás da porta frontal. Esses instrumentos servem de amuleto, protegendo a casa da queda fulminante de outras <i>pedras de corisco</i> . Um agricultor, ao encontrar uma pedra de corisco enterrada, poderá encarar isso como a interrupção do ciclo embrionário do instrumento mágico. Marinheiros costumavam usar esses amuletos em suas viagens em alto-mar para proteger a embarcação da queda de raios. Em 2012, ouvimos no município de Porto Nacional/TO uma variante do mito. Crê-se que as pedras de corisco atraem raios, por isso elas são deixadas no local em que são encontradas. A base dessa narrativa (a origem celeste dessas pedras) tem ampla dispersão espaço-temporal, aparecendo em muitas culturas ao redor do mundo (grega, etrusca, escandinava, indiana, tibetana, etc. (BLINKENBERG, 1911). Clastres (2011) registrou esse mito entre os yanomami.
Artefatos líticos geralmente polidos	Pedra de Santa Bárbara, Pedra de Ogum, Iansã, Oxum (FERNANDES,	Cultos afro-brasileiros (Umbanda,	Essas pedras teriam uma origem celeste semelhante às pedras de corisco, porém, estariam relacionadas a divindades

	1938; CASCUDO, 2008; CASCUDO, S.D.)	Candomblé, Xangô)	afro-brasileiras; nesses cultos, esses objetos simbolizaram os orixás de Santa Bárbara, Ogum, Iansã e Oxum, divindades associadas às tempestades.
Artefatos líticos ou cerâmicos usados geralmente como adorno labial	Tembetá, Tembete, Pedra de Beiço, Chehembetá, (CASCUDO, S.D.)	-	No sudeste do Piauí, as pessoas costumam interpretar esses adornos labiais como pedras de corisco.
Artefatos líticos, usados geralmente como pingentes de colar, zoomorfos ou antropomorfos	Muiraquitã (Cascudo), Quitã (Cascudo),	-	
Artefatos líticos polidos	Cunha de Pedra, Machado de Pedra, Mão de Pilão	Comunidades Rurais	Ferramentas antigas encontradas na mata utilizadas com fins parecidos com a qual foram concebidas (CASCUDO, S.D.)
Artefatos líticos lascados em sílex ou sílex bruto	Pedra de fogo (FUNARI, 2003), “Figo” (fígado) de galinha, pederneira	Comunidades Rurais	O sílex em atrito com metal produz faíscas. Principal técnica usada pra produzir fogo até pouco tempo no sudeste do Piauí.
Artefatos de pedra, madeira ou metal, ou cavidades antrópicas nas rochas	Almofariz (BARROS, 2009), pilão	Comunidades Rurais	Recipientes em que se trituram e homogeneizam substâncias, em geral, sementes.
Artefatos líticos	Batoque (Cascudo Ediouro), Botoque (Cascudo Ediouro), Metara (Cascudo Ediouro).		
Artefatos cerâmicos	Botija	Comunidades Rurais na região Nordeste	No passado algumas pessoas, por usura ou precaução, enterravam suas riquezas em vasilhames cerâmicos, popularmente conhecidas como <i>botijas</i> . Muitas vezes essas pessoas morriam e o paradeiro de suas botijas permanecia oculto. Em eventos excepcionais, a alma do proprietário da botija vinha para um vivo e lhe revelava oniricamente o local onde havia escondido seus tesouros. Cabe ao contatado ir, no mais completo sigilo, “tirar a <i>botija</i> ”. Caso o indivíduo contasse para qualquer pessoa do sonho antes de localizar o tesouro, ele seria castigado e a <i>botija</i> voltaria a ficar “encantada”, com seu conteúdo valioso sendo substituído por carvão e outras coisas sem valor. (CASCUDO, 2008). Um agricultor, ao encontrar fortuitamente botijas vazias ou preenchidas com carvão ou “ossadas”, pode relacionar a ausência de tesouros a sua própria condição de não

			“escolhido” pelo proprietário original da botija, o que acarreta no encantamento do conteúdo original.
Artefatos cerâmicos, louças e faianças	Louça, Loiça, Louça de Barro, Pote, Moringa, Bilha, Bilha de Barro, Quarta, Quartinha, Panela de Barro, Cacos de Panela, Alguidar, Combuca, Talha (REGO, 1779 <i>apud</i> OLIVERA, 2007; CASCUDO, 2008; BARROS, 2009; ALVES, 2011).	Comunidades Rurais	Vasilhames de variadas dimensões usados para armazenar água, café, chá, alimentos, etc..
Artefato Cerâmico	Cacos de telha	Comunidades rurais	
Material ósseo	Ossada, Ossuário, Caveira (CASCUDO,2008)	Comunidades rurais	
Montículos	Os barro'	Registrado no município de Bonfim do Piauí em 07-11-2011	Montículos formados a partir da degradação de estruturas, residências de taipa, por exemplo. “Da casa só sobrou os barro”’.